**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES**

FABIANA FELIX DO AMARAL E SILVA

**NOVAS SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NA CIDADE:
CULTURA, COMUNICAÇÃO E ESPACIALIDADE**

SÃO PAULO

2011

FABIANA FELIX DO AMARAL E SILVA

**NOVAS SUBJETIVIDADES SUBALTERNAS NA CIDADE:
CULTURA, COMUNICAÇÃO E ESPACIALIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Interfaces Sociais da Comunicação.

Linha de Pesquisa: Comunicação e Cultura.

Orientadora: Profª Drª Maria Nazareth Ferreira

SÃO PAULO

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Silva, Fabiana Felix do Amaral e

Novas subjetividades subalternas na cidade : cultura, comunicação e espacialidade / Fabiana Felix do Amaral e Silva – São Paulo : F.F.A. Silva, 2011.

166 p. : il.

Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profª Drª Maria Nazareth Ferreira

1. Culturas subalternas 2. Rede Livre Leste 3. Comunicação e Cultura 4. Espacialidade 5. Cotidianidade 6. Subjetividade 7. Práticas culturais 8. Processos comunicativos I. Ferreira, Maria Nazareth II. Título

CDD 21.ed. – 301.2

Nome: SILVA, Fabiana Felix do Amaral

Título: **Novas subjetividades subalternas na cidade: cultura, comunicação e espacialidade.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciências da Comunicação da Escola de
Comunicações e Artes da Universidade de São
Paulo para obtenção do título de Doutor em
Ciências da Comunicação.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Nazareth Ferreira

Instituição: ECA/USP

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Ao Fábio, meu pai, pela alegria de viver.

À Rede Livre Leste, pela luta.

AGRADEÇO:

À Prof.^a Dr.^a Maria Nazareth Ferreira, mestre e amiga, um presente em minha vida.

Ao Israel pelo amor com que dividiu comigo as angústias e alegrias deste caminhar.

À Cidinha, minha mãe, que me acolheu com ternura nos dias mais difíceis.

Ao Luciano, meu irmão, pelo carinho e apoio de uma vida toda.

Às “amigas-irmãs” Josie, Bianca e Katia pela interação solidária e afetuosa.

À amiga Soledad que me incentivou, com alegria e dedicação, a acreditar que seria possível.

Aos companheiros do Celacc pela partilha de conhecimentos e experiências.

À CAPES pelo incentivo financeiro.

RESUMO

SILVA, Fabiana Felix do Amaral. **Novas subjetividades subalternas na cidade: cultura, comunicação e espacialidade.** 2011. 166 f. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Este trabalho discute as possibilidades de construção de ações emancipatórias frente às imposições hegemônicas. Para tanto, buscou-se compreender as práticas construídas nas ambiências das classes subalternas, em especial sua relação com o espaço no contexto da cidade. Tal relação foi discutida a partir do entendimento da comunicação e cultura como campo investigativo e da consideração do espaço como eixo articulador das novas subjetividades subalternas. Ao tomar como objeto de estudo o trabalho realizado pela Rede Livre Leste, o que se buscou, nesta pesquisa, foi mapear aspectos das novas subjetividades subalternas, analisando suas práticas culturais e seus processos comunicativos. Assim, avaliaram-se as potencialidades de constituição de novos fluxos emancipatórios diante da imposição das forças hegemônicas, ou seja, procurou-se estimar a viabilidade da constituição de espacialidades subalternas.

Palavras-chave: Culturas subalternas. Rede Livre Leste. Comunicação e Cultura. Espacialidade. Cotidianidade. Subjetividade. Práticas culturais e Processos comunicativos.

ABSTRACT

SILVA, Fabiana Felix do Amaral. **New subaltern subjectivities in the city: culture, communication and spatiality**. 2011. 166 f. Thesis (Doctorate) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

This paper discussed about the possibilities of the constructions of emancipatory actions before the hegemonic impositions in understanding the practices built in the ambiances of subaltern classes, especially its relationship with espace in the city context. These relationships have been discussed from the understanding of communication and culture as investigative field and taking into account the espace as the articulator central line of the new subaltern subjectivities. By taking as the study aim the work done by “Rede Livre Leste”, this paper aimed to map the aspects of the new subaltern subjectivities, analysing its cultural practices and its communicative processes to evaluate the potentialities of constitution of new emancipatory flows before the imposition of the hegemonic forces, that is, it was attempted to estimate the viability of the constitution of the subaltern spatialities.

Key words: subaltern cultures; “Rede Livre Leste” (Free East Network); communication and culture; spatiality; Everydayness; subjectivity; cultural practices; communicative processes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
I- LIMITES E CONFLITOS.....	18
1. 1. A hegemonia neoliberal.....	18
1.2 Espaço público, privado e mercantil.....	22
1.3 Caminhos possíveis.....	25
2- CULTURA COMO RECONSTRUÇÃO DA ESPACIALIDADE.....	29
2.1 A lógica da produção do espaço e a relação espaço-tempo.....	30
2.2 A pesquisa em comunicação e culturas subalternas.....	33
2.3 Espaço e Cotidianidade: construções subjetivas no campo da realização da vida.....	42
2.3.1 Valor de troca e valor de uso	46
3- A CIDADE: CONSTRUÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA.....	50
3.1 Dinâmicas urbanas	53
3.1.1 Novas centralidades hegemônicas.....	55
3.1.2 A periferia como negação.....	65
3.2 Urbanismo e industrialização no capitalismo periférico.....	69
4- NOVAS SUBJETIVIDADES E ESPACIALIDADES SUBALTERNAS.....	78
4.1 A dinamicidade subalterna	78
4.2 A periferia como potência.....	81
4.3 Cultura e Comunicação Subalternas.....	86
5- REDE LIVRE LESTE: PRÁTICAS CULTURAIS E PROCESSOS COMUNICATIVOS..	91
5.1 Estratégias Metodológicas	91
5.2 Legitimidade	94
5.3 Vínculo comunitário.....	94
5.4 Território Leste	102
5.5 A rede com partilha e visibilidade.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
ANEXOS.....	128

INTRODUÇÃO

A produção capitalista do espaço, ao estabelecer novas estratégias de reprodução, aprofunda as contradições e gera novos movimentos sociais de contestação. Este trabalho trata das potencialidades dos processos culturais e comunicacionais destes novos sujeitos sociais como elemento questionador da vida na cidade e capaz de abrir uma brecha na lógica hegemônica que se territorializa e domina o espaço social, ao propor uma nova lógica de apropriação do espaço que prioriza o valor de uso em detrimento do valor de troca.

A cidade é considerada a face urbana da crise civilizatória ocidental contemporânea. O urbano, que já foi "o ideal" de emancipação humana e de modernidade, hoje representa o esgotamento da relação entre homem e natureza. No século XXI, a maioria da população do planeta vive o caos da realidade urbana, pois muitos não conseguem, sequer, sobreviver.

O censo demográfico de 2010 mostra que 84,35% da população do país vivem na região urbana, fazendo com que as cidades experimentem consequências como a de um processo de urbanização crescente e

desordenado, a falta de emprego, o aumento da pobreza, a dificuldade de mobilidade, a violência, etc.

Essa situação de precariedade do espaço urbano reflete o contexto econômico atual de agudização das diferenças. Com efeito, o que se constata é a existência de uma política de acumulação do capital dirigida pela necessidade de encontrar oportunidades lucrativas para a absorção de capital excedente (HARVEY, 2009). A competição própria do capitalismo financeiro impele os capitalistas a reinvestir porque, se alguém não reinveste, então, outro seguramente o fará. Deste modo, para permanecer um capitalista, algum excedente do capital deve ser reinvestido para gerar ainda mais excedente. Assim, é interessante perceber que a urbanização abre um caminho para o problema do capital excedente, e a cidade representa a materialização do excedente investido (HARVEY, 2009).

Dada essa intrínseca relação, a urbanização e o capitalismo são fenômenos que têm suas trajetórias inseparáveis. O modo de vida urbano é reflexo do modo de produção capitalista, necessário e fundamental para sua reprodução. A crise do sistema capitalista é retratada no modo de vida urbana, pois a cidade entrevê flagelos, como a fome, a violência e a guerra que nada mais são que meros resultados da reprodução do capital. Ao se ampliarem mercados e concentrarem riquezas, ocorre um aumento da desigualdade social.¹

¹ Segundo a *UN Conference on Trade and Development* (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e o Desenvolvimento), o número de "Países menos desenvolvidos" dobrou nos últimos 40 anos. Estima-se que mais de 80% da população mundial vive em países onde o fosso entre ricos e pobres está crescendo. A ONU afirma que mais de 1/6 da população mundial é afetada pela fome, flagelo que mata um ser humano a cada 3,5 segundos, na maioria crianças menores de 5 anos. Segundo o mais recente "Global Wealth Report", do Crédit Suisse, 0,5% das pessoas mais ricas controlam mais de 35% da riqueza global. Mais de 3 bilhões de pessoas, quase metade da população mundial, vivem com menos de 2 dólares por dia. Estima-se que os

O espaço urbano não é apenas um mero cenário para as relações sociais, mas uma instância ativa para a dominação econômica ou ideológica. (MARICATO, 2000, p.168)

Nas cidades, tais fraturas são resultados da contradição do sistema, que busca conciliar o projeto de regulação (legislação, ação política e jurídica, controle da movimentação do capital e do processo de exploração) e o projeto de emancipação vendido no seu discurso neoliberal (a emancipação aconteceria no consumo).

Na cidade existe uma lógica hegemônica que domina a produção capitalista do espaço. Essa razão é sustentada por um projeto neoliberal que aumenta a concentração de renda e intensifica a desigualdade social. Cidades como São Paulo vivem os limites da reprodução do capital, o que, de certa forma, causa um processo de resistência ao sistema que busca discutir o pacto social estabelecido.

É justamente esse movimento de contestação que constitui a base desta pesquisa, a qual nasce alinhada aos projetos do Centro de pesquisa Celacc - Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação-ECA-USP, e, pontualmente, às propostas investigativas do III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura – Integrar para além do mercado². Assim, tendo por base o trabalho desenvolvido por esses grupos de estudo e discussão, o que se buscou foi uma reflexão sobre o papel das mídias alternativas e das culturas

Estados Unidos detêm cerca de 25% da riqueza total do mundo. Estima-se que o inteiro continente Africano possui apenas 1% da riqueza total do mundo.

² Este evento aconteceu no Memorial da América Latina (São Paulo-SP) em março de 2010.

populares na construção de uma esfera pública alternativa, não subsumida exclusivamente pela lógica do mercado.

Uma das atividades que foram significativas para essa discussão foi a mesa *Periferia: novas práticas em produção cultural*³, cujo objetivo foi expor e refletir sobre as experiências de produção cultural realizadas por grupos comunitários da periferia de São Paulo, nas áreas de literatura, teatro, audiovisual, entre outros. O eixo foi levantar o potencial destas experiências na construção de mídias alternativas centradas em olhares distintos da realidade e no fortalecimento de vínculos comunitários.

A presença da cultura como base das ações e projetos dos movimentos sociais foi uma questão central nas discussões da mesa a partir das experiências relatadas e compartilhadas. Isso porque tais ações e movimentos constroem outras formas e práticas opostas à oficial, a partir dos elos identitários com a sua comunidade, atrelando comunicação, cultura e identidade. Estes elementos articulados são indícios de uma possível reconstrução da esfera pública para a cidade por meio da criação de possibilidades de construções de ações emancipatórias, de contestação das imposições hegemônicas. Delinear essas ações é uma forma de compreender as práticas construídas nas ambiências das classes subalternas, em especial sua relação com o espaço no contexto da cidade.

Ao tomar como objeto de estudo o trabalho realizado pela Rede Livre Leste, o que se buscou, nesta pesquisa, foi mapear aspectos das novas subjetividades subalternas, analisando suas práticas culturais e seus processos comunicativos. Ao se propor essa abordagem, foi possível proceder à avaliação

³ Esta mesa foi coordenada pela autora deste trabalho. Estiveram presentes: Alessandro Buzo (escritor, apresentador do programa "Manos Minas", da TV Cultura), Priscila Preta (Cia de Arte Negra Capulanas), Mateus Subverso (Edições Toró), Leandro Hoehne (Do Balaio / Mov. Livre Leste), Paulo Soares de Carvalho Junior (Pombas Urbanas), Makrrão (A Banka).

das potencialidades de constituição de novos fluxos emancipatórios frente à imposição das forças hegemônicas, estimando-se a viabilidade da constituição de espacialidades subalternas.

Estas possibilidades foram avaliadas considerando a Teoria da Cultura e da Comunicação como teoria contra-hegemônica e avaliando o espaço como eixo articulador das novas subjetividades subalternas.

Os procedimentos metodológicos que permitem essa nova abordagem fundamentam-se na concepção gramsciana da Filosofia da práxis, segundo a qual as concepções teóricas são construídas no embate com a realidade concreta a ser analisada.

A filosofia da práxis, portanto, não é “ato puro”, puro pensamento, esquema gnosiológico abstrato que “cria” idealisticamente as coisas e os fatos, mas “ato impuro”, atividade concreta, histórica, fundada em relações abertas, dinâmicas, dialéticas do homem com a natureza, da vontade humana com as estruturas econômicas, dos projetos políticos com as cristalizações culturais. (SEMERARO, 2000, p.45)

Nesta perspectiva epistemológica entre teoria, método e concepção do homem, é estabelecida uma relação dialética e dinâmica identificada na relação sujeito-objeto. Cada modelo teórico define uma modalidade na relação sujeito-objeto, a qual está vinculada a proposições gerais da teoria do conhecimento na qual se apoia. Pode-se citar entre as grandes correntes de pensamento: o idealismo, o empirismo (ou o realismo, ou, ainda, o determinismo) e a dialética.

A dialética se diferencia das perspectivas idealistas e deterministas, ou, ainda, é a negação reconstrutora das duas alternativas ao romper com a extrapolação idealista e com o determinismo pragmático.

O método dialético, diferentemente dos outros, não é um recurso alheio à relação sujeito-objeto no campo do conhecimento, mas uma condição do conhecimento plasmada numa relação mutuamente transformadora, tanto para o sujeito como para o objeto. Assim, define-se o método dialético como indissoluvelmente ligado (misturado e, inclusive, dissolvido, para ser reconstruído) na relação entre sujeito e objeto do conhecimento. Esta definição confirma a unidade totalizadora entre a teoria, o método e a concepção do homem (FERREIRA, 2006-1, p.111).

Circunstanciando o exposto à relação entre sujeito e o seu objeto, pode-se estabelecer a seguinte lógica: a possibilidade de conhecimento de um fenômeno em todos seus aspectos e propriedades começa na percepção sensorial da realidade objetiva, pelo concreto-sensível, passando ao abstrato, etapa na qual se eleva a determinadas abstrações isoladas que refletem as essências dos fenômenos objetos de análise. Depois de feitas as observações, o pensamento se eleva ao concreto, mas a uma fase superior, qualitativamente diferente da anterior, que é o concreto-pensado.

Neste processo três aspectos pensados nas suas inter-relações têm relevância para o desenvolvimento desta metodologia: a fundamentação teórica, a contextualização histórica e a possibilidade do trabalho de campo. Estas articulações estão expostas no decorrer dos capítulos apresentados a seguir.

No primeiro capítulo - LIMITES E CONFLITOS – pretende-se analisar os aspectos da crise capitalista e os conflitos presentes no território. Ao se realizar tal estudo, delineou-se, inicialmente a contradição do projeto neoliberal ao propor conciliar concentração de renda e projeto de "emancipação humana". Em seguida, avaliou-se o alcance do projeto de fragmentação da vida humana subsidiado pelo sistema neoliberal. Em contraponto a tal realidade, procurou-se

indicar caminhos possíveis ao compreender a cultura e o cotidiano como campos específicos no quais se articulam as mudanças tanto no plano empírico quanto no teórico. Os itens constantes deste capítulo estão baseados nas concepções de Zygmunt Bauman, Emir Sader e Milton Santos.

No segundo capítulo - CULTURA COMO RECONSTRUÇÃO DA ESPACIALIDADE- discutem-se os marcos teóricos e conceituais relacionados ao objeto de estudo, com o objetivo de construção de uma perspectiva analítica, fundamental para conhecer as reais causas e consequências dos processos, bem como para levantar possibilidades teóricas. Desta forma, relacionar cultura, comunicação e espaço é um procedimento que surge da necessidade de construção de elos investigativos entre as ciências. Dito de outro modo, é preciso priorizar a produção do conhecimento em sua totalidade em detrimento da cisão entre os campos investigativos. Somente assim é possível ir ao encontro das possibilidades epistemológicas advindas da concepção gramsciana da Filosofia da práxis, em que as concepções teóricas são construídas no embate com a realidade concreta a ser analisada. Para uma análise mais cuidada, será proposta uma discussão sobre as possibilidades teóricas dos campos de conhecimento, no que diz respeito ao espaço, destacando-se as seguintes temáticas de maneira entrelaçada, respeitando-se a sua dinamicidade: a lógica da produção do espaço e a relação espaço-tempo; a pesquisa em comunicação e culturas subalternas, espaço e cotidianidade: as construções subjetivas no campo da realização da vida. Representadas as possibilidades renovadoras no campo da cultura e da comunicação procuram-se os seus conceitos balizadores, por meio da interação dos estudos de Maria Nazareth Ferreira, Néstor Garcia Canclini, Milton Santos, Muniz Sodré, David Harvey, Zygmunt Bauman.

No terceiro capítulo - A CIDADE: CONSTRUÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA -, a cidade é um produto histórico e social e, assim, estabelece relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos e com sua história. Portanto, o meio urbano se modifica à medida que a sociedade como um todo se transforma. Considera-se neste processo a produção capitalista do espaço e as estratégias da lógica hegemônica na construção material e simbólica da cidade. Um dos objetivos neste capítulo é o deslindamento do modo como se realiza a lógica hegemônica. Para tanto, é preciso, de início, demonstrar as dinâmicas urbanas que se estabelecem entre a consolidação das novas centralidades hegemônicas e a constituição da periferia como negação. Após isso, busca-se avaliar o urbanismo e a industrialização no capitalismo periférico.

Para dar embasamento ao enfoque à experiência da cidade de São Paulo, baseou-se nos estudos de Ermínia Maricato, Ana Fani Carlos, Fernanda Sanches e José de Souza Martins.

No quarto capítulo- NOVAS SUBJETIVIDADES E ESPACIALIDADES SUBALTERNAS- a análise recai sobre como se realiza na cidade a lógica horizontal própria dos setores subalternos que encontram mecanismos baseados em aspectos como a solidariedade, a identidade e a partilha, únicos capazes de fazer frente às estratégias hegemônicas, constituindo uma nova esfera pública. Pretende-se discutir sobre a dinamicidade subalterna enquanto manancial de estratégias capazes de compor uma outra relação com o espaço. Tal interação se explica a partir do enraizamento no meio e, sobretudo, a partir da experiência de escassez, carência essa que tornará possível a produção de um projeto contra-hegemônico. Este item teve como apoio teórico as discussões de Milton Santos e Muniz Sodré.

No quinto capítulo- REDE LIVRE LESTE: PRÁTICAS CULTURAIS E PROCESSOS COMUNICATIVOS -, pretende-se construir as inferências a partir da interpretação dos dados coletados, ou seja, a construção das relações entre a revisão bibliográfica e a análise do trabalho de campo. Neste momento da pesquisa, o objetivo é mapear os aspectos das novas subjetividades subalternas, analisando-se o trabalho desenvolvido pela Rede Livre Leste. Ao se avaliarem as potencialidades de constituição de novos fluxos emancipatórios em um contexto de imposição das forças hegemônicas, procura-se estimar a viabilidade da constituição de espacialidades subalternas.

CAPÍTULO I

LIMITES E CONFLITOS

1. 1. Hegemonia neoliberal

O neoliberalismo, como projeto hegemônico, passa por reestruturações e no atual momento está em crise. A hegemonia neoliberal pode ser compreendida a partir de três momentos de seu processo: o surgimento, a consolidação e a crise. (SADER, 2009)

O primeiro momento acontece com o rompimento do projeto do Estado de bem-estar social, coincidindo com o surgimento dos governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Suas expressões ideológicas, mais fortes e abertamente conservadoras e restauradoras, tiveram como origem a retomada do liberalismo clássico do século XIX. Os principais aparelhos ideológicos e políticos neoliberais, dentre eles BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), FMI (Fundo Monetário Internacional) e OMC (Organização Mundial do Comércio), defendiam, entre outras medidas, o controle dos gastos públicos, o arrocho salarial, o desmonte do Estado de bem-estar social e um amplo processo de privatização. (SADER, 2009)

No segundo momento, apesar do rigor e da severidade das políticas de

estabilização macroeconômica, os resultados não foram os esperados. Com efeito, as contas públicas continuaram deficitárias, as atividades econômicas não foram retomadas, a inflação não foi controlada. Ademais, os índices de pobreza e de desigualdade pioraram drasticamente. Diante desse quadro de crise, foram feitos ajustes, amoldando-se os ideais neoliberais às novas demandas. Assim, os projetos de reforma estatal ganharam uma nova configuração e o Estado assumiu uma função reguladora das atividades econômicas, atuando em parceria com o setor privado. Este momento foi fundamental para consolidação da hegemonia. Sader (2009) nomeia esse novo modelo de administração estatal como o "governo da terceira via". Tal guinada suscitou uma ênfase mais socializante e a hegemonia neoliberal revelou a extensão de seu poder nos capitalismos centrais, espalhando-se, inclusive, entre governos social-democratas. Estes caracterizavam-se como porta-vozes da globalização:

A justificativa da "terceira via" valia como álibi para que governos até então identificados como modelos de governos de bem-estar social pudessem aderir a modelos rígidos de neoliberalismo. Países como o Brasil ou a Venezuela, que não tinham passado pela fase dura do neoliberalismo (...) aderiram a um modelo que teoricamente buscava equidistância entre o mercado e o Estado. (SADER, 2009, p.66)

Aparentemente, confirmava-se, desta forma, o "Consenso de Washington"⁴ que associava a um mesmo modelo correntes historicamente distintas.

O terceiro momento coincide com o fim da década de 1990 e representa

⁴ A expressão Consenso de Washington, chamada também de neoliberalismo, nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Numa conferência do Institute for International Economics (IIE), em Washington, Williamson listou políticas que o governo dos Estados Unidos preconizava para a crise econômica dos países da América Latina.

o esgotamento da ilusão de que uma nova economia permitiria um crescimento contínuo, sem sobressaltos. A grande contradição do modo de produção capitalista se apresenta mais uma vez pela impossibilidade de conciliar o projeto de emancipação social, agora realocada no mercado, e a intensificação da acumulação do capital. (SADER, 2009)

Portanto, a configuração do mundo contemporâneo, segundo Sader (2009), é fruto de uma grande virada de caráter regressivo que instalou uma nova correlação de forças; primeiramente, a transformação de um mundo bipolar para um mundo unipolar, acompanhado de dois outros fatores igualmente regressivos. Um deles é a passagem de um ciclo longo, expansivo, do capitalismo da II Guerra Mundial (até os anos 70), para um ciclo longo recessivo vigente no mundo. E o outro é a passagem de uma hegemonia de um modelo regulador, keynesiano⁵, ou de bem-estar social, para um modelo desregulado, liberal, de mercado. A conjunção desses três fatores fez com que o mundo tivesse um poder e riquezas mais concentrados, com maior exclusão social.

Já as forças contra-hegemônicas, elas se revelam no cenário mundial ao destacarem o papel da América Latina como o lado mais fraco do capitalismo (SADER, 2009), o que, de uma maneira geral, rompe com a lógica neoliberal imposta ao mundo.

Diante desse quadro, é o próprio Emir Sader (2009) que considera que vivemos um momento contraditório: de um lado, um modelo hegemônico imperialista e capitalista, que mostra suas fissuras e seu esgotamento, e, do outro, os modelos alternativos que encontram dificuldades de se impor. Trata-se, grosso modo, do velho que procura sobreviver à custa de crises e

⁵ Historicamente, as ideias do neoliberalismo se contrapõem ao keynesianismo, ideário formulado pelo economista John Keynes (1883-1946), dominante no período do pós-guerra, a partir de 1945. O autor inglês defendia um papel determinante e uma presença ativa do Estado na economia como forma de impulsionar o desenvolvimento.

instabilidades e do novo com dificuldades de se estabelecer.

O que motivou a presente investigação foi discutir o "novo". Ou seja, pretende-se analisar a face urbana da crise ocidental - a cidade - e os conflitos presentes no território. Pretende-se, assim, evidenciar as possibilidades de construção de novas subjetividades subalternas capazes de compor elementos investigatórios que possam se somar às forças contra-hegemônicas.

Desse modo, dois pontos são centrais para a discussão proposta: o primeiro é a contradição do projeto neoliberal ao propor conciliar concentração de renda e projeto de "emancipação humana" ao passo que o segundo é o alcance do projeto de fragmentação da vida humana subsidiado pelo sistema neoliberal.

Sobre a primeira questão, pode-se aceitar que a concentração de renda se realiza na intensificação da divisão de classe e a emancipação humana é virtualizada, realocada no campo do consumo no mercado. Um dos resultados deste processo é a precarização do trabalho, a constituição das categorias do subemprego e do desemprego. Como consequência, a cidade se produz à custa de baixos salários, o que dificulta a capacidade de manifestação, de apelo à justiça, de construção de força política, assim como enfraquece a identificação com o mundo do trabalho e com a sua cultura.⁶

O segundo ponto que entra nesta equação é o projeto sociocultural de fragmentação das relações humanas. Ao se transferir para a esfera do consumo a responsabilidade pela emancipação do indivíduo, retira-se do discurso a relação de classe e, consequentemente, as possibilidades contra-hegemônicas.

Esses dois aspectos atuam de maneira indissociável para tornar viável o modo de produção capitalista. Para se elaborar um discurso que denuncie e conteste tal aspecto contraditório, é necessário compreender os processos

⁶ Estes aspectos serão discutidos no Terceiro Capítulo- A cidade: construção material e simbólica.

ideológicos de dominação.

1.2 Espaço público, privado e mercantil.

Para Bauman (2001) uma das características que fazem nossa realidade nova e diferente é a desregulamentação e a privatização das tarefas e deveres e: "o que era visto como dotação e propriedade coletiva da espécie humana foi fragmentado".

Essa alteração reflete na realocação do discurso ético/político do quadro da sociedade justa para o dos direitos humanos, isto é, voltando o foco daquele discurso ao direito dos indivíduos permanecerem diferentes e de escolherem à vontade seus próprios modelos de felicidade e de modo de vida adequado. (BAUMAN, 2001, p. 38)

Atualmente, ocorre o esvaziamento do espaço público, ou seja, a colonização da esfera pública pela privada. A nova configuração do mundo, a fragmentação e a posterior mercantilização da esfera pública são variáveis que devem ser consideradas para construção de uma teoria crítica e um projeto novo de emancipação real.

Tal esvaziamento leva à formação de um espaço público-privatizado, o qual serve de receptáculo das questões individuais, impossibilitando o debate político, ou seja, a discussão dos problemas enquanto coletividade. Para Bauman (2001), existem dois aspectos que representam este quadro: a substituição da política pública pela política-vida e a prevalência do *indivíduo de jure* sobre o *indivíduo de facto*.

A política-vida substitui a política pública quando o espaço coletivo é

tratado como receptáculo de individualidades e quando ocorre o desfazimento do debate de caráter político e público. Nesse novo contexto, a troca de individualidades é estéril politicamente. Isso porque, apesar de a coletividade reconhecer que possui problemas em comum, como desemprego, fome ou discriminação, eles não são somados em uma causa comum. Dessa forma, a única vantagem que a companhia do outro sofredor pode trazer é a garantia de que todos enfrentam diariamente os mesmos problemas, o que leva a uma mera renovação e encorajamento de se continuar a agir da mesma maneira:

Para o indivíduo, o espaço público não é mais que uma tela gigante em que as aflições privadas são projetadas sem cessar, sem deixarem de ser privadas ou adquirirem novas qualidades coletivas no processo de ampliação: o espaço público é onde se faz a confissão dos segredos e intimidades privadas. (BAUMAN, 2001, p.49)

Nesta realidade, surge um novo indivíduo: o *indivíduo de jure*, que significa não ter ninguém a quem culpar pela própria miséria e não procurar as causas das próprias derrotas senão na própria indolência e preguiça. A situação torna-se ainda mais angustiante e sem saída porque o homem não consegue procurar outro remédio senão tentar com mais e mais determinação. Esta realidade intensifica o abismo entre o *indivíduo de jure* e a perspectiva em tornar-se um *indivíduo de facto*, capaz de controlar seu destino. (BAUMAN, 2001)

Considerando que a emancipação foi alocada no campo do consumo, para a economia de mercado, dois atores são importantes: o *homo economicus*, solitário, autorreferente e autocentrado, que se guia pela escolha racional. Este, por sua vez, reconhece apenas o *homo consumens*, também solitário, autorreferente e autocentrado. Trata-se do comprador, para quem as compras

são a única terapia e sua comunidade é o enxame de consumidores dos *shopping centers* ou da internet. Desta forma, o homem sem qualidades (não qualificável) da modernidade, ao amadurecer (ou ser amadurecido pela sociedade de massas), torna-se o homem sem vínculos. (BAUMAN, 2004)

Em contraponto a esta realidade, é imprescindível, a fim de compor um campo de alternativas para reconstrução do espaço público, atentar para as conquistas e ações dos setores subalternizados que têm reaprendido capacidades esquecidas e perdas de cidadania. É necessário, assim, recoletivizar as utopias privatizadas da "política-vida" de tal modo que possam assumir um caráter de coletividade associado à política com P maiúsculo. (BAUMAN, 2001). Somente após isso, pode-se discutir a possibilidade de reconstrução dos vínculos.

Reconstruir vínculos é restabelecer a noção de cidadão que remete à busca de seu próprio bem-estar por meio do bem-estar da cidade, em oposição à visão do indivíduo, que tende a ser morno, cético ou prudente em relação à causa comum.

Como o debate sobre a cidade se estabelece na contemporaneidade? Os debates se resumem às questões privadas, o público é colonizado pelos interesses individuais, caracterizando a banalização e a mercantilização da questão pública.

A individualização veio para ficar; toda elaboração sobre os meios de enfrentar seu impacto sobre o modo como levamos nossas vidas deve partir do reconhecimento desse fato. (BAUMAN, 2001, p. 47)

Sader (2009) pontua, na discussão sobre o espaço público e o privado, o caráter mercantil do processo, pois constata que a esfera pública, além de ser invadida pela esfera privada, foi mercantilizada. Ele ainda salienta que, para se

contrapor à esfera mercantil do neoliberalismo, deve-se considerar a esfera pública como construção de direito e da cidadania e evitar o equívoco de pensar na esfera estatal sem a compreensão de que o Estado, por si só, na atualidade, não possui uma determinação clara. Na verdade, ele pode ser totalmente privatizado ou, em uma orientação diametralmente oposta, desenvolver políticas públicas de caráter emancipador.

1.3 Caminhos possíveis

O mundo navega cada vez mais ao sabor das novas tecnologias, das promessas de acessibilidade, dos discursos de inclusão, das formas maleáveis de relações. Todas essas questões permeiam não só os ambientes estruturantes - a política, o Estado, a construção da hegemonia - como também os ambientes estruturais da vida cotidiana: as relações sociais, o senso comum, a escola e a família.

Milton Santos (2008), ao buscar o entendimento dessa problemática, revela a existência de diferentes planos de mundo que se articulam em um só: o mundo enquanto fábula, o mundo como perversidade e a construção de um outro mundo possível.

No “mundo como fábula”, encontra-se uma máquina ideológica a serviço dos interesses hegemônicos de continuidade do sistema de dominação. Tal manutenção deste “status quo” ocorre não só pela vertente econômica, mas principalmente pela dominação da consciência. A proliferação de um discurso único produz a economização e monetarização da vida social, acarretando a desumanização do homem.

O “mundo como perversidade” é identificado na banalização do desemprego, da violência e da fome, assim como das desigualdades sociais, culturais e econômicas. Sob os intentos da competitividade institui-se a falsa acessibilidade e, ao mesmo tempo em que se promove a convergência dos momentos e do conhecimento do planeta, desestruturam-se as relações sociais ao se virtualizarem os sentimentos e, principalmente, ao se usurparem as possibilidades de visão.

Por fim, quando Milton Santos se refere à construção de um outro mundo possível, ele alude à retomada do homem como ser da mudança. Esta, por sua vez, acontece a partir do momento em que se entende a necessidade de se emancipar desse mundo perverso.

Mas como isso se realizaria?

O autor de *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência social* preconiza a necessidade de apropriação das bases materiais do período atual, tanto no plano empírico como no plano teórico. Considerando o que atualmente se observa no plano empírico, Santos aponta para um certo número de fenômenos novos indicativos da emergência de uma nova história, assim apresentados:

- a “mistura” de povos, raças, gostos, em todos os continentes;
- a “mistura” de filosofias, em detrimento do racionalismo europeu;
- a população aglomerada em áreas cada vez menores, o que permite um maior dinamismo àquela mistura de pessoas e filosofias. Uma verdadeira sociodiversidade.

Na observação de Milton Santos, a população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo a possibilidade de utilização, a serviço dos homens, do sistema técnico atual.

No plano teórico, verifica-se a necessidade de construção de um novo “discurso” que, alicerçado na observação crítica da história concreta, possa produzir conhecimento a fim de se discutirem e apontarem possibilidades aos pontos críticos da sociedade:

Em um mundo datado como o nosso, a explicação do acontecer pode ser feita a partir de categorias de uma história concreta. É isso, também, que permite conhecer as possibilidades existentes e escrever uma nova história. (SANTOS, 2008, p.21)

Compreende-se que a produção de conhecimento e a construção de alternativas ao processo neoliberal só terão eficácia e validade ao se pensar nos elos investigativos entre o plano teórico e o plano empírico. Emir Sader (2009), ao repensar as possibilidades para América Latina, justifica a inviabilidade de muitas propostas emancipatórias. Como estão alicerçadas em dogmas e princípios, tais propostas desconsideram a mediação das condições concretas dos enfrentamentos de classe:

Qualquer proposta estratégica tem que estar ancorada, antes de tudo, na realidade concreta, na dinâmica específica dos grandes enfrentamentos, com a consciência de que todo o processo transformador tem um aspecto necessariamente novo, heterodoxo, que precisa ser captado, ao invés de tentar reduzi-lo a cânones teóricos, sem dizer onde teriam se realizado. (SADER, 2009, p.156)

Neste sentido, é necessário realimentar e mudar os intuitos da unicidade da técnica, isto é, utilizar as “convergências dos momentos” (SANTOS, 2008) e da possibilidade de conhecer o planeta, para alterar as falsas conectividades por meio da construção e reconstituição dos vínculos sociais entre os povos.

Reverter esse quadro é como repensar as relações sociais e culturais e, para tanto, a cultura é compreendida como campo específico no qual se articulam as mudanças tanto no plano empírico quanto teórico.

CAPÍTULO II

A CULTURA COMO RECONSTRUÇÃO DA ESPACIALIDADE

O interesse em relacionar cultura, comunicação e espaço surge da necessidade de construção de elos investigativos entre as ciências. Dessa maneira, o objetivo central é a produção do conhecimento em sua totalidade, deixando-se de lado a cisão entre os campos científicos.

Portanto, procura-se compreender os processos emancipatórios frente à realidade neoliberal, relacionando-se as teorias da comunicação às culturas das classes subalternas e à análise do espaço como recorte essencial. Somente com tal procedimento é possível compreender as mudanças em sua totalidade, pois encontram-se no espaço as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminarem-se as particularidades. Deste modo, o espaço contém tanto as marcas dos processos totalizantes, tais como a *tendência à homogeneização* e ao *processo de fragmentação do espaço e da sociedade*, como, também, as sementes de mudança fundamentadas nas relações humanas presentes no cotidiano:

(...) o lugar permite ao mundo realizar-se, a oportunidade de uma história que ao se realizar muda, transforma, determina a ação, é onde os homens estão juntos vivendo, sentindo, pulsando, e que tem a força da presença do homem. (SANTOS, 2008, p.45)

Para começar a tecer essas possibilidades investigativas, propõe-se a discussão de três aspectos: 1º - o entendimento da lógica da produção do espaço e as alterações na relação espaço-tempo; 2º - a apresentação das possibilidades teóricas das pesquisas em comunicação e culturas das classes subalternas; 3º - o destaque da importância da cotidianidade e do plano do lugar para a construção de possibilidades emancipatórias discutidas a partir da concepção de subjetividade.

2.1 A lógica da produção do espaço e a relação espaço-tempo.

A racionalidade é um processo dominante na produção do espaço urbano. Deste modo, o espaço é primeiramente produzido de acordo com a lógica do capital e depois é liberado para o uso. Ou seja, ocorre uma inversão de sentidos, pois o que está em jogo não são as necessidades dos que habitam a cidade e sim dos que a produzem. (CARLOS, 2001)

Deste modo, acredita-se que as propostas para o espaço, a partir da visão da arquitetura e do urbanismo, foram e ainda são estabelecidas e dogmatizadas em um conjunto de significações verbais e discursivas. Isso equivale a dizer que não se consideram as significações percebidas e vividas por aqueles que habitam o espaço. Para entender este fato, é essencial desvendá-lo e compreender que essas propostas estão fundamentadas na reprodução do capital e, ao se materializarem no espaço das cidades e localidades, desarticulam a luta ao encobrirem a compreensão de todo o processo histórico.

A análise das alterações ocorridas na relação espaço-tempo é significativa para compreender os processos de produção e de dominação do espaço.

Bauman (2001) apresenta seu entendimento sobre essa relação ao trabalhar com o conceito de “modernidade líquida” e “modernidade sólida”. Estabelece a seguinte analogia: a modernidade líquida representa os tempos modernos nos quais as relações são pautadas pela fluidez, rapidez e fugacidade.

Na modernidade sólida, conceito que representa o momento do apogeu do modelo do Estado de Bem-Estar social, as relações sociais têm peso, são localizadas e determinadas no espaço.

A voraz diminuição dos espaços em locomoção física ou sensorial é um dos mais claros exemplos do derretimento desses padrões (sólidos) que eram vigentes. Atualmente, computadores e telefonia, ambos móveis e portáteis, levam consigo a ordem e agenda de qualquer lugar, em ações que podem criar reações transformadoras (caóticas) de qualquer lugar para diversas posições do globo. (BAUMAN, 2001, p.132)

Assim, as mudanças de concepção da relação espaço-tempo são articuladas no campo das análises sociológicas. Na modernidade sólida, o tempo era o meio, que precisava ser administrado prudentemente para que o retorno de valor, que era o espaço, pudesse ser maximizado - a era do *hardware*.

Na modernidade leve - a era do *software* - a eficácia do tempo como meio para alcançar valor tende a aproximar-se do infinito. Já que todas as partes do espaço podem ser atingidas no mesmo período de tempo e nenhuma parte do espaço é privilegiada, nenhuma tem um valor especial.

Outra referência analítica importante se relaciona com as possibilidades investigativas de Lefebvre (2001) que propõe uma reflexão simultânea sobre “dialética” e “espaço”, a partir da construção de uma “tríade conceitual”: plano do vivido, plano do percebido e o plano do imaginado. Para o filósofo marxista francês, as dimensões materiais, mentais e sociais se relacionam e permitem compreender a produção do espaço social e a dinâmica de sua transformação. Essa tríade conceitual compreende, segundo Lefebvre, os planos do vivido, do percebido e do imaginado.

O plano do vivido é o plano das práticas espaciais materiais, fluxos, transferências e interações físicas e materiais que ocorrem no e ao longo do espaço, de maneira a garantir a produção e a reprodução social. Aqui estão inscritas todas as possibilidades da realidade concreta.

O plano do percebido é o plano das representações do espaço. Compreende todos os signos e significações, códigos e conhecimentos que permitem falar sobre as práticas materiais e compreendê-las, pouco importa se em termos do senso comum cotidiano ou do jargão por vezes impenetrável das disciplinas acadêmicas que tratam de práticas espaciais (a engenharia, a arquitetura, a geografia, o planejamento, a ecologia social, etc).

O plano do imaginado é o plano das invenções mentais, o que engloba os códigos, os símbolos, os signos, os discursos espaciais, os planos utópicos, as paisagens imaginárias e, até mesmo, as construções materiais, como espaços simbólicos, ambientes particulares construídos, pinturas, museus etc. Tais invenções propõem novos sentidos ou possibilidades para práticas espaciais.

Na mesma tentativa de buscar alternativas, Harvey (2006) desenvolve a teoria do desenvolvimento geográfico desigual e aponta para a necessidade de integrar à análise o conceito de espacialidade, que tem sido desconsiderado pela maioria das teorias sociais. Para compor seu pensamento, o autor combinou quatro condicionantes: a inserção material do processo de

acumulação de capital na teia da vida socioecológica; a acumulação do capital no espaço e tempo; a acumulação via espoliação e, finalmente, os conflitos nas diferentes escalas geográficas.

Harvey parte do pressuposto de que as grandes transformações no processo produtivo - em função do desenvolvimento de novas tecnologias que produzem incessantemente transformações na organização do trabalho e da produção - levam a uma nova articulação espacial e, para compreendê-la, é imprescindível desvendar as relações espaço/tempo no mundo moderno.

Diante dessas considerações estruturais e teóricas sobre a relação espaço-tempo, busca-se levantar as possibilidades investigativas da teoria da comunicação e cultura subalternas.

2.2 A pesquisa em comunicação e culturas subalternas

A partir do conhecimento dos processos desestabilizadores da sociedade globalizante, é significativo pensar as possibilidades do plano teórico e vislumbrar as possibilidades do campo da cultura e comunicação subalternas. Para compreender a pesquisa em comunicação na América Latina, é relevante perceber que, mais do que inquietações científicas e/ou a tendência a reproduzir métodos advindos de outras realidades, são as demandas políticas e sociais que impulsionam a produção do conhecimento em comunicação nos países latino-americanos:

A Communication Research nos Estados Unidos, cuja motivação foi o impacto social dos meios de comunicação de massa, e com a produção da Escola de Frankfurt, na Alemanha, que teve o nazismo como fenômeno inspirador de seus estudos sobre a Indústria Cultural. Na América Latina, as marcas da dependência

estrutural, que evoca uma cultura do silêncio e da submissão, mas, também, de resistência e de luta, são o pano de fundo da busca por compreender o que acontecia com a comunicação e demarca as fronteiras do emergente campo de estudo. (BERGER, 2003, p.241)

Deste modo, observa-se que a construção de processos teóricos que repensem os sistemas de dominação neoliberal da atualidade latino-americana se correlaciona com as demandas políticas e sociais. Um exemplo de tais demandas seria a constituição de governos de base popular e a intensificação das lutas populares. Ferreira (2007-1) observa o paradoxo existente neste processo ao compreender que o mesmo processo que dizima as conquistas - a implantação do neoliberalismo - também é responsável por um despertar percebido tanto no cenário empírico quanto teórico. Portanto, é construído, nesta realidade, um contrafluxo teórico e empírico responsável por muitos dos questionamentos que desembocam na constituição de possibilidades emancipatórias.

É preciso explicar por que o mundo de hoje, que é horrível, é apenas um momento do longo desenvolvimento histórico. E que a esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e das insurreições. Eu ainda sinto a esperança como minha concepção de futuro. (Jean Paul Sartre apud SANTOS, 2008)

Esse pensamento, embora oriundo de um determinado momento do passado histórico, ainda permanece atual. Frente à realidade dos nossos dias, em que as concepções fragmentadas de mundo, a dominação insana, porém simulada, e a propagação da desumanização das relações sociais têm tornado esse mundo vazio de sentido, que posição tomar? Como prover a mudança?

Quais os caminhos? Quais as articulações do pensamento teórico com o mundo empírico, especialmente nas Ciências Sociais?

A articulação entre cultura e comunicação é eleita como espaço de construção dessas possibilidades no plano teórico. Cultura é compreendida como campo onde se estabelecem os conflitos, coexistindo processos de dominação, apropriação, resistência e (re)apropriação, num movimento dialético e contraditório entre os setores hegemônicos e subalternos.

O conceito de subalterno é referenciado às perspectivas de Gramsci que, ao criar a expressão, emprega-a no sentido de marcar a diferença entre o patrimônio cultural do povo e a cultura oficial. Assim, o autor constrói um conceito dinâmico e historicista, no qual a cultura é compreendida como um processo que se conserva e renova permanentemente somente na prática social. Esta ótica amplia o sujeito produtor/receptor/consumidor de cultura a todo o universo social.

Nesta perspectiva, a definição de classes subalternas apresenta diferenças significativas com a de classes exploradas. O conceito de subalterno está num campo semântico que transcende a determinação econômica pelo lugar que a classe ocupa na estrutura produtiva, atendendo, ao mesmo tempo, à dominação cultural, a qual se define pelo lugar que a mesma classe ocupa no âmbito da hegemonia (FERREIRA, 2007). Vale salientar a atualidade do pensamento de Gramsci, especificamente hoje, em que é possível estabelecer as intersecções entre o seu pensamento e os problemas filosóficos e políticos da atualidade. Semeraro (2000) propõe esta articulação para discutir de que modo os setores populares, mesmo em condições adversas, podem se organizar politicamente e chegar a construir um projeto próprio de mundo alternativo e superior ao existente.

Ao estabelecer alguns parâmetros dessa nova realidade globalizante, fluida, tecnológica, percebe-se o quanto os seus efeitos são produzidos no

campo cultural, o qual deve ser considerado como o lugar em que esse novo discurso legitima-se por meio da atuação dos *media*.

As ações dos *media* - um dos principais instrumentos de expansão e de integração do neoliberalismo - que atuam no campo da mediação social transformam as concepções de vida, os valores éticos, estéticos, artísticos e religiosos de toda a sociedade e, através dos mecanismos de consenso, criam sistemas de simulacros que mascaram as diferentes formas de apropriação e dominação. (SILVA, 2006, p.38)

Esse movimento pode ser justificado na definição da cultura, por Néstor Garcia Canclini (1988, p.34): "o conjunto de processos simbólicos por meio dos quais se compreende, reproduz e transforma a estrutura social".

Se a comunicação é entendida como mediação social, pode ser relacionada com os fenômenos da cultura. É no espaço da cultura, da cotidianidade, portanto, que se desenvolvem as relações conflituosas dentro de uma sociedade, na qual ocorre a interação com os diferentes sistemas comunicacionais.

O campo cultural é o lugar da manifestação dos conflitos e das disputas simbólicas e comunicacionais. Nesse campo, coexistem os processos de dominação e também de apropriação; é o espaço das negociações entre os diferentes atores desta dinâmica. Deve-se ter em conta que as diferenças ultrapassam o entendimento de experiências societárias distintas, pois se compreende que essas diferenças também existem devido à desigualdade dos acessos aos capitais econômicos, culturais e simbólicos. Garcia Canclini (1988) afirma que existem culturas populares porque a reprodução desigual gera:

- a apropriação desigual dos bens econômicos e culturais por parte das diferentes classes e grupos na produção e no consumo;
- nos setores excluídos da participação plena nos produtos sociais, uma

satisfação específica de suas necessidades, a partir de suas condições de vida;

- uma interação conflitiva entre as classes subalternas e as hegemônicas pela apropriação dos bens sociais.

Garcia Canclini (1988) amplia a reflexão além da análise dos aparelhos ideológicos do Estado, propondo um novo modelo de análise, em substituição à "dominação/dependência". O autor propõe a relação "hegemonia-consenso". Assim, buscava romper com a concepção unidirecional de poder, resgatando as horizontalidades além das verticalidades das estruturas econômicas, políticas, simbólicas e culturais. Para estes esforços, buscou, no conceito de hegemonia de Gramsci, uma forma de interpretar a "guerra de posições" expressa nos confrontos culturais.

Ao interpretar a hegemonia como uma forma renovada de dominação cultural, Garcia Canclini demonstra a possibilidade de fugir ao determinismo unilateral, resgatando a importância das culturas subalternas, geradas na luta cotidiana de sobrevivência e que se contraporiam, mesmo que parcialmente, aos interesses hegemônicos de acumulação a partir da valorização dos bens.

A presente pesquisa tenciona resgatar a possibilidade de entender a existência de uma força emancipadora nas culturas subalternas, força essa parcialmente resultante da disputa e do conflito entre classes. Esse embate pode ser verificado na esfera da circulação, no consumo, mas se "realiza" sobretudo na esfera da produção e distribuição. Deste modo, o consumo é interpretado para além de uma mera "compulsão consumista", como um *lócus* de expressão do conflito entre classes sem que, no entanto, possa ser considerado um novo espaço público.

Desta forma, é na análise da cotidianidade das culturas das classes subalternas que a pesquisa em comunicação agregará conhecimento:

É no espaço cultural, na cotidianidade portanto, que se dão as relações das classes subalternas com o mundo material e com as classes hegemônicas (...) nesse espaço conflitivo e adaptativo, as culturas subalternas refuncionalizam as mensagens recebidas, adaptando-as ao seu cotidiano. (GARCIA CANCLINI, 1988, p.32)

Ainda de acordo com o pensamento de Garcia Canclini, o acesso aos procedimentos simbólicos mais sofisticados é um imperativo da sociedade atual, para trabalhar e consumir. Ferreira dá indício desta nova configuração:

Esta situação aumentou a distância material e cultural entre as classes da mesma sociedade e entre países periféricos e centrais. A propriedade transnacional das novas tecnologias aumenta também a assimetria entre os poderes locais e nacionais e aqueles de caráter transnacional. Esta situação, que se manteve desde os primórdios da expansão capitalista, no neoliberalismo, atinge seu auge. (FERREIRA, 2007-1, p. 47)

Por outro lado, é imperioso localizar os cenários nos quais se expressam as culturas subalternas:

Pode-se considerar que a cultura subalterna é construída no espaço e no tempo da cotidianidade das classes subalternas, nas suas condições de luta pela vida, através dos processos de adaptação e resignificação dos quadros dados pelo sistema, tendo como principal instrumento, os seus próprios meios de comunicação. (FERREIRA, 2007-1, p.48)

Ao penetrar no campo do entendimento da comunicação e cultura como o campo de construção da práxis social, é imperativo que seja desarticulada a concepção segmentada das ciências e das teorias sociais e se instituem as interfaces entre os campos de conhecimentos, visto a sua relevância para o

entendimento da atualidade. É importante evidenciar que a comunicação, como área de conhecimento relativamente nova, se fortalece, quando foge às análises funcionalistas e penetra no entendimento da comunicação como *lócus* da vinculação social.

Muitos dizem que a comunicação não tem objeto. Eu acho que tem. (...) Eu acho que o objeto da comunicação é a vinculação social. É como se dá o vínculo, a atração social, como é que as pessoas se mantêm unidas, juntas socialmente. (SODRÉ, 2001, p.02)

Ao compreender a comunicação como o entendimento do vínculo, dos laços societários, a comunidade não é entendida simplesmente como agregação ou junção de pessoas, mas também como laço atrativo. Ao comparar com o objeto de análise da *mídia*, percebe-se que se trata de outra concepção, pois, neste caso, trabalha-se com as relações que fogem ao entendimento dos vínculos. O vínculo atravessa os limites, atravessa o corpo, os sonhos, o psiquismo do sujeito:

A mídia trabalha a relação. Enquanto a comunicação é maior que a mídia. Ela envolve a existência mesmo. O núcleo dela é a comunidade. Então é preciso entender radicalmente o que é comunidade. A sociedade não acabou com a comunidade, com a formação societária. (SODRÉ, 2001, p.02)

Na análise crítica sobre a atuação das *mídias*, Sodré (2001) afirma que essa atuação tende a destruir e acabar com a comunidade, porque viver a comunidade é viver também a sua tensão, a sua violência, pois, onde há coletividade, há possibilidade de violência, de tensão.

É também Sodré que propõe a discussão sobre os conceitos de relação e vinculação:

Por isso é complicado abordar a comunidade, compreendê-la como lugar de vínculos. Portanto, a mídia trata a externalidade dessa vinculação, que é a relação. E está tratando de uma forma cada vez mais externa. Hoje, na Internet, por exemplo, nunca as pessoas estiveram tão conectadas, tão ligadas, mas não vinculadas. (SODRÉ, 2001, p.03)

Ao conceber a comunicação como "vinculação", faz-se necessário retomar a proposta de Santos (2008) para quem a apropriação - realizada pelos excluídos do sistema - é a mola propulsora da mudança das bases materiais do período atual, tanto no plano empírico como no plano teórico. Ou seja, vincular significa mudar os intuitos da unicidade da técnica, utilizar das convergências dos momentos e da possibilidade de conhecer o planeta em prol do desenvolvimento humano e, desta forma, alterar as falsas conectividades por meio da construção e reconstituição dos vínculos, especialmente das práticas sociais.

No campo desta discussão, Paiva (2005) apresenta o conceito de "comunidade gerativa". Para ela, a sociedade contemporânea possui características como a falência da política de projetos, a descentralização do poder, a forte tônica individualista e cosmopolita, além da excessiva presença da violência nas relações sociais. São justamente essas peculiaridades que produzem a busca por alternativas:

(...) aquela experiência capaz de tirar do torpor os sujeitos envolvidos em projetos individuais e inseri-los em práticas capazes de fazer frente ao esfacelamento do social, ou seja, a vinculação entre sujeitos cujo propósito maior é efetivamente seu florescimento harmônico com o contexto histórico e social do seu tempo. (PAIVA, 2005, p. 25)

Podem-se citar diferentes exemplos empíricos de propostas de organização alternativas ao sistema dominante, tais como: a constituição de rádios comunitárias em comunidades excluídas ou a formação de redes midiáticas de discussão e produção de tecnologia social. Também é uma via alternativa a apropriação de mecanismos tecnológicos (como acesso a internet) pelos povos originários (projeto ONG *Vídeo nas Aldeias – VnA*) com o objetivo de elaborar documentários que têm tanto objetivo de preservação da sua cultura e identidade, como de denúncia dos processos de expropriação sofridos.

No entanto, a real mudança estará fundamentada na concepção ampliada de política. Nesse sentido, política não deve se limitar ao senso comum cujo resultado único é o direito ao voto. Deve-se ter como referencial as concepções de Gramsci, para quem fazer história é fazer política, é identificar-se e posicionar-se diante dos processos que interferem e atuam nas suas relações tanto locais, cotidianas, como nas mantidas com o mundo. O erro está em abandonar a esfera política. Sader (2009) evidencia que a existência das ONGs, organizações que se definem por uma suposta rejeição à política e com as quais muitos movimentos sociais têm práticas comuns, fortaleceu essa tendência.

Quando os movimentos sociais ficaram restritos à esfera social, puseram-se na defensiva, sem capacidade de criar instrumentos para a disputa da hegemonia política. O “outro mundo possível” só pode ser criado com novas estruturas de poder, não apenas a partir de resistência de base. (SADER, 2009, p.141)

Para começar a construir as possibilidades reais, é preciso observar esses processos conflitivos e adaptativos e evidenciar as construções subjetivas das práticas das culturas subalternas: como se relacionam, como negociam, como se comunicam nesse processo. As subjetividades podem ser observadas em

diversas articulações desses setores subalternos, presentes nos seus processos comunicativos por meio das manifestações culturais, das falas, dos gestos, das atuações e práticas políticas, etc.

Um dos vetores desses processos comunicativos é a sua relação com o espaço, ou seja, o entendimento de como se relacionam com ele, como deixam e perpetuam suas marcas, como se apropriam, se adaptam e se articulam.

Em muitas análises sobre os processos comunicacionais, o espaço não é concebido como elo articulador dessas mudanças. Estas pesquisas não ultrapassam a amplitude abstrata do espaço e, assim, não o consideram como condição, meio e produto da realização da sociedade humana. Desta forma, para construção de uma proposta investigativa alternativa, o espaço é considerado como eixo articulador das subjetividades das culturas subalternas e é compreendido enquanto espacialidade. A noção de espacialidade traz consigo a ideia de processo em permanente movimento; não se trata do espaço em si, como objeto analítico, mas do espaço na história, pensado como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético.

Diante dessas considerações estruturais e teóricas sobre a pesquisa em comunicação e culturas subalternas, busca-se elaborar uma série de conceitos específicos para o melhor entendimento do espaço como *referência concreta* (constituente e constituída) da prática social que incorpora uma reflexão simultânea na articulação com a cotidianidade.

2.3 Espaço e Cotidianidade: construções subjetivas no campo da realização da vida

A cotidianidade desenvolve-se na vida objetiva, na concretude de qualquer sociedade. É o plano no qual as práticas concretas dos homens com a natureza, com os deuses e com os outros homens se traduzem em experiências sociais; é também *lócus* de reprodução dos meios de subsistência material e simbólica, o lugar fundamental de constituição da cultura em sentido amplo. A cotidianidade é, ainda, o cenário do devir histórico, no qual seus efeitos são incorporados à vida social. Nesta relação é essencial repensar o entendimento do espaço como *lócus* da reprodução da vida cotidiana.

Os diversos elementos que compõem a existência comum dos homens inscrevem-se em um espaço; deixam aí as suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade (...) ao produzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço. (FERREIRA, 2007-1, p.12)

Ao analisar o espaço, a partir da concepção da vida cotidiana, traduz-se sua presença como o cenário das experiências materiais, concretas e também de construção da subjetividade, das emoções, comportamentos e representações.

A compreensão do espaço como concepção totalizante da vida cotidiana e centro do sistema de comunicação e informação entre os indivíduos transforma-o no cenário privilegiado para o entendimento das desigualdades, dos processos de dominação e também de apropriação do espaço nas cidades.

Garcia Canclini, tomando como referência Gramsci, afirma que a cultura é o conjunto de processos simbólicos por meio dos quais se compreende, reproduz e transforma a estrutura social. Ao se aceitar tal concepção, pode-se considerar que as possibilidades de resistências às desigualdades geradas pela reprodução do capital na vida cotidiana devem ser analisadas a partir dos

sujeitos dessas relações, especificamente a partir dos que sofrem com essas desigualdades.

No processo de reprodução das relações sociais, apresentam-se as contradições e os conflitos: “é por isso que podemos afirmar que no espaço se pode ler as possibilidades concretas da realização da sociedade.” (CARLOS, 2001, p.38)

Compreende-se que a cultura é construída no espaço e no tempo da cotidianidade das classes subalternas, nas suas condições de luta pela vida, por meio dos processos de adaptação e ressignificação dos quadros dados pelo sistema. O principal instrumento na elaboração da cultura são os seus próprios meios de comunicação inseridos no processo de realização da vida. (FERREIRA, 2007-1)

Para a compreensão da totalidade dos processos, é imprescindível superar a racionalidade lógica que impera na produção do espaço e evidenciar, a partir do entendimento das relações entre dominação e apropriação, três questões presentes nesse processo: a dominação política, a acumulação do capital e a realização da vida.

Mesmo com o acentuado processo de dominação e reprodução do capital no espaço das cidades, estas ainda contêm as possibilidades da vida cotidiana presentes nas suas articulações.

Esta terceira questão, a realização da vida, é motivo de especial atenção, pois se evidencia a importância das construções subjetivas e coletivas das culturas subalternas no espaço, na construção das espacialidades, como contra-argumento aos processos de dominação e produção do espaço na cidade.

Para pensar novas possibilidades de emancipação das classes subalternas, é essencial conhecer e apropriar-se do presente, ou seja, das novas configurações que, por meio dos avanços da tecnologia da informação, alteram e interferem nas práticas sociais.

O espaço público da cidade foi substituído pelo *espaço da mídia*, em que as decisões mais íntimas e pessoais, e mesmo as mais amplas e políticas, são decididas pelos que detêm os aparatos deste novo espaço. Esses indivíduos comandam e desenham as falsas relações ao desarticularem os vínculos presentes nas sociabilidades características do espaço da vida cotidiana. Porém, é a partir desta nova categoria de espaço que as propostas emancipadoras devem tomar partido desta nova realidade ao lhe darem sentidos e apropriações próprias.

As relações entre os setores subalternos e hegemônicos podem ser compreendidas a partir da análise de Bourdieu (2000) sobre campo de interação que, sincronicamente, pode ser conceituado como um espaço de posições e diacronicamente como um espaço de trajetórias. Estas posições e trajetórias são determinadas em grande medida pelo volume e distribuição de variados tipos de recursos ou capital. Os principais tipos de capitais são o econômico (propriedades de bens econômicos), cultural (conhecimento, habilidades e diferentes tipos de qualificações educacionais) e simbólico (méritos acumulados, prestígio e reconhecimento associado com pessoa ou a posição).

Partindo do pressuposto de que, dentro de qualquer campo de interação, os indivíduos baseiam-se nesses diferentes tipos de recursos para alcançar seus objetivos particulares, constitui como eixo de análise compreender como os setores subalternos se articulam neste campo de interação específico do espaço da cidade.

Esta perspectiva metodológica procura levar a uma desarticulação entre o pensamento e a racionalidade do espaço presente, principalmente no campo das políticas públicas, desde as áreas urbanas, passando por questões sociais e culturais. O espaço das cidades tem servido ao longo dos tempos como suporte para a dominação política e reprodução do capital – os planos urbanísticos. Por que não articular outras possibilidades de uso?

Ao evitarem as visões dos estudos que não consideram as espacialidades, tanto aos que atrelam apenas o vetor econômico ao entendimento do espaço, quanto aos que efetuam análises estritamente descritivas das cidades, as propostas emancipatórias se instalam na possibilidade de encontrar o elo teórico e empírico articulador da mudança. Ou seja, procura-se compreender a partir da análise dos processos de apropriação-adaptação pelas classes subalternas dos espaços, evidenciando-se os novos sentidos que estas promovem a partir de seus processos de subjetividades.

Os estudos sobre os movimentos sociais e a posse do território configuram-se como importantes pesquisas ao evidenciarem os processos conflituosos entre o rural e o urbano e, principalmente, ao vislumbrarem realidades políticas de resistência.

Na experiência brasileira, podemos citar a luta do MST – Movimento Sem Terra- pela defesa e garantia do território às classes subalternizadas nos processos de exclusão. Porém, a curiosidade teórica que se estabelece está em compreender como no espaço da cidade de São Paulo se localizam e se instituem as novas espacialidades das culturas subalternas, como dialogam e negociam com os setores hegemônicos e quais são as possibilidades de ação política por meio da cultura e de sua articulação no espaço.

2.3.1 Valor de uso e valor de troca

O que se observa é uma dupla tendência na construção das cidades. De um lado, as construções ideológicas do espaço, representadas pelo valor de troca e, do outro, as relações que criam sentido na cidade, representadas pelo valor de uso.

Essas duas tendências revelam uma luta intensa em torno de modos de apropriação do espaço e do tempo na cidade, um processo que ocorre de modo profundamente desigual, revelando-se em seus fragmentos. (CARLOS, 2001, p.38)

A rua pode ser examinada como uma representação desta dupla tendência. Essa via pública desempenhou por muito tempo a sua condição de local de encontro, da espontaneidade, da permanência, da circulação de pessoas, da troca de informações e ideias.

No entanto, a rua, atualmente, vem perdendo essa condição e, junto com ela, a sua função lúdica e simbólica. Tal perda ocorre em razão da racionalização das ações e das representações do que existe, dos que vivenciam e atuam nela.

A rua é desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, libertam-se e afluem. As ruas e por seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. Além disso, essa desordem constrói uma ordem superior. Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. (...) Porém, a organização neocapitalista do consumo mostra a força na rua, que não é só a do poder (político), nem a da repressão (explícita e velada). A acumulação dos objetos acompanha a da população e sucede a do capital; ela se converte numa ideologia dissimulada sob as marcas do legível e do visível, que desde então parece ser evidente. É assim que se pode falar de uma colonização do espaço urbano, que se efetua na rua pela imagem, pela publicidade, pelo espetáculo dos objetos: pelo 'sistema dos objetos' tornados símbolos e espetáculos. (LEFEBVRE, 2001, p.15)

As renovações e transformações ocorrem com objetivo maior da reprodução do capital, por meio da propriedade privada do solo urbano e da hierarquização do espaço. A partir dessa realidade o que impossibilita o valor de uso?

Para começar a responder este questionamento, pode-se considerar como uma das possíveis causas a destruição da memória social. As alterações nos referenciais morfológicos das cidades produzem a liquidação dos referenciais individuais e coletivos, o que acarreta a perda da memória.

Para combater tal quadro, busca-se pensar uma nova relação espaço-tempo que seja diferente da atual. Enquanto esta parece ser constituída de um tempo efêmero e de um espaço amnésico (CARLOS, 2001), espera-se que a nova relação redefina a prática sócio-espacial com base nas interações sociais e nos processos de subjetividades.

Neste processo constata-se, hoje, profundas e amplas transformações espaciais, mas, em vez de anulação do espaço, o que se revela é a sua reafirmação, pois se trata de algo cada vez mais importante dentro da estratégia da reprodução, assim como para construção das resistências:

No espaço se encontram a **brecha objetiva** (socioeconômica) e a **brecha subjetiva** (poética). No espaço se inscrevem e, ainda mais, se “realizam” as diferenças, da menor à extrema. Desigualmente iluminado, desigualmente acessível, cheio de obstáculos, obstáculo ele mesmo diante de iniciativas, modelado por eles, o espaço torna-se o lugar e o meio das diferenças (...). Obra e produto da espécie humana, o espaço sai da sombra, como um planeta de um eclipse. (CARLOS, 2001, p.42)

Assim sendo, a relação entre o habitante e a cidade se realiza na ação relacionada às possibilidades e aos limites do uso do lugar, em determinado momento histórico. As relações sociais ganham existência inscrevendo-se no

espaço, produzindo-o, constantemente em seus limites e possibilidades.
(CARLOS, 2001)

É nesse nível que o espaço e tempo se articulam de modo indissociável como prática sócio-espacial. São as relações que criam o sentido dos lugares da cidade. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidas por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso. (CARLOS, 2001)

CAPÍTULO III

A CIDADE: CONSTRUÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA

A cidade é um produto histórico e social, assim estabelece relações com a sociedade em seu conjunto, com seus elementos constitutivos e com sua história. Portanto, o meio urbano se modifica à medida que a sociedade como um todo se transforma. É o local em que o indivíduo vive experiências diferenciadas de espaço-tempo que são reflexos dos modos de produção e reprodução da sociedade ao longo da história.

A produção do espaço se fundamenta na acumulação do capital e as consequências deste quadro são visíveis nas configurações das grandes cidades como São Paulo, tais como o processo de urbanização crescente, a falta de emprego, o aumento da pobreza, a dificuldade de mobilidade, os problemas como a violência, etc.

A cidade produzida tem nos planos de urbanização o seu norte através da construção e da criação de novas demandas ligadas a necessidades do consumo. Neste emaranhado, as desigualdades são obscurecidas pela ênfase no consumo que desmobiliza as ações e embates. Os projetos de revitalização do centro, assim como da criação de outras centralidades na cidade, encobrem

os processos de gentrificação⁷ (CARLOS, 2001) que conduzem à constituição das periferias. As produções das cidades seguem os ditames do mercado e do consumo em vez do real direito à cidade (LEFEBVRE, 2001) que se resume à plena realização da vida, ou seja, das possibilidades da igualdade.

Para compreensão do fenômeno, é necessário romper com a visão que avalia a fragmentação da cidade como mosaico de parcelas autônomas e independentes umas das outras. Não se deve compreender o fenômeno urbano como a existência de várias cidades dentro da cidade, pois, se assim for feito, haveria uma desconsideração da luta de classe e dos processos que são gerados.

A produção da cidade segue a lógica hegemônica, com bases na acumulação do capital, concentração de renda e na desigualdade social, que produz uma cidade fraturada. (MARICATO, 1996).

Essa cidade fraturada é configurada em duas porções, decorrentes da produção capitalista do espaço: a cidade legal e a cidade ilegal. Estas, por sua vez, formam uma única unidade contraditória e fraturada, regida por uma regulamentação que coloca o mercado no centro.

A construção social do espaço urbano é reflexo desta concentração regida pela lei do mercado e estruturalmente organizado de forma desigual. A cidade legal é a cidade "oficial", a cidade do mercado, no campo simbólico compreendida como a cidade do "espetáculo": é o local que possui todos os elementos representativos do capitalismo neoliberal, tais como infraestrutura de rede de drenagem, esgoto, água, serviço de qualificação do espaço, equipamentos urbanos de saúde, culturais, econômicos. É essa a representação ideológica da cidade que aparece nos discursos e na simbologia de São Paulo

⁷Gentrificação diz respeito à expulsão de moradores tradicionais, que pertencem a classes sociais menos favorecidas. Esses moradores são forçados a sair de espaços urbanos que subitamente sofrem uma intervenção urbana (com ou sem auxílio governamental) que provoca sua valorização imobiliária.

que segue os caminhos dos projetos mundiais das "cidades globais". A cidade legal é, principalmente, o local onde o excedente da produção do capital é investido. Esta reprodução do espaço só é possível pela constituição da outra porção - a cidade ilegal.

A ilegalidade é fundamental para a constituição da cidade "oficial". Isso porque a cidade ilegal se configura como depósito de pessoas e é para onde é alijado o excedente de mão-de-obra. Na cidade ilegal, a ilegalidade da posse da terra é condição de sua produção, o que acarreta a ocupação de áreas de preservação ambiental, ausência de infraestrutura básica, caracterizando formas desumanas de ocupação e uso do território e precarização das relações de trabalho.

Este conjunto de ilegalidades na ocupação ora é punido ora é estimulado pelas forças dominantes quando estas são obrigadas a se relacionar com esta parte da cidade. Exemplos desta situação podem ser discutidos nos processos de desapropriações e punições às ocupações ilegais quando estas atrapalham a reprodução capitalista do espaço, quando estão inviabilizando a constituição da cidade legal. No entanto, é interessante salientar que a ilegalidade é estimulada ou desconsiderada quando de interesse da produção do capital.

Os considerados ilegais dividem o espraiamento do espaço com os condomínios fechados. Trata-se da mais nova configuração urbana reflexo de alternativas diante da escassez de territórios centrais. Constrói-se um novo modo de vida longe do "caos urbano" e protegido da violência. Estes espaços também são ilegais, porém não carregam esta adjetivação; neste caso, a ocupação é permitida.

Em contraponto à lógica hegemônica que domina a produção do espaço, existe outra lógica submersa própria dos setores subalternos. Como estes encontram mecanismos baseados em aspectos como a solidariedade, a identidade e a partilha, tornam-se capazes de resistir às estratégias

hegemônicas, constituindo, assim, uma nova esfera pública de debate sobre a cidade.

Para compreender em que termos ocorre a produção capitalista do espaço, é essencial desvendar com se realiza a lógica hegemônica. A esse respeito, evidenciam-se dois momentos:

O primeiro é a análise das condições em que se estabelece a cidade fraturada. Avalia-se o novo modelo econômico e as novas construções ideológicas propostas para a cidade. Também se levam em conta as relações de poder implantadas na constituição da cidade ilegal.

No segundo momento, é preciso identificar a gênese do processo de reprodução desigual do espaço, ao discutir a ambiguidade entre liberalismo e a relação de poder colonial. Além disso, deve-se refletir sobre a questão fundiária na relação entre terra e trabalho no contexto do urbanismo da periferia do capitalismo.

3.1 Dinâmicas Urbanas

Para determinar a regularidade do fenômeno, analisamos a cidade de São Paulo por apresentar os elementos que fazem parte do contexto social, histórico, político e econômico que ajudam a compreender como se estabelece a lógica hegemônica de produção das cidades.

A cidade de São Paulo, durante três largos séculos da época colonial, foi um modesto arraial, voltado à economia de subsistência, com certa experiência na agricultura de açúcar e algodão, mas com expressão urbana restrita. Nos fins do século XIX, com a economia cafeeira, a cidade começa a assumir as funções de armazenamento, transporte, comercialização e exportação de produtos,

dando início a uma incipiente economia industrial que foi responsável também pela consolidação da cidade e de sua urbanização. A partir do ano de 1920, a industrialização induz novos padrões de urbanização devido à necessidade de integração econômica entre as cidades e foi também o momento da expansão e consolidação da rede urbana em todo o território.

A região Sudeste foi escolhida para a instalação do campo industrial devido às facilidades ligadas à exportação do café e à presença expressiva de mão-de-obra. Outra consequência deste processo foram os fluxos migratórios notadamente rurais/urbanos que proporcionaram uma redistribuição espacial da população no período de 1940 a 1980. Estima-se que 30 milhões de pessoas deixaram o campo entre 1940 e 1980, processo que acarreta um aumento significativo da população urbana: em 1950 a porcentagem da população urbana era de 36%; em 1980 salta para 68%; em 1991 chega aos 76%. (BÓGUS, L. M. M. ; VÉRAS, M. P. B., 2000).

O eixo Rio-São Paulo é consolidado como campo de uma sociedade urbano-industrial com base na indústria pesada, com formação e aumento do operariado, ampliando o mercado urbano.

Os anos 70 refletem ainda uma concentração desigual no território, principalmente nas grandes metrópoles com São Paulo e Rio de Janeiro. Enquanto no Nordeste as taxas de urbanização ficaram abaixo da média nacional de 45%, na região Sudeste o grau de urbanização era da ordem de 80% (BÓGUS, L. M. M. ; VÉRAS, M. P. B., 1999). Já na década de 1980 ocorre uma inflexão do poder concentrador, pois a população como um todo apresenta queda na taxa de crescimento. Por outro lado, observa-se um crescente processo de periferização, o que leva a um aumento do número de habitantes nas cidades periféricas da metrópole. Outro dado importante para caracterização da época é a taxa de renda *per capita*, que cresceu de forma irrisória e, em contrapartida, ocorreu um aumento significativo da porcentagem

de pobres na região metropolitana. A parcela da população mais carente se elevou de 24,3% para 39,3%, evidenciando um quadro de metropolização da pobreza. (MELLO, 1995, Apud BÓGUS, L. M. M. ; VÉRAS, M. P. B., 2000). São Paulo é uma das representantes das cidades do capitalismo periférico, o que fica latente nas suas dinâmicas urbanas díspares, na sua morfologia de segregação social e espacial em decorrência da contradição entre concentração de renda e os altos níveis de pobreza.

Hoje, a cidade é compreendida como a face urbana da crise contemporânea, pois apresenta grande parte dos aspectos homogeneizantes do capital que se contrapõem às possibilidades heterogêneas orgânicas de oposição. A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir:

A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizadas por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir; é modo de vida, de uma vida contraditória. (CARLOS, 2001 pg. 26)

3.2.1 Novas centralidades hegemônicas

A morfologia da cidade revela os processos segregacionistas que determinam a ocupação do espaço da cidade de São Paulo. O solo urbano entra na lógica de valorização e desvalorização em decorrência do acúmulo do capital e da produção do espaço. O conceito de cidade fraturada representa a totalidade do processo desigual do capital. Ao analisarmos os mapas 01 e 02, observa-se que a concentração de renda (MAPA 01) e o valor do solo urbano (MAPA 02) se estabelecem na centralidade da mancha urbana e, conforme atinge-se a periferia do território, a renda e o valor do solo diminuem. Isso

confirma a relação intrínseca entre a segregação social e a segregação espacial, revelando as duas porções da cidade fraturada - cidade legal e a cidade ilegal.

MAPA 01 – DOMICÍLIOS COM RENDA DOMICILIAR DE ATÉ TRÊS SALÁRIOS MÍNIMOS -2000

Território e cidadania

Domicílios com renda domiciliar
de até três salários mínimos
2000

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000. Projeção Estatística da Amostra. Nota: As porcentagens indicam a relação entre domicílios de determinada faixa de renda e o número total de domicílios permanentes, ambas as variáveis referentes a cada uma das 456 Áreas de Ponderação do Censo IBGE/2000 definidas para o Município de São Paulo.

MAPA 02 – VALOR DO SOLO URBANO 2005

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças/Departamento de Rendas Imobiliárias. PGV, 2005 agregação por quadra fiscal e TPCL, 2005; Secretaria Municipal de Habitação – Sehab/Superintendência de Habitação PopularHabi/Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo – Resolo; IBGE. Censo Demográfico 2000. Projeção Estatística da Amostra.

O novo ciclo econômico na cidade de São Paulo está atrelado a dois fatores correlatos: o primeiro corresponde à mudança do capital industrial para o capital financeiro e o segundo, ao projeto neoliberal de produção das cidades globais. (CARLOS, 2006)

Neste contexto, as cidades alteram sua morfologia, construindo um "novo espaço" apoiado numa arquitetura de formas modernas e alta tecnologia aplicada aos processos de construção, gerenciamento e manutenção. Simultaneamente, são criados os lugares de integração ao sistema hegemônico internacional, os hotéis de capital estrangeiro, shopping-centers, os centros de convenções, bares, restaurantes e casas de show, configurando o cenário novo, o qual se contrasta com os espaços periféricos da cidade. São Paulo exerce o papel da metrópole neste novo contexto, articulando uma rede de hierarquia espacial altamente excludente, com a desconcentração do processo produtivo e a centralização do capital no centro da metrópole.

Para Harvey (2009), a questão macro do processo diz respeito ao problema do capital excedente, o que direciona a política do capitalismo a buscar terrenos lucrativos para a sua absorção:

Se há uma escassez de trabalho e os salários são muito altos, então ou o trabalho existente tem de ser disciplinado (desemprego tecnologicamente induzido ou uma dura crítica contra o poder da classe trabalhadora organizada são dois dos principais métodos), ou a força de trabalho fresca tem que ser encontrada (pela imigração, exportação de capital ou proletarianização). Se não há poder de compra suficiente no mercado, então novos mercados devem ser encontrados pela expansão do comércio exterior, promovendo novos produtos e modos de vida, criando novos instrumentos de crédito e gastos estatais com dívida financiada. Se a taxa de lucro é muito baixa, então a regulação estatal das "ruínas da competição", a monopolização (fusões e aquisições) e as exportações de capital às frescas pastagens proporcionam a saída. (HARVEY, 2009, p. 10)

O autor ainda completa que, nada disso sendo possível, resta aos capitalistas a desvalorização do seu capital, ou seja, uma crise na qual o excedente de capital não pode ser disponibilizado. Assim, se o capital fica ocioso, o trabalho, normalmente, também. A urbanização, deste modo, apresenta-se como uma solução para o problema, uma vez que é oportunidade de aplicação do capital e da mão de obra excedente.

Portanto, a reprodução do espaço aponta o momento em que o capital financeiro se realiza também por meio da reprodução do espaço urbano. Assim, observa-se a construção de edifícios corporativos que, sob a forma de "produto imobiliário", se voltam ao mercado de locação (fundamentalmente no que se refere aos edifícios corporativos de escritórios, rede hoteleira e flats). (CARLOS, 2006)

Carlos (2006) considera que o espaço-mercadoria, ao transformar-se em "produto imobiliário", configura-se numa mercadoria muito diferente daquela produzida anteriormente, pois se trata, agora, de uma mercadoria voltada socialmente ao "consumo produtivo". Dessa forma, origina-se um novo ciclo econômico ao permitir a reprodução do capital financeiro em articulação estreita com o capital industrial (basicamente, o setor de construção civil) que, pela mediação do setor imobiliário, transforma o investimento produtivo no espaço. O investimento improdutivo é, assim, superado, regulando a repartição das atividades e usos.

Neste processo, devemos considerar uma característica da nova técnica do poder discutido por Bauman (2001): para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre, sem barreiras nem fronteiras fortificadas, pois qualquer rede densa de laços sociais, e em particular uma que esteja territorialmente enraizada, é um obstáculo a ser eliminado. Portanto, na cidade, nada deve ser "fixo", devem-se romper os vínculos históricos e sociais e a

própria materialidade da cidade que faz parte da sua morfologia. Suas ruas e seus bairros, seus prédios e a rede de relações sociais e culturais sofrerão constantemente alterações em ritmos cada vez mais velozes. A memória visual e espacial atualmente se altera repetidas vezes.

No processo de desconcentração do setor produtivo, outros ramos da economia ganham importância. Trata-se da "nova economia", que engloba setores como o turismo e o lazer. Há também a redefinição de outros setores, como é o caso do comércio e serviços, que servem para atender às novas demandas. Essa transformação na economia se realiza na reprodução do espaço urbano, com consequências significativas na cotidianidade devido ao processo de valorização/desvalorização dos lugares na cidade:

A construção de novas atividades econômicas, permitindo a migração do capital de um ramo a outro da economia, bem como a criação de novos ramos de atividade sob a égide da modernização, aprofunda a desigualdade espacial e escancara a pobreza. Neste contexto, o conteúdo da urbanização estaria subordinado ao momento da reprodução em que novas possibilidades/necessidades de realizar a acumulação despontam no horizonte produzindo um "novo espaço" e recolocando a urbanização em outros termos. (CARLOS, 2006, p. 84)

A acumulação do capital se realiza tendo agora a própria cidade como mercadoria. Ademais, atrelada à dominação política e ao papel do Estado na determinação e legislação da reprodução do espaço, a concentração de renda estabelece outros parâmetros para a realização da vida humana, intensificando a desigualdade social. Mais dois fatores atuam neste processo: o planejamento urbano enquanto ferramenta política e a mídia como legitimadora do consenso em torno deste novo projeto de cidade - as cidades globais.

De acordo com Sanches (2003), para se tornarem atraentes e competitivas, as cidades seguem uma "receita" atrelada à produção de cinco imperativos assim relacionados:

1º - Construção de infraestrutura para facilitar a passagem do modelo espacial industrial para o terciário avançado, com redes de comunicação de fibra ótica para o envio de dados e instalação de tecnologia de ponta nas empresas e sedes de comando, os chamados "edifícios inteligentes";

2º - Modernização de infraestruturas de transporte: portos, aeroportos, terminais e anéis rodoviários capazes de acelerar a mobilidade e garantir a fluidez no território. Criação de distritos empresariais e financeiros com estações de telecomunicações, os chamados "teleportos", capazes de propiciar economias de aglomeração;

3º - Produção de espaços residenciais de alto padrão associados à oferta de bens e serviços de topo de mercado, destinados aos quadros executivos das empresas e aos segmentos sociais emergentes, gestores da modernização. Esses espaços se expressam mediante a crescente segregação/distinção espacial desses segmentos e mediante processos de "gentrificação" das chamadas áreas de renovação urbana. Assim, as cidades aglutinam os novos valores culturais priorizados em uma economia de mercado, repetindo em série modelos tidos como bem-sucedidos;

4º - Criação de novas centralidades através de construção de rede hoteleira de luxo e espaços seletivos de lazer e consumo, como shopping-centers, centros culturais e de lazer;

5º - Reforma de áreas centrais, "revitalização de áreas degradadas", recuperação de frentes marítimas e áreas portuárias, investimento em espaços públicos tornados emblemas da modernização.

Gestar uma cidade atualmente é sinônimo de empresariamento do espaço público e, nesta disputa, os governantes buscam alinhar as propostas e

planos da cidade ao cumprimento dos imperativos estabelecidos pelas novas demandas da nova economia: as chamadas Operações Urbanas exercem este papel na produção da cidade. Tais operações têm origem na discussão sobre o conceito de “solo criado” que dominou o espaço acadêmico na década de 1970. (SOMEKH, N.; CAMPOS, C. & WILDERODE, D., 2001)

A ideia central do “solo criado” é estabelecer a parceria entre poder público e a esfera privada. Assim, propõe-se um uso regular do solo, possibilitando ao empreendedor que construa acima do coeficiente (índice construtivo privado) que lhe é assegurado por lei, adquirindo-o do Município. O discurso se sustenta na noção de que, com a venda de solo criado, o Poder Público monitora a cidade para que seus espaços sejam preenchidos de forma organizada e controlada. Ao mesmo tempo, promove-se uma melhor distribuição da renda urbana, pois os recursos obtidos são destinados, em sua maior parte, à produção de habitações de caráter social. (SOMEKH, N.; CAMPOS, C. & WILDERODE, D., 2001)

É evidente que o campo do planejamento urbano no Brasil se realiza enquanto discurso, pois a prática continua a ser exercida a partir dos interesses do mercado imobiliário. Ao longo das últimas décadas, no município de São Paulo, a ideia de “solo criado” foi disciplinada por algumas propostas e legislações. (SOMEKH, N.; CAMPOS, C. & WILDERODE, D., 2001)⁸

As operações urbanas tendem a ser mais bem-sucedidas na área em que existe maior pressão do mercado imobiliário. Portanto, funcionam onde já existe interesse do mercado imobiliário, fazendo com que os investimentos se

⁸ Em 1980, a Lei 8.848 estabeleceu novos índices urbanísticos; 1984, Lei 9.275 sobre transferência do potencial construtivo de imóveis históricos; 1985, Operações Urbanas do Plano Diretor da gestão Mário Covas; 1986, as operações interligadas (Lei 10.209) da gestão Jânio Quadros; 1988, Institucionalização das Operações Urbanas no Plano Diretor (Lei 10.676); 1988, a nova Constituição Brasileira; 1991, operação Urbana Anhangabaú da gestão Luíza Erundina; 1995, a Operação Urbana Faria Lima dos CEPACs na gestão Paulo Maluf; 2001, o Estatuto da Cidade; 2002, Plano Diretor da gestão Marta Suplicy.

concentrem nas regiões nas quais eles já estão concentrados. Acontece, assim, um aumento das disparidades interurbanas (exclusão e segregação sócio-espacial). Na verdade, verifica-se a ocorrência da mercantilização e privatização do espaço público, com o uso de verba pública para uso privado.

A operação Nova Faria Lima ⁹ é um dos exemplos da aplicabilidade da lógica do projeto das cidades globais. Com o processo da desconcentração industrial e da consequente centralidade financeira, há a busca de novas "centralidades", instituindo o empresariamento da cidade, que entra no ciclo competitivo das cidades globais. O resultado final de tal movimento são os processos de concentração de renda e segregação social espacial.

O sucesso deste projeto de reinvenção das cidades depende da construção do consenso em torno de um projeto que transforma a cidade em mercadoria e desloca a sua função de espaço político e público para o seu empresariamento, o que acarreta a despolitização da cidade e de seus cidadãos.

Jamenson (apud SANCHES, 2003) evidencia que, atualmente, existe uma experiência a-histórica e deslocada do espaço em decorrência das demandas neoliberais que fundamentam e discutem esta nova relação de dominação, a qual conta com a mídia como legitimadora do discurso hegemônico:

1º - Enfraquecimento ou perda de profundidade da sensibilidade; um jogo nas superfícies, nos espaços do simulacro, sem referente real, que produz uma leitura direta das mensagens espaciais;

2º- Perda do sentido da história, tanto coletiva quanto individual, no seio da experiência espacial. Essa vivência é centrada no puro presente desarticulado, que contribui para alienação assentada na compulsão pelo consumo;

⁹ Para um aprofundamento das questões e processos, consultar Ana Fani Alessandri **CARLOS** Espaço-tempo na metrópole: A fragmentação da vida cotidiana. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

3º- Aparição de um objeto espacial sublime, descolado da experiência direta: a rede de comunicação imediata deixa ver o espaço como algo além de nossas capacidades perceptivas, enquanto algo imaterial, infinito e amedrontador;

4º- Nova experiência do espaço arquitetônico com uma mudança profunda nos projetos que reproduzem, ao seu modo, essa experiência imaterial do novo objeto espacial mundial.

Esta nova dinâmica intensifica a mudança de relação com o espaço entre valor de uso e valor de troca, não mais sendo possível conceber o espaço como referencial de identidade, de memória e história, em função do projeto de emancipação no consumo. A esfera pública se mercantiliza e o indivíduo coletivo se esvai nas relações próprias do individualismo e da virtualidade do espaço.

Outro fator que atua fortemente e substitui a "esfera pública" das cidades é a mídia. Esta entra no processo como veículo que modela as representações neoliberais do projeto de renovação urbana. Para Sanches (2003), são criados estilos de vida e é promovida a valorização dos lugares e, como resultado final, determina-se o seu uso. Os novos lugares, transformados em espetáculo, são celebrados pela mídia. Outro ponto que a autora salienta nas suas pesquisas é que o poder das representações está em sua presença material, literalmente solidificada na arquitetura e no urbanismo:

A mídia atua como esfera pública, espaço de definição e representação da realidade codificada pelo projeto neoliberal, isso implica poder e construção de hegemonia e criação do consenso. (SANCHES, 2003, p. 81)

Enquanto o processo de construção da cidade legal é simbólica e materialmente localizado na centralidade do território, a periferia é "liberada"

para a reprodução da cidade ilegal, depósito da grande massa da população, que vive a ilegalidade do espaço urbano.

A compreensão da cidade em sua totalidade possibilita entender a segregação enquanto produto da realização do projeto neoliberal. Aplicado de forma selvagem, tal projeto aprofunda a miséria, a qual leva a uma inevitável degradação das condições de vida e à precarização do trabalho. Já o projeto de emancipação do indivíduo no consumo causa uma banalização do sentido de cidadania – sentido esse agora atrelado ao mercado-, construindo um novo modelo de sociabilidade:

Desta forma, o atual modelo de sociabilidade, fruto da vitória norte-americana na Guerra Fria e que se impôs como processo civilizatório na globalização, tem um equilíbrio extremamente instável: gerencia uma insustentabilidade ambiental do atual padrão de produção e consumo com desigualdades brutais que são legitimadas simbolicamente e culturalmente. Este é um modelo de sociabilidade que, embora vencedor, assenta-se sobre uma precariedade, o que abre brechas para a existência de contestações sociais apesar de estas muitas vezes não serem articuladas em torno de um projeto político finalista. De qualquer forma, é evidente que a era que vivemos é um momento de *conforto* material e *desconforto* espiritual para as classes hegemônicas, desconforto este movido por incertezas. (OLIVEIRA, 2009, p. 09)

3.2.2 A periferia como negação

A formação da periferia e de outras formas de moradia, como as favelas e os cortiços, pode ser compreendida a partir da relação entre território e trabalho. Os processos de migração que ocorreram ao longo da formação do território de São Paulo são resultados do processo de indução no qual grande

número de pessoas é seduzido pelas oportunidades de inserção no sistema legal, porém a cidade revela a insustentabilidade do urbano para todos. O embate se estabelece entre, de um lado, as forças hegemônicas que, no domínio da produção da cidade, exercem suas políticas da segregação social e, de outro, uma força de contestação proveniente das classes subalternas. Estas, centrando-se na questão da terra e do direito à moradia, abrem campo para rediscutirem a dominação política e a acumulação.

Para a compreensão da produção da cidade ilegal, a década de 1950 é significativa, pois evidencia a intensificação do processo de industrialização e da urbanização da cidade de São Paulo, marcando a transição da ocupação de subúrbio para periferia, como aponta Martins:

Há uma distinção espacial importante entre subúrbio e periferia. No subúrbio, mesmo na fase já alcançada pela industrialização e pelos loteamentos de terrenos para moradias operárias, os lotes eram grandes, as casas tinham espaço para o grande quintal, um remanescente do rural que permanecia no urbano: fruteiras, hortas, galinheiros, fornos de pão e broa, jardins, muitas flores e um certo suave perfume suburbano. A periferia já é o produto da especulação imobiliária, ruas estreitas, calçadas estreitas, falta de praças, terrenos minúsculos, casas ocupando na precariedade de seus cômodos todo o reduzido espaço disponível para a construção. (MARTINS, 2001, p. 78)

Este processo de produção da periferia coincide com a intensificação do processo migratório que elevou a taxa de crescimento demográfico entre as décadas de 1950 e 1960. A população de migrantes veio atraída pelos empregos oferecidos pelo aquecimento e constituição do polo industrial. O processo de industrialização em São Paulo somente foi possível por meio da intensificação da exploração da mão de obra, por meio dos baixos salários pagos aos trabalhadores. Como resultado deste quadro de exploração, grande parte da população ficou sem direito à moradia. Assim sendo, dois aspectos

foram estruturantes na constituição da modernidade: a falta de acesso ao mercado imobiliário e a ausência de políticas públicas para a ocupação (Maricato, 1982). Como alternativa estratégica de sobrevivência, a população resolve o problema da moradia pela construção com recursos próprios em loteamentos periféricos, frequentemente irregulares perante a lei e sem nenhuma infraestrutura.

A importância quantitativa (e qualitativa) da autoconstrução junto ao proletariado das grandes cidades dos países capitalistas dependentes mostra que os programas e políticas oficiais estatais de habitação popular são muito menos importantes na produção da habitação popular do que querem fazer crer os relatórios técnicos oficiais. É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema de habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos). (MARICATO, 1982, p.73)

Outro momento que é significativo para a ocupação e produção da periferia foi entre os anos de 1975 e 1985, quando foram construídos os Conjuntos Habitacionais da Companhia Metropolitana de Habitação- COHAB. Esta foi a época em que mais se desenvolveram os planos urbanísticos, caracterizados pelas ideias de plano-discurso. Porém, a realidade denunciava a contradição existente entre o plano e a realidade, através da profunda desigualdade existente na distribuição de infraestrutura e de serviços públicos. Enquanto no centro da cidade 1,3% dos domicílios não tinha água encanada, na periferia a porcentagem chegava a mais de oitenta (CALDEIRA, 2003). Esse disparate evidenciava uma legislação ambígua que faz parte da constituição da reprodução capitalista do espaço urbano.

Outra característica da ocupação do espaço periférico foi a acumulação, ao redor destes conjuntos habitacionais, de moradias autoconstruídas e também a proliferação das favelas. Esta situação ocorre devido à diminuição da oferta de lotes e da restritiva política habitacional, o que intensificou a ocupação de áreas de preservação ambiental. Assistiu-se, dessa maneira, à ocupação de terrenos próximos a córregos e nascentes de água ou, ainda pior, à ocupação de áreas de risco, perpetuando-se uma política de ilegalidade consentida e um arremedo de projeto de produção da cidade (MARICATO, 2000).

A ocupação e produção da periferia seguiram a lógica do deslocamento da mão de obra entre a moradia e o trabalho. A simbologia materializada dessa lógica dá a configuração das cidades-dormitórios e dos bairros-dormitórios, espaços esses que foram propositalmente destituídos do urbano e de seus artefatos, como a infraestrutura de saneamento de educação e de saúde. Há, portanto, uma opressão material e simbólica, pois, além da exploração da sua mão de obra, os trabalhadores foram inseridos de forma precária e perversa na cidade legal.

Além da construção simbólica da homogeneidade, os assim chamados “periféricos” convivem com uma visão marginalizadora de que a periferia produz violência, é o local de bandido. Estas formulações são sustentadas simbolicamente pela mídia, que reproduz e legitima essa visão parcial e tendenciosamente excludente e intolerante aos reais motores da produção da cidade e da periferia.

Outra ferramenta legitimadora de tais processos de exclusão é a prática do planejamento urbano que desconsidera a vida cotidiana nas suas formulações e índices levantados. Ao se trabalhar com índices urbanísticos “descolados” da realidade e inapropriados para reavaliação necessária da ocupação desigual do espaço, dá-se prioridade à política da especulação

imobiliária que reina sobre a produção da cidade. Como problematiza Maricato (informação pessoal) ¹⁰ "os planos diretores não disseram onde os jovens iam morar, porque todo plano diretor é seguido de uma lei de zoneamento e a lei de zoneamento é lei para o mercado, e a nossa população está fora do mercado".

3.2 Urbanismo e industrialização no capitalismo periférico

A urbanização brasileira tem um caráter ambíguo ao manter as características do período colonial e imperial, tais como concentração de renda, as relações de poder como coronelismo e a política de favor, assim como a aplicação arbitrária da lei. Estes apontamentos foram balizados pela análise de Maricato (2000), pois sintetiza a vinculação histórica com o fenômeno analisado neste trabalho.

O liberalismo brasileiro foi considerado um liberalismo adaptado às "circunstâncias" e às "peculiaridades" nacionais. (BOSI, 1992, Apud MARICATO, 2000) Para compreender os processos de industrialização e formação do proletariado urbano, é imprescindível compreender a forma como se deu a passagem do Brasil colônia para o país independente.

O surgimento da burguesia brasileira não se faz em oposição aos privilégios do sistema colonial, mas sim em oposição ao "jugo colonial". Com a destruição da ordenação jurídica política deste, os demais privilégios não só subsistiram, mas foram até reforçados. (MARICATO, 2000, p. 15)

¹⁰ Entrevista publicada na Revista Caros Amigos. Ed.de maio de 2010.

A libertação dos escravos se consumou com o processo de sua substituição pelo trabalhador imigrante europeu. Os conflitos que acompanharam essa substituição e a incorporação dos trabalhadores nacionais ao mercado de trabalho regular participam da constituição das raízes que estão presentes na sociedade brasileira do final do século XIX.

As relações coloniais de produção sobreviveram sobre a nova legalidade iniciada com a independência (1822). Como resultado, relações de trabalho baseadas no mando pessoal, no favor e no coronelismo político ultrapassaram a República, fazendo-se sentir até nossos dias (MARICATO, 2000, p.16).

Um aspecto que é estrutural no processo desigual de reprodução do espaço é a ilegalidade da propriedade da terra, o que tem sido um dos elementos modais até os dias de hoje na produção do espaço e na constituição do modelo de exclusão e segregação. Após a abolição da escravatura, ocorreu um movimento que permitiu a perfeita articulação entre o processo de extinção do cativeiro do homem e o processo subsequente de escravização da terra (BALDEZ, 1987, APUD MARICATO, 2000, p.17). Portanto, a emergência do trabalhador livre é acompanhada da emergência de legislação sobre a terra que irá garantir a continuidade do domínio dos latifúndios sobre a produção. O ano de 1850 é marcado pelo fim do tráfico de escravos e pela lei de terras nº 601, de 18 de setembro. Maricato (2000) afirma que "não é por coincidência que as duas leis são promulgadas com uma semana de tempo entre uma e outra". De acordo com a lei, as terras devolutas poderiam ser adquiridas apenas mediante compra e venda, o que afastava a possibilidade de trabalhadores sem recursos tornarem-se proprietários:

Se antes de 1850 a terra não exigia "cautelos jurídicos" nem da Coroa Portuguesa e nem do Império Brasileiro, sendo a ocupação, ou posse, práticas legítimas para adquirir a

propriedade, após essa data o Estado passa a regular o acesso à terra. Antes de 1850, "a terra era praticamente destituída de valor" (ausência de mercado imobiliário e abundância de terras devolutas) enquanto o escravo, sim, era mercadoria que contava entre os bens de seu proprietário, não como capital, mas como renda capitalista. (MARTINS, 1979, apud MARICATO, 2000, p.16)

Portanto, a terra não tinha importância econômica sem os escravos, que, independente da terra, eram valiosos, utilizados como objeto de penhores e hipotecas. (MARICATTO, 2000).

A desigualdade na distribuição e posse de propriedades continuou mesmo passada a fase colonialista e com o período republicano já avançado. No início do século XX, as possibilidades de avanço com a modernidade convivem com a herança colonialista do período anterior. Com a revolução de 1930, algumas mudanças políticas puderam ser sentidas, como a regulamentação do trabalho, o que se deu apenas no meio urbano e não no rural. Além disso, houve um incentivo à industrialização, com a construção de uma infraestrutura. Esse quadro repercutiu na sociedade como um todo, pois se estimulou um movimento migratório do campo em direção às cidades, que, nesse novo contexto, ofereciam oportunidades de trabalho aparentemente mais atraentes.

Como o processo de ocupação e reprodução do espaço urbano foi em decorrência da industrialização e baixos salários, houve uma reprodução das relações de classe do período anterior como a fundamentação da propriedade privada da terra, acentuando a relação entre regra e exceção. Os trabalhadores do setor secundário, com o advento da indústria fordista, foram excluídos do mercado imobiliário privado e, frequentemente, buscaram a favela e a ocupação da periferia como forma de moradia. Trata-se do "produtivo excluído" resultado da industrialização a baixos salários:

A produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento em atraso. Padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra. (MARICATO, 2003, p.153).

A ocupação ilegal da terra está atrelada à viabilidade da industrialização a baixos salários que se relaciona com os processos migratórios que atingiram grande parte do período de ocupação e reprodução do território de São Paulo. A grande massa de migrantes ocupou de forma irregular a periferia do espaço, pois não teve acesso ao mercado imobiliário privado e nem foi atendida pelas políticas públicas de habitação. Essa tolerância do Estado em relação às ocupações ilegais da terra urbana é parte estrutural do processo industrial e, acima de tudo, é institucional.

A falta de alternativas habitacionais privadas ou públicas e a ausência de infraestrutura urbana são o motor para ocultar ilegalidade da ocupação da terra urbana:

A explicação na qual se apoia a ordem dominante faz peripécias para ocultar a realidade. Esta não pode ser assumida formalmente pelo Estado (em especial pelo judiciário) sem colocar em risco a ordem jurídica vigente, em especial a que diz respeito à propriedade privada da terra e imóveis. (MARICATO, 2003, p.155).

Por outro lado, quando a localização da terra ocupada por favelas é

valorizada pelo mercado imobiliário, a lei se impõe. Lei de mercado, e não a norma jurídica, determina o cumprimento da lei. Portanto, não é por outra razão que as áreas ambientalmente frágeis, objeto de legislação preservacionista, "sobram" para o assentamento residencial da população pobre.

A ocupação ilegal da terra urbana é não só permitida como parte do modelo de desenvolvimento urbano no Brasil. Ao lado da detalhada legislação urbanística (flexibilizada pela pequena corrupção na cidade legal), é promovido um total *laissez-faire* na cidade ilegal. A ilegalidade na provisão de grande parte das moradias urbanas (expediente de subsistência e não mercadoria capitalista) é funcional para a manutenção dos baixos custos de reprodução da força de trabalho, como também para um mercado imobiliário especulativo (ao qual correspondem relações de trabalho atrasadas na construção), que se sustenta sobre a estrutura fundiária arcaica. (MARICATO, 2003, p.148)

A partir das análises de Maricato (2000, 2003), podemos concluir e apontar algumas características do processo de urbanização atual, tendo como parâmetro a relação entre acumulação do capital, a dominação política e a realização da vida humana:

a) Industrialização com baixos salários, mercado residencial restrito.

A autora avalia que o custo de reprodução da força de trabalho não inclui o custo da mercadoria *habitação*, fixado pelo mercado privado:

No Brasil, onde jamais o salário foi regulado pelo preço da moradia, mesmo no período desenvolvimentista, a favela ou o lote ilegal combinado à autoconstrução foram partes integrantes do crescimento urbano sob a égide da industrialização. (MARICATO, 2000, p. 149)

O consumo da mercadoria *habitação* se deu, portanto, em grande parte, fora do mercado marcado pelas relações capitalistas de produção.

b) as gestões urbanas (prefeituras, governos estaduais) têm uma tradição de investimento regressivo.

Maricato pontua que as obras de infraestrutura urbana alimentam a especulação fundiária e não a democratização do acesso à terra para moradia.

Na verdade, é a valorização das propriedades fundiárias ou imobiliárias o motor que move e orienta a localização dos investimentos públicos, especialmente na circulação viária. "Há uma simbiose entre a abertura de grandes vias e a criação de oportunidades para o investimento imobiliário". (MARICATO, 2000, p.160).

A escassez de moradias e a segregação territorial são produtos de um mercado que, entre outras coisas, vende o "cenário como signo e distinção". Em São Paulo, no processo de constituição das "novas centralidades" os investimentos públicos transferem renda para o mercado imobiliário de alto padrão, em áreas pouco ocupadas, enquanto carências básicas de grande parte da população já assentada não merecem atenção. (MARICATO, 2000, p.160).

Portanto, a autora discute que, além de estarem ligadas aos interesses do setor privado da construção e da especulação imobiliária, as obras urbanas têm uma função muito pragmática ao relacionar política urbana com conjunto de obras e isso serve também para políticas habitacionais e projetos de drenagem.

Continuamos seguindo os caminhos da época da Ditadura quando o Plano Diretor era muito evidenciado; hoje ainda se discute muito o planejamento relacionado a índices urbanísticos, taxas de ocupação a legislação e ao zoneamento, quando na verdade é necessário antes de tudo discutir a

produção da cidade. Enquanto a discussão do urbano estiver centrada no zoneamento do solo, já se parte do princípio da segregação, visto que mais da metade da população está fora do mercado imobiliário, aquele residencial, privado da cidade legal. (MARICATO, 2000, p.161).

c) Legislação ambígua ou aplicação arbitrária da Lei.

Geralmente, o que se observa é uma certa omissão velada, por parte de autoridades e setores da elite, quando ocorre a invasão e ocupação sem critérios legais e “formalistas” de áreas que, por razões várias, ainda não fazem (ou nunca farão) parte do campo de interesse do capital especulativo. No entanto, a partir do momento em que tais áreas se tornam interessantes do ponto de vista econômico, ou quando se trata de uma região já muito valorizada, vê-se todo um aparato jurídico e um discurso pretensamente legalista a justificar a expulsão do invasor, para se manter uma ordem que, a bem da verdade, é um conceito arbitrário: é a ordem que convém a uma camada social em detrimento das outras.

O Estado não tem exercido, como manda a lei, o poder de polícia. A realidade urbana é prova insofismável disso. Impossível admitir o contrário, pois se essa gigantesca ocupação de terras não fosse tolerada e a população pobre ficasse sem alternativa nenhuma, teríamos uma situação de guerra civil, considerando os números envolvidos. Para dar uma ordem de grandeza, estamos nos referindo a aproximadamente dois milhões de pessoas que moram em favelas, apenas no município de São Paulo. Não é a norma jurídica, mas a lei do mercado que se impõe, demonstrando que, nas áreas desvalorizadas ou inviáveis para o mercado (beiras de córregos, áreas de proteção ambiental, por exemplo), a lei pode ser transgredida. O direito à invasão é até admitido, mas não o direito à cidade. O critério definidor é o do mercado ou da localização. A relação entre terra e poder se mantém estreita. A lei se aplica conforme as circunstâncias numa sociedade marcada pelas relações de favor e privilégio. (MARICATO, 2000, p.161).

É importante ressaltar que, segundo a autora, a realidade do urbanismo no capitalismo periférico reflete a relação ambígua entre “ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias” (MARICATTO, 2000). Tal é o contexto que acompanha o modelo de discussão e gestão do espaço urbano, pois a importação dos padrões do chamado “primeiro mundo” é aplicada a apenas uma parte das nossas grandes cidades. É isso o que explica o fato de as cidades brasileiras serem marcadas pela modernização incompleta e excludente.

Nos países capitalistas centrais, especialmente no período fordista, uma forte relação regulou salário e preço da moradia. A reestruturação produtiva, que teve início em 1970, acarretou a diminuição de subsídios, fortalecendo o papel do mercado como todos sabemos, mas ela impacta uma base de pleno emprego, de universalização da previdência social e de observância do direito à moradia. Nos países periféricos, a reestruturação produtiva impacta uma base socioeconômica historicamente excludente. (MARICATO, 2000, p.167)

A autora evidencia que o mercado é restrito e as políticas sociais nunca tiveram alcance extensivo, assim como a estrutura de emprego nunca foi extensiva. Como consequências da exclusão territorial, observa-se a predação ambiental, promovida pela dinâmica de exclusão habitacional e assentamentos espontâneos. Ademais, ocorre o aumento dos índices de violência, o que pode ser medido pelo número de homicídios, mais frequentes nas áreas marcadas pela pobreza homogênea, nas grandes cidades (MARICATO, 2000).

A tensão existente entre a cidade formal e a cidade ilegal é dissimulada. Além dos investimentos públicos no sistema viário, a legislação urbanística se aplica à cidade ‘oficial’ (‘flexibilizada

pela pequena corrupção'). Os serviços de manutenção das áreas públicas, da pavimentação, da iluminação e do paisagismo, aí são eficazes. Embora os equipamentos sociais se concentrem nos bairros de baixa renda, sua manutenção é sofrível. A gestão urbana e os investimentos públicos aprofundam a concentração de renda e a desigualdade. Mas a representação da "cidade" é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem função apenas de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação de renda imobiliária. (MARICATO, 2000, p. 165)

Assim, pode-se concluir que, longe de ser uma mera referência geográfica, um ponto no mapa, a cidade representa um fenômeno. Com efeito, a análise desse fenômeno permitiu delinear o caráter do espaço urbano, como este reproduz os interesses hegemônicos, acarretando um processo de segregação social e espacial. A construção social do espaço urbano é estruturalmente organizada de forma desigual, materializando o que chamamos de cidade fratura entre a legalidade da cidade legal e a ilegalidade permitida da cidade ilegal.

De toda forma, uma análise mais justa e imparcial é mais do que necessária, para se compreender o fenômeno de maneira integral, fugindo-se a maniqueísmos reducionistas. Nesse sentido, esta pesquisa também buscou compreender a reconstrução da esfera pública a partir de outra lógica- horizontal e coletiva- presentes no campo da cultura das classes subalternas.

CAPÍTULO IV

NOVAS SUBJETIVIDADES E ESPACIALIDADES SUBALTERNAS

4.1 A dinamicidade subalterna

Todos os aspectos da existência sofrem influência do processo capitalista neoliberal: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade (SANTOS, 2008).

Este processo é resultado de uma força vertical, homogeneizadora, conduzida por um mercado que é indiferente às heranças e às realidades atuais dos lugares e das sociedades. No entanto, esta força vertical jamais é completa, pois encontra a resistência. É essa a ideia salientada por Santos (2008, p. 144): “uma revanche da ‘cultura popular’ que coloque em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias”.

Para compreender este processo, deve-se avaliar como os estratos sociais vivem de forma diferenciada a cidade na fase do capitalismo neoliberal. Para Bauman (1999), as classes dominantes, além de garantirem o poder político e econômico, podem se diferenciar das demais pelo seu poder de mobilidade, que representa uma vida no tempo, e não no espaço. Já as classes dominadas vivem segregadas, isoladas no espaço, pelo seu impedimento de locomoção. Na

cidade fraturada, essa marginalização é compreendida de forma intensificada e a classe segregada vive a ilegalidade da cidade ao perder o direito ao pleno usufruto do espaço urbano.

Portanto, as classes hegemônicas vivem na cidade legal, vivem no "tempo". Elas têm acesso aos aspectos da mobilidade, da tecnologia e do consumo, usufruindo da "cidade do espetáculo". Já as classes subalternas, estas não têm acesso a esse espaço urbano privilegiado (à cidade legal), e ocupam o seu espaço periférico, sem os benefícios da cidade legal, vivendo em condições econômicas, políticas, culturais e sociais desiguais.

Santos (2008) constrói duas categorias para compreender como se estabelecem as práticas socioespaciais: há a nação ativa, que se refere aos que aceitam, pregam e conduzem uma modernização que dá preeminência aos ajustes que interessam ao dinheiro. A segunda categoria seria a nação passiva, aquela formada por tudo o mais.

A nação chamada ativa alimenta sua ação como a prevalência de um sistema ideológico que define as ideias de prosperidade e de riqueza e, paralelamente, a produção da conformidade. A "nação ativa" aparece como fluida, veloz, externamente articulada, internamente desarticulada, entrópica. (SANTOS, 2008, p. 157)

Ainda de acordo com o autor de *Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência*, a ideia de mobilidade, difundida pelo discurso, é atrelada à velocidade e não à dinamicidade, pois "este movimento não é próprio, mas atribuído, tomado emprestado a um motor externo; ele não é genuíno, não tem finalidade, é desprovido de teleologia". (SANTOS, 2008, p. 157)

A nação chamada passiva é constituída pela maior parte da população, aqueles que participam de modo residual do mercado global, sem, todavia,

entrar cabalmente na contabilidade pública ou nas estatísticas oficiais. As atividades dessa nação passiva são frequentemente marcadas pela contradição: "a necessidade de participar direta ou indiretamente da racionalidade dominante, e a insatisfação e inconformismo dos atores diante de resultados sempre limitados". (SANTOS, 2008, p. 157)

A "nação passiva" é estaticamente lenta, colada às rugosidades do seu meio geográfico, localmente enraizada e orgânica. É também a nação que mantém relações de simbiose com o entorno imediato, relações cotidianas que criam, espontaneamente e à contracorrente, uma cultura própria, endógena, resistente, que também constitui um alicerce, uma base sólida para a produção de uma política. (SANTOS, 2008, p.157)

Essa nação passiva mora ali onde vive e evolui, enquanto a outra apenas circula, utilizando lugares com mais recursos e serviços, mas sem outro compromisso.

O autor enfatiza que, na contemporaneidade, os setores subalternos, a "nação passiva", estão desarticulados pelo projeto de fragmentação da vida. Mas acredita que, num segundo momento, pode ocorrer uma tomada de consciência trazida pelo seu enraizamento no meio e, sobretudo, pela sua experiência de escassez, que tornará possível a produção de um projeto contra-hegemônico. Para o autor, a sua viabilidade "provém do fato de que a nação chamada passiva é formada pela maior parte da população, além de ser dotada de um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência. Daí, sua veracidade e riqueza." (SANTOS, 2008, p. 158)

A lógica hegemônica, ao concentrar renda, gera desigualdade e intensifica o processo de escassez. Em sua obra sobre o processo perverso da globalização que se submete tão somente à lógica do capital, Milton Santos mostra que ocorre a simultaneidade: de um lado, a produção acelerada e

artificial de necessidades com uma incorporação limitada de modos de vida ditos racionais pela classe hegemônica e, de outro, uma produção ilimitada de carências e escassez às quais são sujeitas as classes subalternas.

Segundo o autor, os setores hegemônicos e subalternos se relacionam de modo diferenciado com o processo de escassez. Para os hegemônicos, há uma convivência relativamente pacífica com a escassez. Vivenciam um círculo vicioso entre processos de falta e de satisfação. A falta já é criada como a expectativa da satisfação, pois ocorre um processo de criação das necessidades que é infinita, porém com bens que são finitos. (SANTOS, 2008)

Entre os membros dos setores subalternos, a convivência com a escassez é conflituosa e até pode ser guerreira:

Para eles, viver na esfera do consumo é como querer subir uma escada rolante no sentido da descida. Cada dia acaba oferecendo uma nova experiência de escassez. Por isso não há lugar para o repouso e a própria vida acaba por ser um verdadeiro campo de batalha. Na briga cotidiana pela sobrevivência, não há força de negociação. A sobrevivência só é assegurada porque as experiências imperativamente se renovam. E como a surpresa se dá como rotina, a riqueza dos “não-possuidores” é **a prontidão dos sentidos**. É com essa força que eles se eximem da contrafinalidade e, ao lado da busca de bens materiais finitos, cultivam a procura de bens infinitos como a solidariedade e a liberdade: estes, quanto mais distribuem, mais aumentam. (SANTOS, 2008, p.130)

4.2 A periferia como potência

Existem duas lógicas na produção da cidade. A primeira é a lógica vertical que comanda a produção da cidade e busca manter o funcionamento da tríade: acumulação do capital, dominação política e a realização da vida para poucos

no consumo. Este quadro acarreta a exploração e expropriação dos direitos ao trabalho, à moradia, à cidade e à vida da maioria.

A segunda é a lógica horizontal, própria das classes subalternas. Como aponta Santos (2008, p. 114) [a lógica] “surge de pragmatismo mesclado com a emoção, um modo de insurreição em relação à globalização, com a descoberta que, a despeito de sermos o que somos, também podemos ser outra coisa”.

Milton Santos vê que, neste processo, o lugar é determinante, não como um quadro de vida, mas como espaço do vivido e das experiências sempre renovadas, o que permite reavaliar as heranças e, ao mesmo tempo, indagar sobre o presente e o futuro. A existência neste espaço exerce um papel revelador sobre o mundo e as mudanças são parte de um processo que se inicia na avaliação da crise, seguido da construção de uma visão crítica e, por fim, de uma tomada de consciência.

(...) é fundamental viver a própria existência como algo unitário e verdadeiro, mas também como um paradoxo: obedecer para subsistir e resistir para pensar o futuro. Então a existência é produtora de sua própria pedagogia. (SANTOS, 2008, p. 116)

Para a lógica vertical, a periferia é reproduzida material e simbolicamente como a parte estrutural do processo de dominação. Com efeito, as regiões periféricas são necessárias para a concentração de renda e para produção da cidade legal, ao fixarem espacialmente grandes massas de população em áreas que, no momento de sua ocupação, não interessavam à reprodução capitalista do espaço.

Ao serem cerceadas do direito à cidade legal - a cidade do fluxo, do tempo, da mobilidade -, as classes subalternas vivem no espaço, mantêm relações de simbiose com seu entorno imediato, criando à contracorrente uma cultura própria, endógena e resistente. (SANTOS, 2008)

À luz dessa visão crítica e reveladora, o que se buscou durante a pesquisa e a análise das informações coletadas foi evidenciar a periferia não como o local unicamente da exclusão social, mas compreendê-la em sua totalidade. A periferia é vista não só como a centralidade de formas de exploração do trabalho, mas como *lócus* de experiências civilizatórias. Como problematiza Martins (2001, p. 79): “é necessário discutir o modo de viver o processo histórico mais na compreensão da dimensão dramática, do cotidiano e do vivido do que no seu fetiche; o capital a acumulação e o seu poder de dominação”.

Outro conceito importante para compreender este processo é o de “urbano periférico” discutido por Burgos (2008). A autora não nega a relação centro-periferia, que morfologicamente revela a segregação social, mas considera que, com as novas formas de vivenciar o espaço-tempo, o termo periférico extrapola a sua característica espacial. Portanto, “estar às margens do capital” não necessariamente significa o local que ocupa no território, pois o urbano revela a segregação de forma total e as formas de moradias das favelas e dos cortiços são exemplos desta realidade. Entretanto, a segregação socioespacial é elemento estrutural da reprodução do capital na cidade e esse isolamento se intensifica com o processo de industrialização e urbanização.

Por outro lado, a ocupação da periferia acaba sendo um entrave para a continuada reprodução do capital, tornando-se um impasse para mobilização da propriedade, pois os investimentos imobiliários e viários necessitam de reconfiguração constante do urbano para manter os processos de acumulação (MARICATO, 2000). Portanto, a população que vive na periferia sofre processos constantes de expropriação material e simbólica. Isso levanta outra questão quanto à caracterização da relação espaço-tempo dos setores hegemônicos e dos setores subalternos.

Como abordado anteriormente, não interessa para a reprodução continuada do capital que a periferia seja fixa, o que justifica seu caráter

provisório e ilegalidade estrategicamente articulados no processo de produção da cidade.

Ao conjugar esses dois fatores de precarização, a provisoriedade e a ilegalidade, o sistema busca gerenciar a crise e manter o pacto social, criando mecanismos materiais e simbólicos. O planejamento urbano cumpre seu papel na produção material da cidade e a mídia apresenta-se como legitimadora do discurso ao defender o projeto de ocupação e expropriação imposto pela lógica hegemônica e ao criminalizar a luta social própria da lógica subalterna.

Neste cenário, observa-se a construção de novas subjetividades subalternas, que podem ser identificadas com o surgimento de movimentos de jovens da periferia que constroem sua identidade em torno da ideia do “ser periférico”.

No processo de configuração simbólica, esses “sujeitos da periferia” partem de um campo de significações opostas às construídas ideologicamente pela lógica hegemônica, tais como: “local de bandido”, “mar de prédios”, “local da violência urbana”. Portanto, há o objetivo de retraçar suas existências a partir dos seus aspectos subjetivos vinculados aos processos cotidianos de identidade, de cultura e de arte.

Algumas pesquisas¹¹ discutem e trazem dados sobre a produção cultural e sobre a construção de uma nova identidade periférica. Estas novas subjetividades subalternas são maneiras de comunicar e criar uma nova cultura, um novo modo de se enxergar. Isso é feito mediante o rompimento com as visões estigmatizadas homogêneas, construindo, desse modo, outros significados de pertencimento e identidade.¹²

¹¹ Para aprofundamento no assunto, ver, Erica Peçanha **NASCIMENTO**. *A periferia de São Paulo: revendo conceito, atualizando debate*. MG, CAXAMBU, 2009.

¹² São grupos que buscam produzir uma arte em estreita relação com as suas experiências de vida de escassez e de enraizamento. São, assim, questões cotidianas e históricas que se tornam um campo contra-hegemônico na discussão da cidade e do urbano. Uma multiplicidade de exemplos compõe a lista de experiências e expressões artístico-culturais que nascem nas mais

Acredita-se que o que move estes movimentos de maneira ampla é fruto das experiências de enraizamento no espaço e de escassez atreladas à produção capitalista do espaço (SANTOS, 2008).

“Ser da periferia” é a evidência de um novo modo de perceber e viver os processos de segregação. Tal visão permite às classes subalternas o domínio de um capital simbólico, fortalecido e legitimado pela sua vinculação com a comunidade de origem. Desta forma, essas classes produzem uma cultura própria, endógena, vinculada e, assim, abrem a possibilidade da reconstrução de uma esfera política (SANTOS, 2008).

Outro caráter próprio das culturas subalternas é que suas ações e suas práticas se colocam em oposição ao que é oficial – hegemônico- (GARCIA CANCLINI, 1988), pois elaboram novos modos de vida e uma nova forma de comunicar. Como podemos observar em seus discursos:

O termo periferia – periférico é condição geográfica e é também um sentimento de pertencimento. Sentimento este que caracteriza um tipo de produção literária visceral, contundente, engajada e impregnada de ódio às misérias que marcam a tragédia da vida urbana. Mas é uma literatura que fala de amor, solidariedade e de esperança na humanidade, escrita também com lirismo, humor e paixão.¹³

diferentes periferias das cidades brasileiras. No Rio de Janeiro, a CUFA (Central Única das Favelas), fundada em 1999, que hoje se estende pelos 27 Estados brasileiros, tem como objetivo desenvolver e tornar visíveis atividades culturais, esportivas e educativas “periféricas”. A Cooperifa, fundada em 2000, é orientada inicialmente para lançar artistas da periferia nos centros culturais das próprias áreas suburbanas, exibindo-se seus trabalhos em praças, bares e galpões. Ao final de 2002, iniciaram os saraus da Cooperifa. Em quase 11 anos de saraus na periferia, já foram lançados mais de 40 livros de poetas e escritores, além de dezenas de discos, há uma emergência de uma cultura periférica. Ainda em São Paulo, pode-se mencionar a Ação Educativa, que é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos. Foi criada em 1994 na cidade de São Paulo com o objetivo de atuar na promoção de direitos educativos e da juventude. Essa entidade mantém permanentemente atualizada a agenda cultural da periferia, atualmente (julho/2011) na sua 47ª edição.

¹³ Agenda Cultural da Periferia, edição nº. 1. 2007, São Paulo, Ação Educativa - Espaço de Cultura e Mobilização Social.

4.3 Cultura e Comunicação Subalternas

As famílias de técnicas emergentes com o fim do século XX- combinando informática eletrônica, sobretudo- oferecem a possibilidade de superação do imperativo da tecnologia hegemônica e paralelamente admitem a proliferação de novos arranjos, com a retomada da criatividade. (SANTOS, 2008, p.165)

A pesquisa no campo das culturas subalternas levanta a discussão apontada por Santos (2008) sobre a grande mutação contemporânea que aconteceria em dois planos simultaneamente: o plano da tecnologia e o plano da filosofia:

A tecnologia é dada pela emergência das técnicas de informação, as quais- ao contrário das técnicas das máquinas - são divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, mesmo que seu uso perverso esteja subordinado aos interesses hegemônicos. (SANTOS, 2008, p.174)

Esta perspectiva já se desenha a partir da visão e ações dos movimentos sociais no mundo e das diversas maneiras que encontram para romper com o domínio hegemônico. A outra seria a mutação da filosofia do homem, algo que seria capaz de atribuir um novo sentido à vida. Trata-se de uma mudança possível, mas pouco comentada e discutida.

Para compreender o fenômeno em sua totalidade, é necessário discutir sobre as novas ambiências em que atuam os movimentos sociais, para contemplar suas formas de vida, de luta e de política.

Primeiro ponto é considerar as novas ambiências da comunicação, nomeadas por Sodr (2006) de *bios miditico*. uma nova ambincia que invade e se inscreve na vida cotidiana, no como mero aparato tecnolgico,

mas como forma de sentir, pensar e comunicar. Trata-se de formas conhecidas pelo uso hegemônico e discutidas pelos usos subalternos nos seus processos de democratização e na construção das redes comunitárias.

O ponto de partida é a compreensão de um novo modo de se relacionar a partir da cultura. Como aponta Sodré:

Essa nova forma de vida implica uma intervenção profunda na dimensão espaço-temporal clássica: se retirarmos daquilo que chamamos de real o espaço e o tempo, teremos o virtual. O *bios* virtual, portanto, não se alinha de modo neutro ao lado dos campos sociais, uma vez que participa ativamente da luta pelo controle das representações do real, afetando ontologicamente a própria ideia moderna do social e do exercício de poder. (SODRÉ, 2006, p.100)

Como discutido anteriormente, a mídia cumpre o papel de esfera pública, como definidor do debate e delineando uma nova sociabilidade centrada no consumo e no individualismo:

No *bios virtual* (pelo menos que, até agora, tem-se mostrado como uma antropológica a serviço do mercado), o *ethos* humano parece submergir numa estesia telecomandada, onde o indivíduo é expropriado da experiência e da singularidade, portando da vontade, da escolha criativa e da partilha simbólica, logo de uma corporeidade própria e ativa, geradora de sentido, que tende hoje a ser cada vez mais genética e culturalmente controlada. (SODRÉ, 2006, p.123)

Ou ainda:

O *bios midiático* é uma espécie de chave virtual aplicada à vida cotidiana, à existência real-histórica do indivíduo. Em termos de puro livre-arbítrio, pode-se entrar e sair dele, mas nas condições civilizatórias em que vivemos (urbanização intensiva, relações sócio mercadológicas, predomínio do valor de troca capitalista), estamos imersos na virtualidade midiática, o que nos outorga uma forma de vida vicária, paralela, "alterada" pela

intensificação da tecnologia audiovisual conjugada ao mercado.
(SODRÉ, 2006, p.102)

Como se organizam os movimentos sociais nestes novos processos de sociabilidade? Considera-se que as diversas transformações no campo estrutural da política e da economia foram fator importante para a mudança:

(...) se caracterizam por sua supostamente nula incidência no processo produtivo e pelo baixo interesse que despertam nos partidos políticos tradicionais. (...) São estes movimentos os novos indicadores do lugar onde é possível compreender a força das organizações populares: a sua cultura, construída no dia a dia, na luta pela vida, na sua cotidianidade. (FERREIRA, 2007-2, p. 131)

Para Sodré (2005) a minoria é estimulada pelo impulso de transformação dinâmico e dialético. No entanto, esse denominador comum no tocante ao estímulo não pressupõe que os movimentos sociais sejam, todos eles, idênticos e homogêneos. Na verdade, cada movimento social se configura como um fluxo de mudança que atravessa um grupo, na direção de uma subjetividade contra-hegemônica. Assim, a intersecção entre dois conceitos, o de movimento social e o de minoria, traz uma nova luz a este último, já que a minoria se define a partir da tomada de posição no interior de uma dinâmica conflitual. Foi isso o que levou a Sodré a afirmar que:

Minoria não é, portanto, uma fusão gregária mobilizadora, como a massa ou a multidão ou ainda um grupo, mas principalmente um dispositivo simbólico com uma intencionalidade ético-política dentro da luta contra-hegemônica. (SODRE, 2005, p. 12)

Sodré (2005, p.13) sistematiza quatro características que alinham o processo das novas subjetividades subalternas, conforme quadro abaixo:

1. Vulnerabilidade jurídico-social - O grupo dito minoritário não é institucionalizado pelas regras do ordenamento jurídico-social vigente. Por isso, pode ser considerado "vulnerável", diante da legitimidade institucional e diante das políticas públicas. Onde sua luta por uma voz, isto é, pelo reconhecimento societário de seu discurso.
2. Identidade <i>in statu nascendi</i> - Do ponto de vista de sua identificação social, a minoria apresenta-se sempre <i>in statu nascendi</i> , isto é, na condição de uma entidade em formação que se alimenta da força e do ânimo dos estados nascentes. Mesmo quando existe há muito tempo, a minoria vive desse eterno recomeço.
3. Luta contra-hegemônica - Uma minoria luta pela redução do poder hegemônico, mas, em princípio, sem objetivo de tomada de poder pelas armas. Nas tecnodemocracias ocidentais, a mídia é um dos principais "territórios" dessa luta. Há até mesmo o risco de que as ações minoritárias possam ser empreendidas apenas em virtude de sua repercussão midiática, o que de algum modo esvaziaria a possível ação no nível das instituições da sociedade global.
4. Estratégias discursivas - Estratégias de discurso e de ações demonstrativas (passeatas, invasões episódicas, gestos simbólicos, manifestos, revistas, jornais, programas de televisão, campanha pela internet) são os principais recursos de luta atualmente.

Outro ponto que o autor salienta e que foi discutido também no primeiro capítulo deste trabalho é a crise do espaço público. O surgimento destas novas subjetividades subalternas pode caracterizar uma tomada de posição contra-hegemônica:

Trata-se, portanto de uma tomada de posição contra-hegemônica. Se entendermos, à maneira de Lênin e Gramsci, hegemonia como dominação por consenso, a minoria aparece como conceito de um lugar onde se produz um fluxo de discursos e ações com o objetivo de transformar um determinado ordenamento fixado no nível das instituições e organizações. (SODRÉ, 2005, p.14)

O objetivo deste estudo é compreender o modo destes movimentos sociais atuarem no campo da cultura e da comunicação como reafirmação de suas subjetividades. A partir da cultura como totalidade e articulada aos processos de historicidade, os sujeitos subalternos, a proclamada minoria,

elaboram outros mecanismos e outras formas de ação frente às imposições hegemônicas. Trata-se de “novas” estratégias que são, porém, garantidas pelo processo de elaboração contínua de sua identidade a partir da vinculação com seu meio e com sua gente.

CAPÍTULO V

REDE LIVRE LESTE: PRÁTICAS CULTURAIS E PROCESSOS COMUNICATIVOS

5.1 Estratégias Metodológicas

Para o estudo sobre a cultura como reconstrução da espacialidade na cidade, realizou-se uma pesquisa junto à Rede Livre Leste. O grupo se define como um conjunto de articulações formado por coletivos artísticos que habitam as imensas periferias da metrópole urbana de São Paulo. Sua ação se caracteriza por uma atuação artística e política, mobilizando-se jovens artistas e comunidades interessados em intervir na lógica cotidiana da cidade, em conexão com o Brasil e o Mundo.¹⁴

Ao tomar como objeto de estudo o trabalho realizado pela Rede Livre Leste, o que se buscou, nesta pesquisa, foi mapear aspectos das novas subjetividades subalternas, analisando suas **práticas culturais** e seus **processos comunicativos**. Dessa maneira, será possível avaliar as potencialidades de constituição de novos fluxos emancipatórios frente à imposição das forças

¹⁴ Texto extraído do Manifesto Livre Leste Policêntrico. Material está no anexo.

hegemônicas, ou seja, procurou-se estimar a viabilidade da constituição de espacialidades subalternas.

A metodologia utilizada nesta pesquisa seguiu os princípios da Filosofia da Práxis:

A teoria do conhecimento (ou filosofia da práxis ou dialética) continua a desempenhar uma função insubstituível, particularmente hoje, em um mundo dominado por uma ordem econômico-político-cultural que, embora decante as conquistas científicas, a diferença e o pluralismo, esteriliza concepções alternativas, reprime aspirações populares, sufoca os conflitos e dissimula as contradições, tudo harmonizado, adaptado, conjugado e subordinado a um pensamento único e naturalizado. (SEMERARO, 2000, p. 36)

Como estratégia metodológica central, optou-se pela pesquisa participante, na qual a relação entre a pesquisadora e os sujeitos da pesquisa se constituiu em uma conduta mediada e não determinante dos fatos. Este posicionamento possibilitou “desmecanizar” o olhar, trazendo novas sensibilidades e despertando uma maior riqueza na leitura das relações entre a revisão bibliográfica e a possibilidade de abordar, no trabalho de campo, as expressões espontâneas dos entrevistados. Compondo a pesquisa-ação, foram realizadas as seguintes estratégias: entrevistas semiestruturadas, seminários com os integrantes, análise do material de comunicação e expressão do grupo.¹⁵

Optou-se por não aprofundar o conteúdo e proposta de cada grupo de teatro que participa da Rede, pois o que se buscou levantar foi a experiência e as ações partilhadas. Compreende-se que a Rede não é a junção quantitativa dos grupos, mas, sim, um fluxo de ideias, de vontades e de necessidades que são partilhadas em comum. Portanto, o objetivo da pesquisa foi capturar a

¹⁵ Material analisado está no anexo.

essência destas experiências de cultura, de vínculo e de partilha, essência essa capaz de reestabelecer uma esfera pública.

Desta forma, para responder aos questionamentos propostos pela pesquisa, a organização do trabalho de campo foi pautada a partir das questões apontadas nos objetivos específicos:

- Analisar o processo de produção do grupo para avaliar como se constrói o discurso contra-hegemônico;
- Analisar as práticas culturais e os processos comunicacionais do grupo, para construir as categorias em que se estabelecem as novas subjetividades subalternas;
- Analisar junto ao grupo como se constroem as percepções sobre a cidade, a comunidade e o território, para avaliar as construções de espacialidades subalternas diante da lógica hegemônica de produção da cidade.

As análises das entrevistas, juntamente com a vivência desta pesquisadora no trabalho de campo, compõem um quadro de referências para os argumentos propostos pela pesquisa. Levando em consideração a interpretação dos fatos e o posicionamento dialético expresso no decorrer do texto, apresenta-se a seguir a leitura do trabalho de campo expressos nos seguintes momentos: Legitimidade; Vínculo comunitário; Território Leste; A rede como partilha e visibilidade.

5.2 Legitimidade

A Rede Livre Leste é composta por jovens da periferia que fazem parte de coletivos de teatro comunitários de São Paulo¹⁶, especialmente da região leste da cidade. Observou-se que estes jovens, ao vivenciarem processos de escassez impostos pela reprodução capitalista do espaço, acabam construindo uma contracorrente alicerçada em suas experiências cotidianas, na sua história e na sua cultura. Essa espécie de movimento de resistência é movida por um fluxo de mudanças que atravessa o grupo, na direção de uma subjetividade contra-hegemônica. A interpretação de sua trajetória foi elaborada em três momentos: 1º A percepção da realidade e o surgimento da proposta; 2º A ação (no caso, o Primeiro Cortejo livre Leste); 3º O desenvolvimento da rede e a formação da identidade do grupo.

1º - A percepção da realidade e o surgimento da proposta

A formação da Rede Livre Leste iniciou-se em 2009 a partir da iniciativa de dois coletivos de teatro, O Balaio¹⁷ e a Trupe Arruacirco¹⁸, que, ao

¹⁶ A rede é formada por sete núcleos articuladores compostos pelos seguintes grupos: Grupo do Balaio, Cia do Outro Eu, Trupe Arruacirco, Trupe Trapos dell'Arrua, Núcleo Teatral Filhos da Dita, Grupos Pombas Ubanas e Grupo Birco de Lata. O histórico dos grupos de teatro está no anexo.

¹⁷ O Balaio surgiu no ano de 2004 como um grupo jovem aplicado ao estudo de unir as linguagens do circo e do teatro. Sob a tutela do projeto *Amigos da Multidão*, da Cia Estável de Teatro, contemplada pela Lei de Fomento ao Teatro, o grupo foi formado inicialmente por cinco jovens de oficinas do projeto, oriundos de bairros periféricos e municípios fronteiriços da zona-leste (Ermelino Matarazzo, Vila Sílvia, Engenheiro Goulart, Suzano e Itaquaquecetuba). Em 2005, foi contemplado pelo *VAI* – Programa para valorização de iniciativas culturais - e, no ano seguinte, teve o projeto renovado, o que lhe permitiu verticalizar a pesquisa em circo com amparo de organizações como Circo Escola Picadeiro e Academia Brasileira de Circo. Além

identificarem e questionarem sobre o abandono de um Teatro de Arena localizado na Vila Curuçá, região da Zona Leste de São Paulo, resolveram organizar um cortejo. Esta ação teve por finalidade problematizar a situação de um espaço público que foi apropriado pelo tráfico local e, desta forma, não vinha exercendo sua real função. O grupo ocupou o espaço com manifestações culturais e artísticas.

A ideia do cortejo nasce de uma forma natural alinhada às experiências e práticas artísticas dos dois coletivos. De acordo com um dos integrantes do grupo, como “a gente do Balaio tem uma pesquisa no Circo e Trupe Arruacirco tem uma pesquisa na cultura popular, acabamos unindo estas experiências” (informação verbal).¹⁹

O cortejo se tornou uma prática identitária da Rede Livre Leste. O grupo define essa prática como forma de expressão: “Cortejo é teatro, é o desfile da história, espetáculo do povo, feito pelo povo. É forma de ocupar a rua, o espaço público. É um ato de manifestar-se”.²⁰

disso, o grupo participou de consultorias e workshops com artistas e pesquisadores de circo de variadas linhas de trabalho. Texto extraído <http://redelivreleste.files.wordpress.com/2011/05/texto-rede-livre-leste-publicado-no-portal-circonteudo.pdf>. Data 23/07/2011.

¹⁸ A Trupe ARRUACIRCO se formou em 2007 a partir de uma oficina de teatro de rua e circo ministrado pelo grupo Buraco do Oráculo, pelo projeto “Circular Cohab’s” agraciado pela lei de fomento ao teatro de São Paulo, com jovens que já trabalham a linguagem teatral e circense na região; também treinando tecido, aéreo, acrobacia de solo, cama elástica e malabares com a cia Estável de Teatro e no clube escola de circo Vila Curuçá e Jardim São Paulo; tem como característica pesquisar um teatro popular, estudando as linguagens: do palhaço, da cultura popular e o teatro de rua. Retirado do site: <http://trupearruacirco.wordpress.com/integrantes/>. Data 23/07/2011.

¹⁹ Entrevista concedida por Leandro Hoehne, integrante da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio no dia 10/05/2011.

²⁰ Texto redigido por Daniel Marques integrante da Rede Livre Leste e da Trupe Arruacirco e publicado na *Revista Semear Asas*. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011. Material está no anexo.

2º A ação: Primeiro Cortejo Livre Leste

"Reunimos mais de 30 grupos, para fazer o cortejo. As parcerias foram chegando de todos os lados (...) muita gente foi chegando e fomos articulando (...) conseguimos puxar gente de todos os lados da Leste e concentrar nessa ação que foi o primeiro de cinco cortejos. Depois desse cortejo, a gente falou: Algo que foi tão potente, que a gente viu que deu tão certo e que moveu tantas pessoas... vamos conversar sobre isso... aí começamos a fazer várias reuniões. "(informação verbal)²¹

São cerca de 30 grupos da periferia da Zona Leste que se articulam para realizar intervenções urbanas em espaços públicos. Esses grupos se definem como:

(...) articulados para realização de intervenções urbanas em espaços públicos que coloquem em questão o lugar da produção artística da periferia com visibilidade dentro do circuito cultural da cidade de São Paulo e a (re)ocupação do espaço público como lugar coletivo de expressão e mobilização social.²²

A partir destes relatos, pode-se inferir que existe uma subjetividade contra-hegemônica que move o grupo. Essa subjetividade transcende a sua realidade imediata, alçando voos mais altos ao propor uma nova maneira de lidar com os problemas peculiares à cidade. Trata-se, agora, de refletir sobre o porquê de o espaço ser sempre submetido a uma razão capitalista, sem se levarem em conta as questões humanas, e porque não dizer afetivas, inerentes à relação entre o homem e seu meio.

²¹Entrevista concedida por Leandro Hoehne, integrante da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio no dia 10/05/2011.

²²Texto extraído <http://redelivreleste.files.wordpress.com/2011/05/texto-rede-livre-leste-publicado-no-portal-circonteudo.pdf>. Data 23/07/2011.

O primeiro cortejo²³ nasce como uma ação pontual, reunindo grupos que percorreram as ruas do bairro, munidos de monociclos, pernas de pau, acordeón, muitas alfaías, caixas e um megafone, chamando a comunidade para a ação cultural, artística e política.

O cortejo é elemento de estruturação do processo comunicacional do movimento social que atinge duas questões. A primeira é a revisitação histórica da cultura popular e a segunda são as necessidades específicas do embate cotidiano. Pode-se compreender o cortejo como processo integrador capaz de romper com a lógica hegemônica ao trazer para o cotidiano os elementos peculiares ao lúdico. Esse ato de procissão é definido como uma festa em movimento, portanto possui uma dupla e contraditória potencialização entre conservação e criatividade cultural (FERREIRA, 2006-3).

Fazer festa significa colocar-se diante do espelho, procurando a sua identidade; é buscar reencontrar as garantias histórico-culturais, reafirmando-as na força da representação, no ato comunicativo e comunitário. Esta ação de resgatar a própria identidade é fundamental para encontrar-se a si mesmo e recuperar um equilíbrio que pode estar ameaçado (FERREIRA, 2006-3, p. 64).

²³ Até o momento a Rede Livre Leste realizou cinco cortejos. O primeiro aconteceu em agosto de 2009 como proposta à ocupação de espaços públicos com a arte. No segundo cortejo, foi mantido o princípio de ocupação artística de espaços públicos com arte, porém com diálogo direto com o Movimento Popular por direitos dos moradores das margens do Tietê e por justiça no processo de desapropriação. O terceiro cortejo foi em apoio ao movimento SOS Flávio Império, cujo objetivo era discutir a reabertura do teatro Flávio Império à comunidade, na região de Cangaíba, Zona leste. O quarto cortejo ocorreu em julho de 2010 com a participação de diversos movimentos sociais e culturais na Vila Itaim, como um ato de protesto contra a postura do poder público nos processos de desapropriações na região. O quinto cortejo ocorreu em agosto de 2010 como ato de protesto contra os impedimentos de manifestações artísticas no parque municipal -Parque do Carmo-, na Zona-Leste de São Paulo. No anexo encontra-se a linha do tempo do movimento social com todas as ações, propostas e elaborações da Rede Livre Leste até dezembro de 2010

1º Cortejo Livre Leste- Foto: Rodrigo Munhoz

2º Cortejo Livre Leste- Foto: Jonatas Marques

O ato de se reunir em procissão faz parte dos rituais das ações do grupo e, como processo comunicacional, revela outra dinamicidade para cidade ao romper com a lógica hegemônica. Portanto, exerce seu papel de comunicação e reivindicação e, ao mesmo tempo, é momento de celebração da vida. É um acontecimento aglutinador da realidade das comunidades envolvidas e pode-se avaliar seu potencial como formador da cidadania, da conscientização e da participação social, pois, de forma análoga ao processo festivo, é o momento da transformação do indivíduo comum em protagonista (FERREIRA, 2006-3)

1º Cortejo Livre Leste- Foto: Rodrigo Munhoz

Esta prática reafirma a possibilidade de a rua exercer seu valor de uso em contraposição à sua mercantilização. Pode-se compreender que esta questão é ponto central das propostas e ações da Rede Livre Leste: “A realização tem uma forma clara, natural ao que é popular, de raiz comunitária. Ocupar o espaço público, ressignificando coletivamente: o que é público é nosso.”²⁴

3º - O desenvolvimento da Rede Livre Leste e a formação da identidade coletiva

O processo de desenvolvimento da Rede acompanhou o fluxo cotidiano que surgiu a partir da primeira experiência de troca e das necessidades coletivas:

(...) o pessoal acabou cobrando: ‘E aí, esse cortejo vai ter uma continuidade, será que é um movimento, ou não é?’ Então daí que começou a surgir outras questões e nós começamos a refletir. (informação verbal)²⁵

O próximo passo do grupo foi discutir o que representou a primeira ação e, neste processo, foi criado o que chamam de Manifestejo:

Nós não queríamos simplesmente sentar um dia e escrever o Manifesto, queríamos que esse fosse um período longo de amadurecimento e daí que a gente ia ter força. Então pensamos: ‘nós temos outra característica, nós festejamos, (...) a gente celebra!!!’ O cortejo foi uma grande celebração. Foi um ato de protesto, mas foi um ato de celebrar esse encontro dos

²⁴ Texto redigido por Leandro Hoehne da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio; publicado na “Revista Semear Asas”. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011. Material está no anexo.

²⁵ Entrevista concedida por Daniel Marques integrante da Rede Livre Leste e da Trupe Arruacirco no dia 10/05/2011.

grupos e artistas. Então decidimos misturar as duas coisas ...vamos fazer um Manifestejo.” (informação verbal)²⁶

Esta ação é indicativa dos processos de enraizamento ligados à cultura popular. Dessa forma, o grupo reconstrói com elementos da cultura popular uma ação que rompe com as relações e símbolos hegemônicos.

(...) foi um dia assim: de abrir o Kraft, todo mundo escrever ideias, e fazer ciranda, e rolar apresentação... veio um grupo de Rap lá da Vila Matilde, as linguagens eram bem misturadas. Não era só uma galera de teatro, aproximou gente da literatura periférica também. (informação verbal)²⁷

O relato de um dos membros do grupo mostra os vínculos comunitários como elementos que agregam e unem os sujeitos subalternos na elaboração de uma lógica oposta à oficial e, acima de tudo, reflexiva e propositiva.

Tal prática rompe com a ideia problematizada por Bauman (2001) do espaço público-privatizado. O rompimento se explica porque, no caso que se analisa aqui, há a discussão dos problemas enquanto coletividade.

Esta proposta está embasada nas relações dos sujeitos com seu espaço, o que compreende a questão pública em sua totalidade. Rediscutem a mercantilização do espaço público e elaboram, a partir da coletividade, ações que contemplem as preocupações coletivas e sua relação com a cidade.

Outra questão avaliada foi o processo criativo, reflexivo e político, pois os grupos se encontram para falar de sua prática, para discutir o processo num dinamismo entre os anseios individuais e coletivos de forma a se priorizar o diálogo intercultural. Os resultados destes encontros culminaram na elaboração

²⁶ Entrevista concedida por Leandro Hoehne, integrante da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio, no dia 10/05/2011.

²⁷ Entrevista concedida por Leandro Hoehne, integrante da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio, no dia 10/05/2011.

do Manifesto Livre Leste Policêntrico²⁸, em que a rede discute pontos essenciais sobre os processos emancipatórios, relacionando suas propostas a outra política cultural mais integrada e plural.

Foi no Manifesteio que a gente meio que começou a entender que o Cortejo Livre Leste não era só uma ação, mas que isso estava virando um movimento de fato. E aí, ao pensar o movimento, a gente falou: 'poxa, mas é um movimento de movimentos, de vários grupos'. Aí achamos melhor chamar de Rede, nesse sentido. Então, a Rede, ela começa a aparecer neste momento. (informação verbal)²⁹

Em dezembro de 2009, forma-se a Rede Livre Leste. Sua trajetória iniciou-se com o 1º Cortejo Livre Leste, em agosto de 2009, e atualmente atua junto a movimentos sociais de diversas áreas e participa de fóruns de discussão em diferentes campos. Em 2011, foram contemplados pelo "Vai" - Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais³⁰ - para desenvolverem o projeto intitulado "Nossa Teoria é a Prática". "Seu objetivo é promover o fortalecimento e a difusão da iniciativa de jovens artistas que buscam, por meio da articulação em rede, refletir, discutir e promover a arte como ferramenta de transformação".³¹

²⁸ Material está no anexo.

²⁹ Entrevista concedida por Leandro Hoehne, integrante da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio, no dia 10/05/2011.

³⁰ Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais –VAI-, foi criado pela lei 13540 (de autoria do vereador Nabil Bonduki) e regulamentado pelo decreto 43823/2003, com a finalidade de apoiar financeiramente, por meio de subsídio, atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda e de regiões do município de São Paulo desprovidas de recursos e equipamentos culturais.

³¹ Texto extraído do projeto "Nossa teoria é a prática". Objetivos do projeto: Para tanto, a rede propõe leituras do Manifesto Policêntrico em cinco pontos da cidade de São Paulo (Zona Leste, Oeste, Norte, Sul e Centro). Também são oferecidas intervenções artísticas criadas e organizadas pelos grupos que formam a Rede Livre Leste, cujos resultados serão compartilhados publicamente nos mesmos pontos de leitura do Manifesto Policêntrico. Além disso, realizam-se fóruns que discutem esta experiência com a de outros coletivos artísticos igualmente organizados em Rede. Material está no anexo.

O grupo tem elaborado todo um corpo de práticas culturais e processos comunicacionais, tais como o Cortejo, o Manifestejo, o Manifesto Livre Leste Policêntrico, o projeto “Nossa teoria é a prática”, que evidenciam a construção de novas subjetividades subalternas capazes de reconstrução da esfera pública. São processos que trazem elementos que mesclam a relação com cultura popular (o vínculo com o território e suas histórias) como uma proposta conectada ao presente, ou seja, a discussão do espaço como pertencimento e valor de uso.

Pode-se, ainda, confirmar as questões propostas por Santos (2008) sobre o fluxo da transformação que se inicia na avaliação da crise, ou seja, a partir das experiências de escassez compartilhadas pelo grupo, passando para a construção de uma visão crítica e, por fim, uma tomada de consciência. :

Sozinhos não: Da necessidade nasceu a ideia. Da consciência de que as necessidades são comuns nasce a mobilização e a vontade coletiva traz a realização”³²

5.3 Vínculo comunitário

Mobilização para além da arte e para além de artistas: A comunidade que convida a comunidade. Afinal, os artistas são também a comunidade e a comunidade pode ser também artista.³³

³² Texto redigido por Leandro Hoehne da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio; publicado na *Revista Semear Asas*. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011. Material está no anexo.

³³ Texto redigido por Leandro Hoehne da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio; publicado na *Revista Semear Asas*. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011. Material está no anexo.

Esta visão emancipadora e dialógica entre o grupo e a comunidade é fruto de um processo de identificação, pois os integrantes nasceram e moram nas comunidades em que atuam. Outro fator que contribui para esta relação é a metodologia de trabalho adotado pelos grupos; intitulada de teatro *em comunidade*. Esta perspectiva está em contraposição a mais duas práticas teatrais que não consideram, em suas formulações, a comunidade como sujeito. A primeira se constitui o teatro *para comunidade* e a segunda, o teatro *com comunidade*.

O teatro *para comunidade* se constitui um teatro feito para comunidades numa abordagem “de cima para baixo”. Conforme apresenta Nogueira (2011, p. 40): “Este modelo inclui o teatro feito por artistas para comunidades periféricas, desconhecendo de antemão sua realidade”.

Quanto ao teatro *com comunidade*, ele é realizado por artistas fora da comunidade. Estes se apropriam dos elementos identitários e históricos de um determinado agrupamento social e os utilizam em seus projetos artísticos. Não há uma participação efetiva da comunidade como sujeito na definição e proposta das ações:

O trabalho teatral envolve uma investigação de uma determinada comunidade para a criação de um espetáculo, mas este é feito pelos artistas pesquisadores, longe da comunidade. Tanto a linguagem, o conteúdo- assuntos específicos que se quer questionar – ou a forma – manifestações populares típicas- são incorporados no espetáculo. (NOGUEIRA, 2011, p. 40)

O teatro *em comunidade* é a proposta que inclui as próprias pessoas da comunidade em todo o processo teatral, portanto como sujeitos da ação:

O teatro em comunidades tem grande influência de Paulo Freire e de Augusto Boal. Inclui as próprias pessoas da comunidade em todo processo criativo. Em vez de fazer peças dizendo o que os outros devem fazer, passou-se a perguntar ao povo o conteúdo do

teatro, ou dar ao povo os meios de produção teatral. Transformar o povo de espectador em ator. (...) Ganhou forma, em diferentes partes do mundo, um novo tipo de teatro, cuja função seria de fortalecer a comunidade. O teatro passou a ser a arena privilegiada para refletir sobre as questões de identidade de comunidades específicas. (...) O teatro seria, neste sentido, porta-voz de assuntos locais, o que poderia contribuir para expressão de vozes silenciosas ou silenciadas da comunidade. (NOGUEIRA, 2011, p. 40)

A vivência dos grupos de teatro é reproduzida em suas ações como algo orgânico ao processo. Portanto, o cortejo e as outras intervenções e ações do grupo funcionam como elo de identificação entre o grupo e a comunidade.

Como as práticas promovidas por esses grupos evidenciam um processo transformador na comunidade, elas se tornam a materialização simbólica da força, do vínculo e das possibilidades emancipatórias construídas no campo da cultura e comunicação subalternas.

Assim, vale ressaltar que o vínculo com a comunidade é fundamental para a sustentação identitária do grupo. Neste processo, elabora-se uma simbiose entre a comunidade e o território, construindo um campo simbólico territorializado com significações endógenas e identitárias:

Uma característica da rede é que é formada por grupos da comunidade mesmo e que possuem essa vontade de mudar coisas dentro da comunidade (...) eu acho que é o que nos move e o que nos sustenta mesmo (...) porque a gente conhece esse território aqui e os próprios trabalhos de cada grupo refletem essas comunidades, assim... a pesquisa de cada grupo e tudo mais... é porque a gente tá muito ligado, não tem como, não tem como se desfazer disso (...) a gente sai na rua, todo mundo fala: 'ah, o pessoal do teatro.... ah, o grupo do teatro!' Então nós somos a comunidade. (informação verbal) ³⁴

³⁴ Depoimento concedido por Thabata Leticia, integrante da Rede Livre Leste e do núcleo Teatral Filhos da Dita, durante o seminário com integrantes da Rede Livre Leste, no dia 16/05/2011.

Em momentos deste processo, observa-se o fortalecimento do grupo ao ser legitimado pela sua comunidade, pois ele oferece possibilidades emancipatórias frente às imposições hegemônicas:

E acho que é muito importante isso porque também te dá uma força em momentos que a gente não tem dinheiro pra nada, mas sabemos que temos o apoio da comunidade. E aí, esse estar apoiado pela comunidade é muito da gente sentir mesmo que a comunidade entende o que acontece aqui. [a entrevistada está se referindo ao grupo de teatro que participa, "Núcleo Teatral Filhos da Dita", que exerce suas atividades no Instituto "Pomas Urbanas", em Cidade Tiradentes, zona leste, São Paulo] (informação verbal)³⁵

Ou ainda:

Acho que o trabalho dos grupos de teatro e da própria Rede Livre Leste começa a fazer sentido para a comunidade também (...) ela pode perceber que aqui a gente pode produzir outras coisas além do que a gente sempre houve sobre a violência e drogas, tudo o que é de negativo que é passado em relação às comunidades. Acho que é muito legal quando a própria comunidade percebe que ela pode produzir outras coisas, e aí a gente, enquanto comunidade contribui para isso. (informação verbal)³⁶

O envolvimento da comunidade nas propostas dos grupos, na cotidianidade, estabelece processos de troca que fortalecem e confirmam a existência de uma outra lógica pautada na solidariedade, na comunhão e na partilha:

O bacana também é que a comunidade faça parte disso, nos eventos comunitários eles se envolvem ao máximo e participam

³⁵Depoimento concedido por Thabata Leticia, integrante da Rede Livre Leste e do núcleo Teatral Filhos da Dita, durante o seminário com integrantes da Rede Livre Leste, no dia 16/05/2011.

³⁶Depoimento concedido por Thabata Leticia, integrante da Rede Livre Leste e do núcleo Teatral Filhos da Dita, durante o seminário com integrantes da Rede Livre Leste, no dia 16/05/2011.

das festas; as senhoras vêm cozinhar e ajudar na cozinha ou então o apoio dos comerciantes para a realização de algum evento, pois é importante que as pessoas se envolvam e façam parte disso também(...) que seja uma troca. (informação verbal)³⁷

Ou ainda:

Cada um pode contribuir com aquilo que sabe e não precisa todo mundo fazer teatro pra poder contribuir, mas aquela senhorinha que sabe costurar e coloca um botão num figurino (...) está contribuindo com aquilo que é precioso. Assim, o conhecimento de cada um... Então, também vamos descobrindo esses potenciais e a própria comunidade percebe que ela pode, é um espaço onde ela pode também participar. (informação verbal)³⁸

É interessante salientar que os termos como “comunidade”, “periferia” e “zona leste” aparecem nos discursos e ações do grupo com significação de pertencimento, de identidade, de vínculo, o que viabiliza e fortalece a construção de outra espacialidade. O grupo, ao manter uma relação com a cidade e com seu espaço, distinta da imposta pela lógica hegemônica, revela a força de uma lógica subalterna que se estabelece a partir dos vínculos comunitários:

Um movimento meio pulsante na zona leste, essa coisa da articulação, de se agregar, de estar junto e realizar ações conjuntas sentimos isso muito forte aqui, na Leste (...) essa aproximação. (informação verbal)³⁹

Ou ainda:

³⁷ Depoimento concedido por Cláudio Pavão, integrante da Rede Livre Leste e do núcleo Teatral Filhos da Dita, durante o seminário com integrantes da Rede Livre Leste, no dia 16/05/2011.

³⁸ Depoimento concedido por Thabata Letícia, integrante da Rede Livre Leste e do núcleo Teatral Filhos da Dita, durante o seminário com integrantes da Rede Livre Leste, no dia 16/05/2011.

³⁹ Depoimento concedido por Leandro Hoehne, integrante da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio, durante o seminário com integrantes da Rede Livre Leste, no dia 16/05/2011.

(...) é bem para começar romper com algumas muralhas que criam sobre a periferia e nós devemos é fortalecer e, pô, a gente tá aqui, estamos vivos, temos o que falar e o que expressar. (informação verbal)⁴⁰

Ou ainda:

Nós somos povo, nós somos comunidade, comunidade no sentido do que é comunitário, do que é comum, da gente estar junto. (informação verbal)⁴¹

Esta relação confirma a discussão proposta por Paiva (2005), sobre a insurgência de uma comunidade gerativa, um agrupamento que se apresenta em resposta à razão instrumental que define a política centrada no mercado:

A comunidade gerativa trata-se, portanto, de uma reinterpretação do conceito tradicional da ideia de comunidade, com base no estudo do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, resgatando facetas como a vinculação social e a preocupação territorial (...). Estão presentes nessa proposta aspectos próprios da sociabilidade que parecem ter perdido o sentido na nova era, mas passam a ser enfoque central, como cooperação, solidariedade, tolerância, fraternidade, docilidade, amizade, cooperação, generosidade e caridade. (PAIVA, 2005, p.22)

Nos processos analisados da Rede Livre Leste, a cultura é o elo identitário e representa o campo onde se estabelecem os vínculos comunitários e as constituições das novas subjetividades subalternas que atuam na cidade a partir do cotidiano.

⁴⁰Depoimento concedido por Leandro Hoehne, integrante da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio, durante o seminário com integrantes da Rede Livre Leste, no dia 16/05/2011.

⁴¹Depoimento concedido por Daniel Marques, integrante da Rede Livre Leste e da Trupe Arruacirco, durante o seminário com integrantes da Rede Livre Leste, no dia 16/05/2011.

5.3.2 Território leste

Quantos mapas cabem na periferia de acordo com aquilo que se pensa dela? A mídia considera pobre e vende esta ideia - uma pechincha! Eis que um estandarte destaca-se no mapa da periferia. Na ação da Rede, também fazemos dela um território onde a arte flui. O conhecimento é construído aqui, por pessoas daqui, que apreenderam a olhar de outra maneira para este território.⁴²

A maneira como o grupo compreende o cotidiano a partir do vínculo comunitário evidencia o espaço como *lócus* de articulações e resistência, constituindo uma nova espacialidade. Em outras palavras, é possível afirmar que se engendra uma forma distinta de perceber e viver o espaço, abrindo-se uma brecha na lógica objetiva da produção da cidade.

No processo de elaboração desta nova espacialidade para periferia, articulada simbolicamente no campo da cultura, ocorre a negação de duas significações sobre a cidade.

A primeira é a ideia de espaço imposta pelas configurações da cidade legal, própria das classes hegemônicas - da cidade do espetáculo, da mobilidade e da tecnologia. Sob essa perspectiva, dominada pela lógica hegemônica, a busca por emancipação se confunde propositalmente com a emancipação prometida no mercado. Deduz-se de tal visão que o valor simbólico para alcançar esta emancipação no mercado está atrelado a garantir o alcance aos artefatos ligados a este novo modelo hegemônico de vida.

⁴²Texto redigido por Leandro Hoehne da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio; publicado na *Revista Semear Asas*. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011. Material está no anexo.

No entanto, os movimentos periféricos buscam romper com esta visão da emancipação prometida no consumo ao propor uma emancipação real da periferia. Uma verdadeira redenção se daria por uma redefinição, a partir do campo da cultura, de novos processos de produção, circulação e consumo do que é periférico.

Nós buscamos fortalecer nosso trabalho e, antes de falar: 'Não ao teatro burguês!' 'Não ao individualismo!', falamos 'sim ao nosso trabalho, sim ao que estamos fazendo!' E vamos celebrar isso que estamos construindo, vamos buscar caminhos e daí propor novas visões." (informação verbal)⁴³

Ou ainda:

A gente tá aqui no mapa ... com essa relação com o território, acho que é muito de perceber que nós produzimos conhecimento (...) ao invés de ficar se vitimizando e reclamando disso tudo, vamos escrever o que estamos fazendo, vamos pensar, vamos furar esses bloqueios." (informação verbal)⁴⁴

São processos de reflexão sobre sua prática, que refletem o pertencimento e a potência diante dos processos homogeneizantes. Nestas elaborações, a questão do território está presente tanto nas práticas culturais como nos processos comunicativos.

A segunda visão que esta nova espacialidade nega é aquela da periferia tratada como homogeneidade espacial e social. O caráter simbólico construído pela lógica hegemônica condena a periferia à condição de locais produtores da

⁴³Depoimento concedido por Leandro Hoehne, integrante da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio, durante o seminário com integrantes da Rede Livre Leste, no dia 16/05/2011.

⁴⁴Depoimento concedido por Leandro Hoehne, integrante da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio, durante o seminário com integrantes da Rede Livre Leste, no dia 16/05/2011.

violência, do crime, da pobreza. Dessa forma, simplifica-se de tal modo a discussão a ponto de se desconsiderarem os processos de produção responsáveis pela precariedade da vida nestas condições, estes sim violentos.

Analisando-se de maneira mais imparcial, e justa, como ocorre a situação de exclusão, sabe-se que a absoluta precariedade é o que leva alguns sujeitos a outras formas de embate, suscitando um rompimento do pacto social pelo terror e pelo tráfico. No entanto, trata-se apenas de uma parte da realidade, a qual, ainda assim, é tratada pela lógica hegemônica como a totalidade da periferia. Assim, desconsideram-se as formas sociais, culturais e políticas construídas no espaço da cotidianidade, bem como a vivência destas comunidades.

Para os próprios habitantes da periferia, esta é compreendida como centralidade: de conhecimentos, de vida, de esperanças, de solidariedade e de política. Esta questão é evidente no discurso do grupo, nos seus processos comunicacionais, nas suas práticas artísticas.

Um dos elementos comunicacionais analisados foi a revista *Semear asas*, publicação que representou para o grupo um momento de reflexão e legitimidade de suas ações e propostas:

É uma publicação independente dos “Pombas Urbanas” e está na sua segunda edição. Essa, em especial, é uma referência para a Rede Livre Leste porque, além de falar muito dela, foi escrita pelos próprios artistas jovens. Somos nós escrevendo a respeito de nossas próprias questões.” (informação verbal)⁴⁵

O mapa abaixo faz parte de uma matéria sobre a Rede Livre Leste. Ele apresenta uma espacialidade oposta à lógica hegemônica que domina a

⁴⁵Depoimento concedido por Leandro Hoehne, integrante da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio, durante o seminário com integrantes da Rede Livre Leste no dia 16/05/2011.

produção da cidade. No mapa pode-se observar que a centralidade não é mais baseada em indicadores de concentração de renda, de fluxos de investimentos, do valor do solo urbano. Nesta elaboração, os indicadores são articulados a partir das relações cotidianas, dos desejos, da luta, dos sonhos e da cultura, portanto como campo de realização da vida.

Mapa produzido pela Rede Livre Leste. Publicado na Revista Semear Asas. Fev/2011

O que ocupa a centralidade no mapa são os sujeitos sociais e não mais os processos de reprodução e acumulação do capital.

Outros significados são somados aos sentidos desta nova centralidade com as respostas dos grupos de teatro à pergunta problematizadora da matéria: O que é fazer Teatro no Território Leste?

Para o Grupo do Balaio: "Como se alterasse de ponta-cabeça não só a posição do corpo, mas também o olhar para o mundo".⁴⁶

A dramatização cênica se configura, portanto, como um ponto de partida para a mudança ao alterar a percepção do mundo. O teatro ajuda a compreender a história, a conhecer e a se reconhecer como sujeito.

O grupo Pombas Urbanas (Cidade Tiradentes) destaca que a "Zona leste é nordeste, ninho potente de vida, identidade e criação onde a resistência anda de mãos dadas com a poesia".⁴⁷

A cultura popular assume o papel de elo identitário, como um elemento formador de resistência, o que acaba por evidenciar uma dinamicidade própria das culturas subalternas.

Quanto ao Núcleo Teatral Filhos da Dita (Cidade Tiradentes), fazer teatro "É estar numa balança, equilibrando desafios e oportunidades, com a certeza de que a arte une, fortalece e transforma."⁴⁸

Campo articulador das mudanças, a cultura e a arte são, ao mesmo tempo, bases de fortalecimento da luta.

Para Cia do outro eu (São Matheus): "uma instigante aventura lotada de desafios para todos"⁴⁹

Aqui, o que se destaca são os desafios como elementos que impelem à mudança e à construção do novo.

Os membros da Trupe Arruacirco (Itaim Paulista) consideram o teatro como um meio de "Fazer arte como forma de resistência popular e ferramenta de mudança"⁵⁰

⁴⁶Depoimento concedido pelo grupo O Balaio e publicado na revista *Semear Asas*. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011.

⁴⁷Depoimento concedido pelo grupo Pombas Urbanas e publicado na revista *Semear Asas*. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011.

⁴⁸Depoimento concedido pelo grupo Núcleo Teatral Filhos da Dita e publicado na revista *Semear Asas*. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011.

⁴⁹Depoimento concedido pelo grupo Cia do Outro eu e publicado na revista *Semear Asas*. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011.

Há um destaque à dupla força dos processos comunicacionais do grupo e discute-se uma nova visão de mundo, uma nova percepção da cidade. Com isso, há uma mudança completa do foco porque se altera o sujeito da ação.

Atribui-se a um espaço uma significação material e simbólica diversa daquela convencionalmente atribuída quando da disputa pela hegemonia. Este campo de significações é fator motor e indicativo das possibilidades de reconstruir uma esfera pública para a cidade. A Rede Livre Leste, ao propor outro sentido para a cidade, reconstrói e domina um capital simbólico a partir das próprias contradições do capital. Ser periférico, agora, não é mais pejorativo, negativo, pois, ao se relacionar a ideia de periférico aos seus processos subjetivos, promove-se a primeiro plano a potência, a força, e a autonomia perante as ações hegemônicas.

Tomando-se por base esses depoimentos citados, a hipótese investigativa desta pesquisa foi compreender a periferia como potência emancipadora, como possibilidade de construção de uma esfera política. Em uma nova ordem política, são alinhados os elementos constitutivos da cultura das classes subalternas a partir das novas subjetividades subalternas no campo da cultura e da comunicação.

Apesar de o grupo encontrar a força transformadora no embate com a lógica hegemônica, suas ações não se configuram como proposta homogênea e fechada, pois o grupo está aberto ao diálogo. A construção de sua identidade se estabelece no território, mas alcança outros campos e outras lutas: "A rede que é livre para além do leste."⁵¹

⁵⁰Depoimento concedido pelo grupo Trupe Arruacirco e publicado na revista *Semear Asas*. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011.

⁵¹Texto redigido por Leandro Hoehne da Rede Livre Leste e do coletivo O Balaio; publicado na revista *Semear Asas*. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011. Material está no anexo.

5.3.4 A rede como partilha e visibilidade

A Rede só tem sentido se aplicado seu conceito de conectar fixos (coletivos, artistas, movimentos, organizações) e garantir que os fluxos (proposições artísticas, informações, conhecimento) objetivam uma intervenção de fato, um acontecimento no ambiente comum, popular.⁵²

Para o grupo, o conceito de rede está associado aos vínculos com a comunidade, às relações com os grupos e coletivos da periferia e com os movimentos sociais de luta pela moradia. Em suma, há uma associação com grupos que possuam um fluxo de ideias contra-hegemônicas. Estas ideias têm como estrutura outra lógica que prioriza a solidariedade, a identidade e a cooperação. Tais articulações só têm sentido para o grupo se forem articuladas nas relações concretas, compreendendo o cotidiano como campo de realização da vida.

Em alguns momentos, os grupos das diversas comunidades buscam a construção de sua identidade e de sua luta negando a ideia de rede, pois esta contemplaria apenas a externalidade da comunicação, ou seja, a comunicação tratada como relação e não como vinculação:

Aqui entende-se rede enquanto articulação aplicada na prática, com diálogo e trocas constantes entre os coletivos que a compõem. (...) a Rede Livre Leste só se vê concreta na ação, caso contrário é uma abstração social, um coletivo de amigos, apoiadores, articuladores virtuais. E isso não nos interessa.⁵³

⁵² Texto extraído do projeto “Nossa teoria é a prática”, financiado pelo Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais –VAI/2011.

⁵³ Texto extraído do projeto “Nossa teoria é a prática”, financiado pelo Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais –VAI/2011.

Estas novas comunicações, intituladas ora de redes ou de coletivos, ocorrem simultaneamente em ambiências justapostas, tanto no cotidiano, fortalecidas pelos vínculos estabelecidos com as comunidades de origem, quanto a partir da ambiência midiática. Neste caso, há de se ressaltar os blogs que relatam suas práticas evidenciando uma dinâmica própria e os textos que comunicam seus conteúdos e propostas. Além disso, também se devem mencionar os vídeos que transmitem suas ações simultaneamente e os chats de discussão que permitem tanto a circulação das ações como as trocas com outras experiências. A nova ambiência assume espaço de visibilidade e de partilha.

Esta experiência, cotidiana e virtual, evidencia que os grupos podem dominar muitas vezes a produção, circulação e consumo de suas práticas e ações, não dependendo do circuito hegemônico da circulação da cultura. Cria-se uma estrutura distinta em outras bases e com formas diversificadas de expressar. A partir do momento em que constroem os vínculos, esses coletivos unem também suas lutas.

Ao abordar a rede como *lôcus* das práticas culturais e dos processos comunicativos da Rede Livre Leste, o trabalho de pesquisa permitiu identificar dois campos de significação para as novas subjetividades subalternas.

O primeiro campo está relacionado à possibilidade de partilha e fortalecimento possíveis por intermédio da ambiência midiática. O segundo discute a possibilidade de garantir ao mesmo tempo o registro, a legitimidade e a visibilidade do grupo.

A questão da gratuidade de acesso às mídias confirma a afirmação de Santos (2008) sobre as possibilidades que as técnicas contemporâneas trazem ao requererem capitais fixos relativamente pequenos enquanto seu uso possibilita novos arranjos com a retomada da criatividade.

Esse maior acesso a novas tecnologias mostra seus frutos, já que a Rede Livre Leste mantém um site atualizado em que partilham e comunicam suas ações, práticas, projetos, depoimentos, imagens e vídeos. Além do site, a Rede possui publicações em diferentes mídias que discutem sua prática e refletem sobre as novas possibilidades políticas. Em relação à mídia oficial, o grupo evidencia a importância de furar os cercos, mas não há interesse em estar na grade de programação da grande mídia. A produção de meios alternativos, como publicações, ações diversas e vídeos, abre uma nova perspectiva de se apresentar um outro discurso que reflita e contemple as necessidades das classes subalternas.

Em relação à partilha e ao fortalecimento, foi relatado pelo grupo a experiência da produção de um vídeo-denúncia elaborado pela Rede Livre Leste, em parceria com Passa a Palavra⁵⁴. Isso ocorreu durante o 2º Cortejo Livre Leste, que aconteceu na região do Jardim Romano. O objetivo do vídeo foi registrar o fato de a enchente ter sido provocada, pois: "a prefeitura tinha o poder de abrir as comportas do Rio Tietê para escoamento de água, mas preferiu deixar a população debaixo d'água, do que atrapalhar obras públicas numa região de maior interesse econômico (as obras na Marginal)".⁵⁵ O grupo salientou a importância desta comunicação retornar à comunidade do Jardim Romano para a realização de uma avaliação da ação. Também se aventou a possibilidade de divulgar este vídeo em outros campos, como o "III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura – Integrar para além do mercado". O evento, que ocorreu em março de 2010 no Memorial da América Latina (São

⁵⁴"Somos um grupo de orientação anticapitalista, independente de partidos e demais poderes políticos e econômicos, formado por colaboradores de Portugal e do Brasil, cujo intuito maior é o de construir um espaço comunicacional que contribua para a articulação e a unificação prática das lutas sociais". Texto retirado do site <http://passapalavra.info/>, em 30/07/2011. 12h40.

⁵⁵Texto redigido por Juliana Flory integrante da Rede Livre Leste e do "Grupo Pombas Urbanas", e publicado na revista *Semear Asas*. Instituto Pombas Urbanas, fev 2011. Material está no anexo.

Paulo), foi organizado pelo Celacc - Centro de Estudos Latino-americanos sobre cultura e comunicação.

Outro elemento levantado foi a possibilidade de troca de conhecimentos com outros grupos do Brasil e do mundo que compartilham dos mesmos anseios e que possuem experiências capazes de enriquecer a prática e as ações de cada grupo. Iniciativas como essa permitem o compartilhamento de propostas, bem como são oportunidades para se exporem dúvidas e anseios, o que é uma forma de encorajamento para a luta e resistência.

Voltando à questão da relevância da ambiência midiática, deve-se salientar o papel cada vez mais presente das redes sociais, que também são um canal de comunicação eficaz para organizar e divulgar suas ações, além de representarem uma forma acessível de registro das práticas e comunicações do grupo.

Estas questões apontam indicativos das novas subjetividades subalternas, construídas com outros mecanismos que podem ser uteis para retomar uma esfera pública para cidade. Estas novas subjetividades subalternas se fortalecem e ganham terreno primeiro no campo simbólico na construção de uma identidade periférica não homogênea e objetiva, mais plural, intercultural, de afirmação, de vinculação e de radicalidade, desta forma, reconstroem outra espacialidade para a cidade a partir do campo da cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa comprovou que os movimentos sociais, que atuam no campo da cultura e da comunicação, reafirmam seus processos subjetivos. Compreendendo a cultura como totalidade e articulando-a aos processos de historicidade, os sujeitos subalternos elaboram outros mecanismos e outras formas de ação frente às imposições hegemônicas. Trata-se de “novas” estratégias que são garantidas pelo processo de elaboração contínua de sua identidade a partir dos vínculos comunitários.

Foi possível neste trabalho avaliar em que situações essas novas subjetividades subalternas se situam na relação contraditória da produção capitalista da cidade. Como estão enraizados no seu meio, os sujeitos subalternos exercem, à guisa de um ato de resistência, uma cultura própria baseada numa lógica orgânica. Com outra dinamicidade, esses sujeitos propõem um novo sentido para a vida na cidade ao romperem com a percepção a-histórica, descartável e mercantilizada da lógica hegemônica.

A falta de liames históricos e a percepção materialista e supérflua inerente à lógica hegemônica engendra uma relação superficial do indivíduo com o espaço. Por não se cultivar a vinculação, os espaços se reproduzem de forma homogênea e ocorre um rompimento com a memória e com a história. Esse movimento de planificação das cidades, de uma certa “assepsia” de tudo o que seria indesejado, só não avança de maneira mais avassaladora porque surge um movimento contestador dos sujeitos que, devido ao processo de segregação produzido por esse mesmo movimento que rechaça a alteridade, são obrigados a viverem no espaço. Já que não podem desfrutar dos benéficos da mobilidade, os indivíduos criam outra dinamicidade, outra lógica que é baseada no território, na história dos povos. Estabelecem suas bases e raízes em aspectos como a solidariedade, o vínculo e a comunhão.

Quando restabelece a discussão de Robert Park sobre a cidade como palco, lócus das experiências humanas, Harvey salienta que:

A tentativa mais consistente do homem e a mais bem-sucedida como um todo pra refazer o mundo em que vive o mais próximo do seu desejo íntimo. Mas, se a cidade é o mundo que o homem criou, é o mundo no qual ele está doravante condenado a viver. Assim, indiretamente, e sem qualquer clareza da natureza de sua tarefa, fazendo a cidade, o homem refez a si mesmo. (PARK, apud HARVEY, 2009)

Assim, o que Harvey destaca é uma ideia bastante apropriada de Park. Para este, é necessário haver uma perfeita consonância entre a cidade que cada um deseja ter e o tipo de pessoa que cada um deseja ser. Park vai mais longe ao preconizar a relevância do posicionamento de todos acerca de aspectos como as relações sociais, a interação com a natureza e o modo de vida tidos como

ideais. Trata-se de uma visão muito próxima àquela expressa por Lefebvre acerca do direito à cidade. Sendo assim, esse direito está além daquele que garante o acesso ao que já existe, pois é a prerrogativa de mudar a cidade de acordo com nosso desejo coletivo. O que está em discussão é a liberdade de viver e propor outra cidade, romper com o domínio de uma elite financeira que se apropriou da cidade em seu próprio interesse.

Esta pesquisa buscou discutir em que aspectos os movimentos sociais restabelecem a cidade como liberdade e como direito. Ao analisar as práticas culturais e os processos comunicacionais da Rede Livre Leste, foi possível observar as categorias em que se estabelecem as novas subjetividades subalternas a partir das considerações apontadas por Sodré (2005): "Vulnerabilidade jurídico-social", "identidade *in statu nascendi*", "luta contra-hegemônica" e "estratégias discursivas".

Em relação à "vulnerabilidade jurídico-social", pode-se afirmar que os movimentos sociais constroem seus próprios elementos de legitimidade diante da luta. Nessa condição, os movimentos sociais devem ser avaliados pela sua legitimidade e não pela questão da legalidade, pois estão sempre rediscutindo o pacto social vigente.

Quanto à "identidade *in statu nascendi*", pode-se compreender que a cultura é um processo que se conserva e se renova permanentemente e apenas na prática social. Os novos fluxos e as novas ambiências representam as bases para construção da identidade, a qual não é fixa e determinista, mas, sim, plural. Uma identidade intercultural segue o fluxo e o ânimo das forças emancipatórias.

Na "luta contra-hegemônica", a mídia é um campo privilegiado para rediscutir os processos de emancipação. As formas de pensar, sentir e lutar das novas subjetividades contam com duas forças: os vínculos comunitários de

identidade e a experiência de visibilidade que as mídias alternativas proporcionam. Dessa maneira, a mídia como um todo torna-se um meio fomentador da disputa pela hegemonia.

Em relação às “estratégias discursivas”, podem-se delinear, a partir do campo da comunicação e da cultura⁵⁶, dois planos que se entrecruzam e se complementam na construção de **novas subjetividades subalternas** capazes de elaborar outra forma de sentir e viver na cidade, compreendida como **espacialidades subalternas**.

O primeiro é o plano do cotidiano, das experiências materiais, concretas. Também é o plano da construção da subjetividade, das emoções, comportamentos e representações.

Outro plano é entendido como uma nova ambiência – novo *bios midiático* (SODRÉ, 2001). Esse plano invade e se inscreve na vida cotidiana, não como mero aparato tecnológico, mas como forma de sentir, pensar e comunicar.

Esse aparato teórico parece ser o mais apropriado para dar conta da análise do fenômeno complexo e, não raro, discrepante representado pela cidade. Com efeito, o meio urbano pode ser visto como o palco privilegiado para o entendimento das desigualdades, pois é onde se estabelecem os conflitos, coexistindo processos de dominação, apropriação, resistência e (re)apropriação. Essa disputa reflete um movimento dialético e contraditório entre os setores hegemônicos e subalternos.

Como o cotidiano e o *bios midiático* atuam de maneira intrínseca e concomitante, é possível identificar, com base nessas duas formas de apreensão

⁵⁶ A cultura é compreendida nesta pesquisa como conjunto de processos simbólicos por meio dos quais se compreende, reproduz e transforma a estrutura social. Já a comunicação é analisada como o entendimento do vínculo e dos laços societários.

do real, dois movimentos de contestação e de libertação do jugo representado pela ditadura das forças hegemônicas.

Um primeiro movimento acena com a viabilidade de criação de uma espacialidade distinta para a cidade de São Paulo. Contestando a natureza desvinculante da ideologia dominante, os sujeitos subalternos partem de sua própria experiência de enraizamento local e de carência material como elementos encorajadores da formação de uma identidade própria e original de periferia. Trata-se de uma verdadeira sociodiversidade, que reescreve uma possível revanche dos “de baixo”. A ideia de periferia ganha outros significados a partir da elaboração de sentidos distintos da realidade e no fortalecimento de vínculos comunitários.

O segundo movimento evidencia aspectos que justificam a característica do novo. As possibilidades de emancipação mostram, como aponta Santos, que “a globalização não é irreversível”. De fato, as mudanças são marcadas pela irrupção de novos objetos, de novas ações e relações e de novas ideias que invertem as lógicas hegemônicas de mundo e que rediscutem o pacto social estabelecido. Estas novas subjetividades subalternas estão em gestação no campo da cultura e do território, permitindo uma reavaliação da questão da cidadania a partir do estabelecimento dos vínculos comunitários. Desse modo, redesenham-se outras frentes e espaços de luta, o que suscita novas formas de sentir, viver e propor outro mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.⁵⁷

ARANTES, A. **As Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. Campinas: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.

_____. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

ARANTES, Otilia. (org). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petropolis: Editora Vozes, 2002.

_____. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 1998.

BASBAUM, Leôncio. **O processo evolutivo da História**. São Paulo: Editora Edaglit, 1963.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **O amor líquido** - sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENEVOLO, Leonardo. **A Cidade e o Arquiteto**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luis C. e FRANÇA, Vera Veiga (orgs). **Teorias da Comunicação**: Conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

BÓGUS, L.M.M.; VÉRAS, M.P.B. **A reorganização metropolitana de São Paulo**: espaços sociais no contexto da globalização. Cadernos MetrÓpole Desigualdade e Governança. São Paulo: Educ, n. 3, 1999.

⁵⁷ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BOSI, Ecléa. **Cultura de Massa e Cultura Popular**. 11ª edição revisada. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org) **Repensando a pesquisa participante**. Brasiliense, São Paulo, 1985

BURGOS, Rosalina. Tese de Doutorado: Periferias Urbanas da Metrópole de São Paulo: Território da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. FFCH, USP, 2008.

CALDEIRA, Teresa P. Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Ed 34/Edusp, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

_____. Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo. Em publicação: **América Latina: cidade, campo e turismo**. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO- Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo: 2006.

_____. **Espaço-tempo na metrópole: A fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CASTELLS, Manuel A era da informação: Economia, sociedade e cultura. **O poder da identidade** Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 2006

CHAUI, M. S. **Conformismo e resistência: Aspectos da cultura popular**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Atualidade de Gramsci**. 1997. In: Site: www.acesa.com/gramsci.

DAMIANI, Amélia Luisa. A geografia e a produção do espaço na metrópole: entre o público e o privado. In: CARLOS, Ana Fani A. & CARRERAS, Carles (org). **Urbanismo e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2010.

FERREIRA, Maria Nazareth. (1) **Os desafios da produção científica no neoliberalismo: as culturas e a comunicação subalternas** In: Comunicação & Política, Rio de Janeiro - RJ, v. 25, n. 01, janeiro-abril de 2007.

_____. (2) A dialética do neoliberalismo e os novos movimentos sociais. In: Maria Nazareth FERREIRA (org). **Cultura, comunicação e movimentos sociais**. Celacc/ECA/USP, 2007.

_____ (1) **Alternativas metodológicas para a produção científica.** São Paulo: CELACC-ECA-USP, 2006.

_____ (2) **Globalizar a luta para globalizar a esperança.** In: Comunicação & Política, nº 1 janeiro-abril de 2006.

_____ (3) **Comunicação, resistência e cidadania:** as festas populares In: Comunicação & política, Rio de Janeiro - R.J v.24, n 02, maio-agosto de 2006.

GALEANO, Eduardo. **Espelhos** - Uma História Quase Universal. São Paulo: L&PM EDITORES, 2008.

GALHARDO, Soledad. A formação de novos sentidos na cidade: mídia e processos culturais. Tese de Doutorado apresentada à Escola de Comunicações e Artes – ECA/USP. Dezembro de 2003.

GARCIA CANCLINI, Nestor **Diferentes, Desiguais e Desconectados:** Mapas da Interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

_____ & RONCAGLIOLO, Rafael. **Cultura transnacional y culturas populares-** bases teorico-metodologicas para la investigación. Lima, Peru: IPAL, 1988

_____ **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais .Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____ Identidade e cultura na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARVEY, David. **A liberdade da cidade.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 26, pp. 09 - 17, 2009.

_____ **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Ananablume, 2006.

_____ **Condição pós-moderna.** São Paulo: Ed. Loyola, 1993.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos.** São Paulo: Companhia das letras, 1995.

IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelhos da cidade.** Casa da Palavra, Rio de Janeiro, 2005.

_____ **Memórias do Social.** Rio de Janeiro: Forense Universitária 1990.

LE GOFF, Jacques. **Por amor as cidades.** São Paulo: Editora Unesp, 1998.

LEFEBVRE. Henri. **O Direito a Cidade.** São Paulo, Centauro, 2001.

_____ **Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

MARICATO, E. . **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos Avançados, São Paulo - IEA USP, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003.

_____ As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias- planejamento urbano no Brasil. In: Arantes, Otilia. **A cidade do pensamento único-** desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (pp. 121-192).

_____ **Metrópole na periferia do capitalismo:** ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____ **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

MATTELART Michele e Armand. **História das teorias da comunicação.** São Paulo: Loyola, 1999.

MARTINS, José de Sousa. **A Sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto. 1 Ed, 2008.

_____ Entrevista publicada em 'Espaço & Debates – Revista de Estudos Regionais e Urbanos', Ano XVII, Número 42 ("Periferia revisitada"), Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, 2001, p. 75-84.

_____ **Henri Lefebvre e o retorno à dialética.** São Paulo: Hucitec, 1996.

MASSEY, Doreen. **A global sense of place.** Oxford: Polity, 1994

NASCIMENTO, Erica P. **A periferia de São Paulo:** revendo conceito, atualizando debate. MG, CAXAMBU, 2009.

NOGUEIRA, Marcia P. **Teatro em comunidades.** Revista Semear Asas, Instituto Pombas Urbanas, 2011.

NOGUEIRA, Silas. Tese de Doutorado: "Movimentos Sociais, Cultura, Comunicação e Participação Política". ECA-USP, 2005

NOSELLA Paolo. **Relendo Gramsci: compromisso político e competência técnica** In: site: <http://www.acesa.com/gramsci/>.

OLIVEIRA, Dennis. **Ideologia e/ou cultura: o mal estar da contemporaneidade.** Revista Alterjor - Grupo de Pesquisa de Jornalismo Popular e Alternativo, v. 01, p. S/D-S/D, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura e Modernidade.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____ **Mundialização e Cultura.** São Paulo: Brasiliense 1996.

PAIVA, Raquel. **Comunicação e Cultura das Minorias.** São Paulo: Paulus Editora, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os Moinhos de vento da América Latina.** Estudos Avançados. vol. 19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005

RAFFESTIN, Claude **Por uma geografia do poder.** São Paulo. Ed. Ática, 1993.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SADER, Emir. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANCHÉS, Fernanda. **A reinvenção das cidades**: para um mercado mundial. Chapecó: Argos, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2008.

_____. **Natureza e espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

_____. **Território e sociedade**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **Territórios do uso**: cotidiano e modo de vida. In: Cidades – Grupo de Estudos Urbanos- GEU, Vol 1, n. 2, julho e dezembro de 2004.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida, São Paulo: Idéias & Letras, 2000.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: As tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Fabiana Felix do Amaral. Dissertação de Mestrado "Identidade Cultural, Culturas Subalternas, Patrimônio Arquitetônico: a experiência de São Luis do Paraitinga". ECA-USP, 2006.

SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à "regeneração" urbana com estratégia urbana global. In: **De volta a cidade**. São Paulo: Annablume, 2002.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis**: afeto, mídia, política. Petropolis, RJ:Vozes, 2006

_____. Conceito de Minoria In: PAIVA, Raquel & BARBALHO, Alexandre. (org). **Comunicação e Cultura das Minorias**. São Paulo: Paulus Editora, 2005.

_____. **Antropologia do espelho**. Rio de Janeiro, Vozes, 2002.

_____. Em entrevista publicada na Revista Digital Pensamento Comunicacional Latino Americano. PCLA - Volume 3 - número 1: outubro / novembro / dezembro 2001

SOJA, Edward W. **Geografias Pós-Modernas**: A reafirmação do espaço na teoria crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SOMEKH, N.; CAMPOS, C. M. & WILDERODE, D. Operação Urbana Faria Lima: limites e possibilidades. In: Sociedade Latino-americana de Estudos Imobiliários. Anais do II Seminário da Sociedade Latino-Americana de Estudos Imobiliários. São Paulo: Lares, 2001.

ANEXOS

Páginas que compartilham ideias

Nossa sementeira deu frutos. Alguns deles, colhidos e retratados nesta 2ª edição da Revista Semear Asas com o propósito de compartilhar sonhos, ideias e conhecimentos acerca da prática do Teatro Comunitário no Brasil e na América Latina.

Uma publicação do Instituto Pombas Urbanas que, em sua 1ª edição (dezembro 2008), registrou as atividades do Centro Cultural Arte em Construção, localizado no bairro Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo, e tomou como mote o projeto “Arte em Construção - Semeando Asas na Comunidade” para revelar diferentes experiências teatrais.

Dois anos depois, a 2ª edição abriu seu leque de colaboradores e contou com a participação efetiva de jovens artistas, entre 17 e 28 anos, da zona leste de São Paulo, dispostos a escrever, apurar e discutir assuntos relacionados ao Teatro Jovem e Comunitário. As palavras, juntamente com as experiências culturais de pessoas que se dedicaram durante cinco meses para a publicação desta revista, resultam na continuação de um projeto semea-

dor, que faz questão de propagar um processo que vem tomando cada vez mais força pensante e artística.

Vale ressaltar que dois acontecimentos são fundamentais para a produção dos conteúdos da Semear Asas: o 3º Encontro Comunitário de Teatro Jovem e o 1º Fórum de Teatro Jovem da Cidade de São Paulo, ambos, realizados pelo Instituto Pombas Urbanas.

Uma revista sobre Teatro em Comunidade, pioneira no país, embasada em estudos acadêmicos, vivência artística e comunitária de grupos da América Latina, como o Centro Cultural Piollin (João Pessoa) e Grupo de Teatro Ajedrez (Colômbia); além de artigos de pesquisadores e teatrólogos, como a catarinense Marcia Pompeu e o diretor colombiano Jorge Blandón.

Realizada de forma independente pelo Grupo Pombas Urbanas que, há 21 anos, se dedica a inclusão sociocultural de jovens por meio do teatro, a Revista Semear Asas é lançada em versão online para que seja semeada gratuitamente via internet. Boa colheita!

Instituto Pombas Urbanas

Agradecimentos: A todos os grupos teatrais que participaram do 3º Encontro Comunitário de Teatro Jovem, em especial, ao Grupo Teatral Asas da Liberdade (Marabá - PA), que atravessou o país de ônibus para participar do evento; Movimento de Teatro de Rua de São Paulo, Corporación Cultural Nuestra Gente; Grupo As Capulanas; Maria do Rosário; Expedito Araújo; Mirthya Guimarães; Natalia Suifi; Maria Gabriela D'Ambrozio; Maria Benites; Marcia Pompeu; Jorge Blandón; Tião Soares; Adriano Digo; Alex Maia; Cícero Almeida; Edson Natale; Sonia Sobral; Ana Tomé; Miguel de Castro; Branca Lopez Ruiz; Elaine Cristina Semicek; Douglas Alves; Nilton Barbosa; Eliane Ruiz; Nivaldo da Silva Braz; Valter Vicioni; Célio Deffendi; Ricardo Figueiredo; TT Catalão; Eliete Braga; Elaine Tozzi; Cecília Garçoni; Sergio Mamberti; Tadeu di Pietro; Lila; Cel. Paulo Regis Salgado; Ozziel de Souza; Humberto de Lima; Altemir Almeida; Gráfica Marques Abreu; Antônio Carlos; Lucia Miranda; Célio Turino; Jonatas Gelson Martins; Paula Gascon; Tatit Brandão; CET – Companhia de Engenharia e Tráfego; Caixa Econômica Federal; Instituto Votorantim; Subprefeitura de Cidade Tiradentes; Instituto Alana; Itaú Cultural; Grupo DeVDe; Valter Lima – Pizzaria Espere um Pouco; Pio - Giga Esfiha; 1000TÃO Auto Peças; Hotel Terra Nobre; Fly Tour; Luis Mário – Restaurante Farinatta; alunos do Centro Cultural Arte em Construção e a comunidade de Cidade Tiradentes.

Parceiros:

RED LATINOAMERICANA DE TEATRO EN COMUNIDAD

Todos... Tenemos un Sur...

Território Leste

Enxergar para além do que se vê: a Zona Leste sob a ótica de quem é leste

Natali Santos* e Queila Rodrigues**

Leste, o mesmo que “levante, nascente, oriente, lado de onde nasce o sol”. Periferia, “região distante do centro urbano, com pouca ou nenhuma estrutura e serviços urbanos, onde vive a população de baixa renda”. Neste cenário, que contrasta o raiar do sol com as irregularidades da periferia, é onde está o Território Leste.

Ao longo da história, São Paulo resistiu bravamente aos colonizadores; acolheu imigrantes que deixaram seus países fugindo de guerras, pestes e fome; migrantes, na maioria nordestinos, que vieram em busca de oportunidades e se depararam com algumas ilusões; e a população negra que, vitimada pela escravidão, teve de procurar outras possibilidades de moradia e sobrevivência, enquanto os bairros centrais ou mais próximos do centro, em nome do progresso, substituíam os cortiços em que moravam por construções onde não deveriam habitar negros e pobres, apenas trabalhar com baixo salário e residir em local distante.

Do rural ao urbano, da clandestinidade à nova pátria, do nordeste seco e colorido à cidade cinza e molhada, do cortiço à favela... Assim, este território foi povoado. A Zona Leste hoje é constituída, aproximadamente, por quatro milhões de habitantes, entre negros, brancos e mestiços de todas as idades, sendo, na maioria, mulheres e jovens.

O aumento populacional, sem intervenções efetivas dos órgãos responsáveis, gerou na região uma série de desigualdades, que vão desde as necessidades mais básicas, como moradia, alimentação, transporte, educação, saúde, saneamento, até o acesso à arte e ao lazer. O que tem no sertão, tem também na terra da garoa, o pau de arara, aqui, é de lata: mas só chegou até Itaquera.

*Do Território Leste
para o centro da cidade.
Próxima estação: Sé.*

*No meio da multidão,
surge uma cara pintada,
um nariz engraçado
um enorme sapato.*

*No fone de ouvido,
um som, um ruído
que não se pode identificar.*

*Daqui a pouco passa outro
de cabelo crescido,
a calça colorida, surrada,
e com as mãos pesadas.*

*Não parece ser de trabalho em obras,
as mãos acompanham o ritmo da
vida,
do vai e vem da corrida do trem.*

*Daqui a pouco se identifica,
é o ritmo forte do Maracatu
que vai ganhando outros sons
e acompanhamento dos pés.*

*No contratempo, ressoam batidas:
É o rodo cotidiano
de um artista Lestiano.*

fotos: Jonatha Cruz

Diariamente os veículos de comunicação de massa vendem uma imagem da Zona Leste recheada de altos índices de criminalidade, drogas, prostituição etc., porém, o mesmo tempo dedicado a este tipo de informação preconceituosa não é gasto para falar das potencialidades existentes no local. Rotular o outro sempre foi uma forma de descaracterizar o que ele realmente é, portanto, não podemos deixar de contar essa história por outro ponto de vista, que considera os problemas existentes, aliás, oriundos de um processo histórico de desigualdade social, mas que consegue enxergar para além do que vê ou do que, oficialmente, nos é mostrado.

Aqui, sentimos o cheiro e o gosto da tapioca, do caruru, da macaxeira. Nos acostumamos à cadência do sotaque nordestino e herdamos um vocabulário de quem ajudou a construir e habitar esse território tão imenso. Dormitório populoso, coração de mãe que sempre cabe mais um. Os ditados da vida que vai se vivendo e construindo, um dia após o outro. Ôxente, esse território é da gente!

Dentre as diversas regiões que compõem a Leste, fazendo deste território um espaço geográfico maior que muitas cidades brasileiras e até que alguns países, a Cidade Tiradentes é um dos bairros mais populosos e distantes do centro de São Paulo. Extremo leste da capital paulista, localizado a 35 km do marco zero na Praça da Sé, é o maior complexo habitacional da América Latina, com mais de 350 mil habitantes, em sua maioria, afrodescendentes. Nesta comunidade, como em toda a Zona Leste, tantas vezes marginalizada, encontramos estudantes, trabalhadores, donas de casa e também muitas tribos: atores, músicos, dançarinos, grafiteiros, poetas e uma infinidade de artistas nascidos e atuantes em suas comunidades.

Essa multiplicidade artística é composta por grupos informais, na maioria jovens, que se articulam e realizam seus trabalhos artísticos, desde espetáculos, fóruns, mostras, saraus, exposições, gravações de CDs, documentários e até uma balada eletrônica organizada numa chácara ou mesmo no quintal. Esses artistas ocupam e

contribuem com os equipamentos culturais de que a Zona Leste dispõe. Além disso, há uma infinidade de grupos, instituições e redes que desenvolvem trabalhos artísticos, cujas ações são coerentes e dialogam com a realidade desse território.

Uma articulação genuína que muitas vezes enfrenta um quadro social adverso, mas que surge de uma necessidade autêntica de criação e expressão e se repete em diversos outros pontos deste território em constante efervescência. São Lestianos, filhos, netos e bisnetos da cultura popular, que chega ao canto, na rua, na praça sem avisar. “Cheguei meu povo, cheguei pra vadiar... Sou Nordeste, pegue meu cordel que a história eu vou contar...”, diz um dos moradores do bairro Cidade Tiradentes.

Destas ações, que inicialmente parecem paralelas, nasce uma rede de ideias, sonhos e articulações, que se constrói a partir do encontro, da identificação, e se amplia por meio da troca. Onde quer que seja, o que vale é o compromisso de uma rede que está em constante vibração, enraizando pensamentos e valores de um povo, que muitas vezes se acostuma, mas que está sempre ali, chutando pro gol.

“Zona Leste somos nós, lutando com galhardia. Zona Leste somos nós, o lirismo e a própria poesia” (Nenê de Vila Matilde/Samba-enredo/1988). Zona Leste somos nós, que da adversidade fazemos samba, nos tornamos artistas na corda bamba e não esquecemos que “essa ciranda não é minha só, ela é de todos nós. Ela é de todos nós”.

**é atriz e integrante do grupo Pombas Urbanas e do Núcleo Teatral Filhos da Dita, primeira turma jovem de teatro formada no bairro Cidade Tiradentes.*

***atriz da Cia do Outro Eu e integrante da Rede Livre Leste, leciona História para o Ensino Médio, na Rede Pública Estadual, coleciona corujas, toma café, logo existe, e orgulha-se por ser latino-americana.*

REDE LIVRE LESTE

O Horizonte

Ao olhar mais adiante, é possível crer que a correnteza já ganha caminhos próprios e desenha uma geografia diferente. Não há mais nada a fazer, senão todos embarcarem juntos numa jangada e por esse rio navegar, abrindo trilhas, cuidando e irrigando os terrenos com o prazer de ver água onde a maioria só vê terreno árido.

O pensamento sobre a Rede Livre Leste só é possível dessa maneira. Como na navegação de uma Nau Catarineta¹, como em uma Marujada², onde se conversa, se brinca e também se está em alerta. Como sujeitos da ação, é necessário este exercício simultâneo entre o agir e o elaborar do discurso. Ou melhor, para a Rede Livre Leste, a ação é o próprio discurso. Interessamos mais a ação do discurso ao discurso da ação.

Debruçado sobre essa imagem, me interessa construir uma reflexão: a construção de um texto que informe não somente sua história preenchida por ações significativas em um ano de existência, mas o que isso gera como uma nova (e necessária) dinâmica no cenário artístico, cultural e social voltado às comunidades.

A Nascente

A Rede Livre Leste é um espaço de articulação habitado por grupos da periferia da zona leste, articulados para realização de intervenções urbanas em espaços públicos que coloquem em questão o lugar da produção artística da periferia com visibilidade dentro do circuito cultural e a (re)ocupação do espaço público como lugar coletivo de expressão e mobilização social.

A nascente é a realização do primeiro Cortejo Livre Leste (agosto de 2009), que mobilizou mais de 30 grupos artísticos da zona leste, além de artistas de outras regiões e núcleos de comunicação independente. Nasce como uma ação pontual, reunindo grupos que percorreram ruas do bairro munidos de estandarte, monociclo, acordeon, alfaia e megafone, culminando num teatro de arena público a céu aberto, construído às margens do Córrego da Água Vermelha, na Vila Curuçá, um corredor d'água que leva em seu nome o estigma da violência na periferia de São Paulo.

Percebido o potencial de mobilização, mais grupos se aproximam e um novo cortejo é realizado na Vila Itaim, junto ao Movimento Popular Pelos Direitos dos Moradores da Várzea do Tietê, apoiando as reivindicações por moradia digna e uma política justa frente às desapropriações em curso para a construção do anunciado Parque Várzeas do Tietê, considerado "maior parque linear do mundo", do Governo do Estado de São Paulo.

¹ Tradição popular portuguesa (xácara) que no Brasil se dá na forma de auto de Fandango. Conta as aventuras marítimas portuguesas de travessia do Atlântico. CÂMARA CASCUDO, Luís da. Dicionário do Folclore Brasileiro. São Paulo: Global Editora, 2001.

² Auto tradicional presente em grande parte do território brasileiro. Embora não possua dramatização, traz na tradição símbolos náuticos, como Capitoa, Sub-capitoa e Marujas. As mulheres dançam, dirigem e organizam. Os homens acompanham como instrumentistas. CÂMARA CASCUDO, Luís da. Dicionário do Folclore Brasileiro. São Paulo: Global Editora, 2001.

Neste momento, tais ações ganham força de movimento artístico, social, cultural e político da periferia, que culmina na formação da Rede Livre Leste. Ela, portanto, nasce naturalmente como um encontro de pessoas articuladas para intervir positivamente no meio urbano, fazendo da ação cultural coletiva o caminho para atingir objetivos de valorização do ambiente marginalizado e respeito às mobilizações populares.

O Fluxo

Ao perceber esta dinâmica de mobilização de coletivos e movimentos, iniciou-se a formação de uma rede capaz de articular esta diversidade participativa para realização de ações de interesse comum.

A Rede Livre Leste só tem sentido se aplicada ao conceito de conectar fixos (coletivos, artistas, movimentos, organizações) e garantir que os fluxos (proposições artísticas, informações, conhecimento) objetivem uma intervenção de fato, um acontecimento no ambiente comum, popular. A Rede só se vê concreta na ação, caso contrário é uma abstração social, um coletivo de amigos, apoiadores, articuladores virtuais. E isso não nos interessa.

Seguiram-se, portanto, encontros para debate, estudo, projeções de vídeo, conversas, que deram suporte para continuidade e consciência de que a ação virara movimento e que sua forma concretiza-se por meio da organização em rede.

O que se vê é uma iniciativa “agrega-ativa”, que parte da premissa de articular a diversidade cultural independente, diversa e transdisciplinar, da periferia para a periferia, sem fazer disso um processo de segregação avesso, mas de incluir no mapa algo que estava submerso ao frenético ritmo cultural da megalópole. É uma geração que surge disposta a enfrentar os problemas por conta própria, as ditas vulnerabilidades, exclusões, não-acessos. São pessoas que, de alguma maneira, superaram estigmas, rótulos e classificações.

Os Acoradadores

Dentre alguns princípios, diretrizes e conceitos, destaque palavras-chaves ou ideias, mesmo que soltas, porque ainda navegamos em nossa Nau sem pretensão alguma de aportar. Frases das quais percebo estar calcado o alicerce desta Rede que é Livre para além do Leste.

» Sozinhos não

Da necessidade nasceu a ideia. Da consciência de que as necessidades são comuns nasce a mobilização e a vontade coletiva traz a realização.

» Cortejos

A realização tem uma forma clara, natural ao que é popular, de raiz comunitária. Ocupar o espaço público, re-significado coletivamente: o que é público é nosso.

» Mobilização para além da arte e para além de artistas

A comunidade que convida a comunidade. Afinal, os artistas são também a comunidade e a comunidade pode ser também artista.

» Geografia

“Uma nova geografia”, como diria Milton Santos (1926-2001), deve ser pensada. Quantos mapas cabem na periferia de acordo com aquilo que se pensa dela? A mídia a considera pobre e vende esta ideia – uma pechincha! Eis que um estandarte destaca-se no mapa da periferia. Na ação da Rede, também fazemos dela um território onde a arte flui. O conhecimento é construído aqui, por pessoas daqui, que aprenderam a olhar de outra maneira para este território.

» Sincretismo

Ciranda, coco, maracatu + ijexá, jongo, rock experimental, poesia marginal + pensamento livre, defesa da diversidade + poesia, política, mobilização social + festas, circo, ciranda + manifestos, cartas, levantes = MANIFESTEJO.

É no encontro, na ação, que a Rede Livre Leste se manifesta e se fortalece.

**é ator e integrante do Grupo do Balaio e da Rede Livre Leste, torce para o Corinthians e acredita na vida em outros planetas.*

Leandro Hoehne, artista do Grupo do Balaio, durante o 1º Cortejo Livre Leste, na Vila Curuçá, zona leste de SP
foto Rodrigo Munhoz

Concentração para o 2º Cortejo Livre Leste, na Estação Itaim Paulista, da CPTM
foto Jonatas Marques

Ciranda no 1º Cortejo Livre Leste, na Vila Curuçá
foto Rodrigo Munhoz

Intervenção da Rede Livre Leste, na Vila Itaim, no dia 25 de janeiro, aniversário da cidade de São Paulo
foto Jonatas Marques

Por fim, nossas ações podem ser mais coletivas, também voltadas ao sacrifício e pela troca. Não há frase feita ou tiro certo para o fenômeno teatral, e isso é bom. É importante a sensação do risco e até mesmo a alegria contagiante de quando saímos às ruas em cortejos ou quando nos isolamos para pensar determinada obra. De fato, quando nos envolvermos melhor com nossas cidades, suas políticas, seu passado histórico, seus governantes, estaremos mergulhados no teatro vivo que tanto “discursamos”. O teatro estará lá, na imanência e na troca. Estará em qualquer lugar, em qualquer forma, em qualquer dia e não será de ninguém. Não será tocável, mas será respirável. Não fará sentido algum, mas por alguns será sentido. Só precisamos olhar em volta e vermos o teatro que mora ao lado e convidá-lo para entrar em nossa casa.

Termino este texto com a reza dos Contadores de Mentira, feita antes de entrar em cena, confraternizar e compartilhar com o público:

“Nós somos os Contadores de Mentira, uma trupe formada pela pior estirpe das estirpes ruins. Urubus que espreitam nos escutem! Aqui estamos e reparem bem, pois poderíamos não estar e, desta forma, tudo seria diferente”.

**é ator, brincante, diretor de Teatro, coordenador de Artes Cênicas da Secretaria de Cultura de Suzano e integrante do grupo Contadores de Mentira desde 1995.
www.contadoresdementira.com.br*

foto: Neomisia Silvestre

QUE É UM CORTEJO?

Quem, quem vem, quem vem lá?

Quem, quem vem, quem vem lá?

Que cortejo é aquele, senhor?

Eu também vou perguntar!

*Daniel Marques**

Essa forma de expressão é ancestral e está ligada a uma das necessidades mais latentes do ser humano: se expressar. Historicamente falando, temos variados exemplos de cortejo que possuem em sua composição a Teatralidade Popular, porém, por muitas vezes nos foi negado o conhecimento de tais expressões pela história oficial, como: o Maracatu e o Afoxé, expressões populares de procedência africana, que trazem a resistência de uma identidade cultural por séculos massacrada e que em seus cantos, danças e batuques expressam sua cultura, sentidos e sentimentos.

Os carnavais de rua, os blocos, as festas religiosas e pagãs são manifestações onde o povo é protagonista de sua história, onde não há certo ou errado, onde todos se igualam: o pobre e o rico, o negro, o branco e o índio,

gerando integração social e concretizando o termo liberdade de expressão. Essas manifestações são exemplos de formas de Cortejo, isso pode nos mostrar que a ideia de Cortejo é tão forte que está pautada na história, assim compreendendo, saímos dos estereótipos, para trazer-mos à tona nossa própria identidade. Cortejo é Teatro, é o desfile da história, espetáculo do povo, feito pelo povo. É uma forma de ocupar a rua, o espaço público. É um ato de MANIFESTAR-SE.

**ator integrante da Trupe Arruacirco e da Rede Livre Leste. Aventura-se em linguagens como a cultura popular, o circo, a dança e a música. Gosta de rir com amigos e caminhar por vários rumos, tendo a arte como direção.*

RESUMO DO PROJETO

Que eu me organizando posso desorganizar
Que eu desorganizando posso me organizar
Que eu me organizando posso desorganizar.

Nação Zumbi - Da Lama ao Caos

O projeto Rede Livre Leste: nossa teoria é a prática, elaborado pela Rede Livre Leste, tem como objetivo promover o fortalecimento e a difusão desta iniciativa de jovens artistas que buscam, por meio da articulação em Rede, refletir, discutir e promover a arte como ferramenta de transformação.

Para tanto, a Rede Livre Leste propõe *Leituras do Manifesto Policêntrico*¹ em 5 pontos da cidade de São Paulo (Zonas Leste, Oeste, Norte, Sul e Centro, *Intervenções Artísticas* criadas e organizadas pelos grupos que formam a RLL, cujos resultados serão compartilhados publicamente nos mesmos pontos de leitura do Manifesto Policêntrico², e a realização de Fóruns que discutam esta experiência com a de outros coletivos artísticos também organizados em Rede.

Com essa iniciativa, a Rede Livre Leste espera dar continuidade as ações que vem sendo realizadas desde a sua formação, a mais de um ano. Assim como, coletivamente, identificar problemas e potencialidades a partir de sua prática, somada à de outros coletivos artísticos em suas respectivas comunidades. De modo que, a longo prazo, esse exercício de troca de experiências possa levar à realização de múltiplas ações que garantam sua sustentabilidade e o efetivo alcance dos objetivos traçados por este coletivo de coletivos.

1 Elaborado e lançado pela Rede Livre Leste no final do ano passado.

2 Tais ações estão detalhadas no item “Plano de Trabalho e Cronograma de Atividades” na página 9 deste projeto.

Rede Livre Leste: Histórico

Seria como se tivéssemos nos dado conta de que havia outros horizontes e nos puséssemos em frente a um rio do qual descobrimos a nascente, cutucamos a pedra e abrimos o caminho para a água jorrar. Ou simplesmente nos demos conta de que muita água já havia e ninguém ainda dera devido valor à sua qualidade e potência. Ao olhar mais adiante é possível crer que a correnteza já ganha caminhos próprios e desenha uma geografia diferente. Não há mais nada a fazer, senão todos embarcarem juntos numa jangada e por esse rio navegar, abrindo trilhas, cuidando, irrigando os terrenos. Que embarque mais gente, que se ajuntem novas jangadas. Seguir pelo rio, talvez agora rios, no plural, com a inesquecível experiência de ver água onde a maioria só vê terreno árido.

linha do Tempo

Realização do 1º Cortejo Livre Leste: uma proposta de ocupação de espaços públicos com arte.

Ag. 2009

Out. 2009

Realização do 2º Cortejo Livre Leste. Foi mantido o princípio de ocupação artística de espaços públicos, porém com diálogo direto com o Movimento Popular Pelos Direitos dos Moradores das Margens do Tietê e Por Justiça no Processo de Desapropriação – Vila Itaim, Jd. Romano e Jd. Pantanal (Jd. Helena e Vila Jacuí).

3º Cortejo Livre Leste – Em apoio ao movimento SOS Flávio Império, para reabertura do Teatro Flávio Império, Cangaíba

Participação e apoio a Semana de Arte Maloqueira – Movimento dos Guaianás – Guaianases.

Nov. 2009

Dez. 2009

1º Manifesteje, uma festa-manifesto. Somando-se aos Cortejos, a Rede Livre Leste passa a contabilizar mais de 30 grupos da periferia de São Paulo atuantes em suas atividades. Neste momento Livre Leste passa a ser mais que um movimento em torno de cortejos e passa a se auto-denominar Rede Livre Leste.

A Rede Livre Leste é convidada a participar do *III Simpósio Internacional De Comunicação e Cultura na América-Latina: Integrar para além do Mercado*, ocorrido no Memorial da América Latina.

A RLL projetou o vídeo-denúncia produzido no Jd. Romano, na pior enchente já registrada na região e considerou essa ação uma continuidade de sua intervenção artística nos espaços públicos da cidade

Mar. 2010

Abr. 2010

2º Manifesteje. Começam a nascer idéias para a escrita de um manifesto.

Realização do 4º Cortejo Livre Leste, com a participação de diversos movimentos sociais e culturais na Vila Itaim, como um ato de protesto contra a postura do poder público desapropriações na região. Participaram Rede Livre Leste, Movimento Terra Livre, Movimento 27 de Março, Mulp, Mov. Pop. Pelos Direitos dos Moradores das Margens do Tietê e Por Justiça no Processo de Desapropriação, Espaço Cultural Mané Garrincha, Movimento Humanista, entre outros.

Jul. 2010

Set. 2010

Participação no 2º Debate Policêntrico, uma realização da Troupe Trapos dell'Arrua. A Troupe passa a compor a Rede Livre Leste que, por sua vez, re-pensa o recorte geográfico de sua atuação.

O **Manifesto Livre Leste/Policêntrico** é entregue ao Secretário Carlos Augusto Calil – cultura, cidade de São Paulo - e publicado na internet, com diversas mensagens de apoio de vários pontos do Estado de São Paulo

Dez. 2010

Participação no 1º Fórum de Teatro em comunidade, do 3º Encontro Comunitário de Teatro Jovem – Centro Cultural arte em Construção, Cidade Tiradentes. A Rede Livre Leste conquista parceiros latinoamericanos.

A Nascente

A Rede Livre Leste é um espaço de articulação, habitado por grupos da periferia da zona leste, articulados para realização de intervenções urbanas em espaços públicos que coloquem em questão o lugar da produção artística da periferia com visibilidade dentro do circuito cultural da cidade de São Paulo e a (re)ocupação do espaço público como lugar coletivo de expressão e mobilização social.

A nascente é o primeiro **Cortejo Livre Leste**, que mobilizou mais de 30 grupos artísticos da periferia da zona leste, além de jovens artistas de outras regiões e núcleos de comunicação independente compostos por jovens. Nasce como uma ação pontual, reunindo grupos que percorreram as ruas do bairro munidos de monociclos, pernas-de-pau, acordeons, alfaias, caixas e um megafone, culminando num teatro de arena público a céu aberto, construído às margens do emblemático Córrego da Água Vermelha, na Vila Curuçá - um corredor d'água que leva em seu nome o estigma da violência na periferia de São Paulo.

Percebido o potencial de mobilização, mais grupos se aproximam para encontros de planejamento e um novo cortejo é realizado na Vila Itaim com o intuito de somar junto ao Movimento Popular Pelos Direitos do Moradores da Várzea do Tietê, apoiando as reivindicações por moradia digna e um projeto justo a partir das desapropriações em curso para a construção do anunciado “maior parque linear do mundo” - Via Parque - pelo Governo do Estado e Prefeitura de São Paulo.

Neste momento tais ações pontuais ganham força enquanto movimento artístico, social, cultural e político da periferia, que irá culminar na formação da Rede Livre Leste. Ela, portanto, nasce naturalmente, como resultado consequente de um processo de encontro, engajamento e organização de pessoas articuladas entre si para intervir positivamente no meio urbano, fazendo da ação cultural coletiva o caminho para atingir objetivos coletivos de valorização do ambiente periférico e maior atenção e incentivo às mobilizações populares.

Projeto Rede Livre Leste: nossa teoria é a prática

O Fluxo

Ao perceber esta dinâmica de articulação entre coletivos e movimentos, ou seja, um movimento majoritariamente preenchido por indivíduos já engajados em organizações específicas, a melhor saída encontrada para seu fortalecimento foi a formação de uma rede que desse conta de articular esta diversidade participativa para realização de ações de interesse comum.

Importante entender que o conceito de rede aí presente só pode ser materializado na ação presencial, na intervenção de fato e não no campo do virtual aplicado às redes sociais da internet, como o Orkut e o Facebook, do qual o conceito de “rede” está banalizado no senso comum e na mídia. Aqui entende-se Rede enquanto articulação aplicada na prática, com diálogo e trocas constantes entre os coletivos que a compõe. Ou seja, a Rede Livre Leste só se faz ter sentido se aplicado seu conceito de conectar fixos (coletivos, artistas, movimentos, organizações) e garantir que os fluxos (proposições artísticas, informações, conhecimento) objetivam uma intervenção de fato, um acontecimento no ambiente comum, popular; a Rede Livre Leste só se vê concreta na ação, caso contrário é uma abstração social, um coletivo de amigos, apoiadores, articuladores virtuais. E Isso não nos interessa.

Seguiram-se, portanto, encontros para debate, estudo, projeções de vídeo, conversas, etc, que deram suporte para continuidade e consciência de que a **ação virara movimento e que sua forma concretiza-se por meio da organização em rede.**

O que se vê é uma iniciativa “agrega-ativa” que parte da premissa de articular a diversidade cultural independente, diversa e transdisciplinar, da periferia para a periferia, sem fazer disso um processo de segregação avesso, mas de incluir no mapa algo que estava submerso ao frenético ritmo cultural da megalópole. É uma nova geração que surge disposta a enfrentar os problemas que a envolvem, as ditas vulnerabilidades, exclusões, não-acessos do ambiente periférico. São pessoas que, de alguma maneira, conseguiram superar alguns estigmas, rótulos e classificações, para se fortalecer.

Projeto Rede Livre Leste: nossa teoria é a prática

Sem final de derradeiro deságüe ou foz, a Rede continua e é só caminho...

(...)

Projeto Rede Livre Leste: nossa teoria é a prática

Objetivo Geral

Ampliar o alcance das experiências de ação cultural coletiva da Rede Livre Leste, alcançando outros territórios, movimentos e parceiros, com o fim de constituir conhecimentos e construir diferentes caminhos para a arte e cultura em comunidade.

Objetivos Específicos

- Dialogar com outros movimentos em rede para a troca de experiências artísticas e de ação política;
- Fortalecer ideais comuns em busca da democratização dos meios de produção artística para sustentabilidade dos grupos;
- Fortalecer ideais comuns de produção artística em diálogo com comunidades;
- Fomentar o diálogo cultural a partir do trabalho que os grupos já exercem, de maneira a pensar diferentes caminhos aos meios de produção;
- Retomar o espaço público como um lugar de expressão, por meio de sua ocupação com arte, cultura e livre expressão³;
- Discutir e estudar modos de organizar-se em rede, no teatro e outras artes em comunidade;
- Valorizar a formação artística e política a partir do trabalho vivencial dos coletivos de arte, proporcionados pela práxis do trabalho, não estritamente ligado ao conhecimento acadêmico.

³ Como direito garantido na Constituição Federal, Artigo 5º, Parágrafo XVI, “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente”

Ações

Intervenções Artísticas e Leitura do Manifesto Policêntrico

Por ser uma de suas premissas a ocupação do espaço público com arte, a Rede Livre Leste aproveita-se das especificidades de formação dos grupos que a compõe e une suas potencialidades numa ação cultural coletiva, cuja realização se dá por meio de Intervenções Artísticas, simbolicamente distribuídas, nos cinco pontos da cidade de São Paulo, seguidas pela leitura do Manifesto Policêntrico.

Numa tentativa de difundir uma ação em Rede, sobretudo pautada pela prática em suas respectivas comunidades, a Rede Livre Leste se reúne para fazer teatro, “tudo junto e misturado”. E é no espaço público que esta Rede enxerga a possibilidade de ampliação desta troca de experiências que, de algum modo, possibilita fazer rupturas no cotidiano e nessas fendas, criar espaços de diálogo e reflexão que possibilitem não apenas o contato com a arte, mas também com o direito à ela.

FÓRUM

A Rede Livre Leste define a sua teoria como a prática, entretanto, reconhece a necessidade de refletir suas ações para que novas práticas aconteçam e outras tantas sejam fortalecidas e reverberadas. Esse plano de ação e releção, parte do agrupamento destes coletivos que formam a RLL, entre os quais a troca já é um elemento comum e eficaz de articulação para realização de seus trabalhos em grupo, em comunidade, em rede.

A possibilidade do encontro com outras iniciativas semelhantes e diferentes desta, são entendidas por este ajuntamento de jovens artistas como meio de conhecer, dialogar, investigar e propor possibilidades para efetivação e sustentabilidade de suas ações em rede ou em rede(s), que tenham a arte como ferramenta de expressão e condição de existência. Portanto, além da prática artística, a Rede Livre Leste propõe a discussão desta por meio de fóruns que possam reunir distintas experiências e apontar novos caminhos que viabilizem um longo trajeto. Caminhemos...

Projeto Rede Livre Leste: nossa teoria é a prática

Cronograma de Atividades e Plano de Trabalho

ATIVIDADES	PERÍODO	PERIODICIDADE	PARTICIPANTES
REUNIÕES ORGANIZACIONAIS / ADM. (revisão dos cronogramas de atividades e financeiro; divulgação do projeto)	1º e 2º mês 3º ao 8º mês	Semanalmente Quinzenalmente	Rede Livre Leste
TROCAS ARTÍSTICAS (criação das intervenções)	2º ao 7º mês	Semanalmente	Rede Livre Leste
LEITURAS DO MANIFESTO POLICÊNTRICO (Zonas Leste, Oeste, Norte, Sul e Centro)	3º ao 7º mês	Mensalmente	Rede Livre Leste e comunidade interessada.

INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS	3º ao 7º mês	Mensalmente	Rede Livre Leste e comunidade interessada.
FÓRUNS Tema: Rede: o que é isso?	4º mês	Mensalmente	Mesa: Rede Livre Leste; Rede Latino Americana de Teatro em Comunidade, CICAS e movimento cultural da Zona-Norte Aberto à comunidade interessada.
Tema: Ocupação do espaço público com arte.	5º mês	Mensalmente	Mesa: Rede Livre Leste MTR – Movimento de Teatro de Rua Aberto à comunidade interessada.

<p>Tema: O que te incomoda? (conversa aberta)</p>	<p>6º mês</p>	<p>Mensalmente</p>	<p>Mediação: Rede Livre Leste Aberto à comunidade interessada.</p>
<p>ORGANIZAÇÃO DOS REGISTROS FEITOS DURANTE O PROJETO (fotos, filmagens, relatos, etc.).</p>	<p>8º mês</p>	<p>Semanalmente</p>	<p>Rede Livre Leste</p>

Ficha técnica

Equipe Gestora

- **Produção e Organização dos Fóruns** - Núcleo Filhos da Dita – Paulo Maia, Ricardo Big, Fernando Alves, Jéssica Nunes, Thábata Letícia, Ellen Rio Branco, Cláudio Pavão, Francisco Estanislav e Luara Sanches; **Representante de Grupo:** Natali Conceição Santos
- **Produção e Organização dos Cortejos para a Leitura do Manifesto Policentrico** - Trupe Arruacirco – Jô de Freitas, Daniel Marques, Luciano Kleber, Rafaela Souza; **Representante de Grupo:** Rafael de Araújo Teixeira
- **Mediação e Orientação das Intervenções** - Trupe Trapos dell'Arrua – Anderson Pecci, Claudia Souza, Clari Oliveira, Deco Morais, Gabriela Balmant, Arizete Amorim, Paula Caroline e Vinicius Gabriel; **Representante de Grupo:** André Só de Morais
- **Gestão Financeira** - Grupo doBalaio - Leandro Hoehne, Ângela Garcia e Garcia; **Representante de Grupo:** Anderson Willian Tavares
- **Comunicação e Divulgação** - Cia do outro Eu- Queila Rodrigues, Nilson Castor; **Representante de Grupo:** Rhafael Augusto de Souza
- **Registro e Documentação**- Turma Jovem de Teatro – **Representante de Grupo** - Cinthia Souza Arruda

Componentes da mesa dos fóruns

- Representante do Movimento de teatro de rua de São Paulo – Adailton Alves
- Representante da Rede Latino Americana de teatro – Marcelo Palmares
- Representante do Espaço CICAS – Centro Independente de Cultura e Ação Social, Zona Norte – Roger Duran Tunes

Orçamento do Projeto: Rede Livre Leste: Nossa Teoria é a Prática						
	DESCRIÇÃO	QTDE.	DURAÇÃO	UNIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Ajuda de Custos - Grupos da RLL	6	8	meses	R\$ 150,00	R\$ 7.200,00
2	Ajuda de Custos - Convidados - Fóruns	1	3	unidades	R\$ 100,00	R\$ 300,00
3	Alimentação - Fóruns	3	1	projeto	R\$ 180,00	R\$ 540,00
4	Alimentação - Intervenções	5	1	projeto	R\$ 165,00	R\$ 825,00
5	Despesas Bancárias	1	1	projeto	R\$ 100,00	R\$ 100,00
6	Telefone	1	8	meses	R\$ 50,00	R\$ 400,00
7	Internet móvel 3G Banda Larga CLARO Plano 3GB	1	8	meses	R\$ 89,90	R\$ 719,20
8	MEGAFONE HMP1503 20W COM SIRENE 0561	2	1	projeto	R\$ 148,99	R\$ 297,98
TOTAL PARCIAL						R\$ 10.382,18
EQUIPAMENTOS para registro do projeto						
9	Câmera HD (Sony HDR xr550 Digital)	1	1	projeto	R\$ 2.981,00	R\$ 2.981,00
10	Tripé Profissional D-CONCEPTS TR60N - Digital Concepts	1	1	projeto	R\$ 93,00	R\$ 93,00
11	HD Externo (HD Externo Samsung Story Station HX-DUO010EB 1 TB - 1024GB)	1	1	projeto	R\$ 422,10	R\$ 329,00
12	Máquina Fotográfica - Nikon D5000	1	1	projeto	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
13	DVD-R Nipponic 4.7gb (pcte com 50 unid.)	2	1	projeto	R\$ 49,50	R\$ 99,00
14	Notebook - Dell Inspiron 15R (Processador Intel Core i5, 4GB, HD 500GB)	1	1	projeto	R\$ 2.715,00	R\$ 2.715,00
TOTAL PARCIAL						R\$ 8.317,00
DIVULGAÇÃO						
15	Filipetas (10x15, 4x1, papel couchê brilhante, 115gr) - Fóruns	5000	1	projeto	R\$ 0,06	R\$ 310,00
16	Filipetas (10x15, 4x1, papel couchê brilhante, 115gr) - Intervenções e Leitura do Manifesto	5000	1	projeto	R\$ 0,06	R\$ 310,00
17	Cartazes (A3, colorido, papel couchê 150gr)	600	1	projeto	R\$ 0,98	R\$ 589,80
18	Programa (A4, colorido, frente e verso, papel couchê 150gr)	3500	1	projeto	R\$ 0,45	R\$ 1.575,00
19	Banner (2,0X1,0m)	2	1	projeto	R\$ 105,00	R\$ 210,00
TOTAL PARCIAL						R\$ 2.994,80
VALOR TOTAL DO PROJETO						R\$ 21.693,98

Currículo do Proponente

Rhafael Augusto de Souza

Nome artístico: Rhafael de Oliveira

Data de Nasc. 28/01/1991

Escolaridade: Médio Completo

Endereço: Travessa Valsa dos Namorados nº74 - Jardim da Conquista

CEP: 08343-560 - São Paulo - SP

Fone: 2735-6443 /

e-mail: rhafael_souza@yahoo.com.br

Blog: www.anjopierrot.blogspot.com.br

twitter: @R_Pierrot

Formação

Formado pelos Doutores da Alegria - “**Programa de Formação de Palhaços para Jovens**” - com aulas de Improvisação e jogos (Heraldo Firmino e Thais Ferrara), História do Teatro e do Circo (Sabryna Mato Grosso e Leslye Revely), Corpo Cênico (Roberta Calza e Sheila Áreas), Música (Célio Collela), Mascara Neutra e máscara humana (Luciana Viacava), Comédia dell’arte (Heraldo Firmino e Soraya Sayde), Confeção de figurino, cenário, adereços e máscaras (Denise Guilherme), Acrobacias Circenses (Ronaldo Aguiar), malabares (Du Circo), Improvisação Muscial (Dagoberto Feliz) Clown (Bete Dorgan, Thais Ferrara, Fernando Escrich, Roberta Calza, Heraldo Firmino e Dagoberto Feliz). Concluído em 2009 com duração de dois anos e carga horária de 1650 horas.

Projeto Rede Livre Leste: nossa teoria é a prática

Teatro Vocacional nos anos de 2005, 2006, 2007, 2009 com orientação de Wilson Julião, Evill Rebouças, Paulo Celestino Wilton Amorin e outros.

Teatro e movimentos de câmera na “Escola de Teatro OG metrópole” com Odair Luis Gorga, concluído em 2005 com duração de dois anos e carga horária de 200 horas.

A máscara que conta o conto com aulas de improvisação teatral e construção de máscaras a partir da linguagem popular com Kleber Brianez e Lígia Campos concluído em 2005 com duração de seis meses e carga horária de 90 horas.

Teatro II com aulas de teatro (Solange Dias) História do Teatro (Cássio Castelan) e voz (Daniele Pimenta).

Habilidades

Facilidade em lidar com público em eventos abertos e facilidade com escrita como Poesia, Dramaturgia e Registro.

Experiência Profissional

Atuo há mais de seis anos como ator, dos quais três anos foram da pesquisa do espaço não convencional como a rua e outros locais inusitados. Tenho também experiência como palhaço há três anos. Faço parte da “Cia do Outro Eu” há cinco anos.

Projeto Rede Livre Leste: nossa teoria é a prática

Principais Trabalhos

Atuei como ator no espetáculo **“Rosinha Asas do meu Sertão”** pela **Cia do Outro Eu** no período de 2005 até 2008 com temporadas no C.E.U São Mateus 2007 e itinerante pelos bairros da Zona Leste em 2008.

Atuei como palhaço no espetáculo **“Cacildis!”** em 2009 como resultado da conclusão do Formação de Palhaços para Jovens. Espetáculo com direção de Heraldo Firmino e Dagoberto Feliz. Ficou em temporada no Teatro Comune no ano de 2009 e ficou itinerante nos bairros da capital Paulista e em Minas Gerais.

Atuo como ator no espetáculo **“A Mosca...”** pela **Cia do Outro Eu** em 2010 e o espetáculo continua em pesquisa.

Atuei como ator no espetáculo **“Cada Causo um Causo”** espetáculo que se utiliza da linguagem da meia máscara e do teatro popular. Dirigido Por Kleber Brianez e Ligia Campos. Ficou em temporada itinerante pelos bairros da zona Leste da Capital e no Galpão Caeté no ano de 2005.

Festivais

Participei do **“II Festival de Teatro Vocacional”**, da **“Virada Cultural 2008”** e do **II Encontro Comunitário de Teatro Jovem da Cidade de São Paulo** com o espetáculo **“Rosinha asas do meu Sertão”**. Com o espetáculo **“A Mosca...”** fiz parte do **III Encontro Comunitário de Teatro Jovem da Cidade de São Paulo**.

Como Arte-Educador

Ministrei juntamente com a **“Cia do Outro Eu”** oficinas de Teatro Popular e Danças Populares com o projeto **“Rosinha asas do meu Sertão”** que foi contemplado em 2008 pelo programa **VAI**. Em 2006 ministrei oficinas de teatro como voluntário pelo programa **“Recreio nas Férias”** e em 2010 ministrei juntamente com o Grupo **“Pombas Urbanas”** e **“Cia do Outro Eu”** oficinas de teatro no **Centro Cultural Arte em Construção**.

Projeto Rede Livre Leste: nossa teoria é a prática

ANEXOS

Projeto Rede Livre Leste: nossa teoria é a prática

No ano de 2009 coletivos artísticos da periferia da Zona Leste, **surgidos diretamente de políticas públicas desenvolvidas na periferia, como o Núcleo Vocacional e Programa VAI**, unem-se para ocupar espaços públicos com arte e chamar a atenção para a falta de reconhecimento de suas ações, nasce a Rede Livre Leste (RLL). Nesse mesmo ano ocorre o 1º Debate Policêntrico, um encontro entre coletivos artísticos jovens para discussão sobre os desafios e possibilidades de sustentabilidade de seus projetos. Em 2010 a RLL completa um ano no mesmo período em que é realizado o 2º Debate Policêntrico e o 1º Fórum de Teatro em Comunidade, cujos temas debatidos por jovens artistas trouxeram a tona a urgência na criação de medidas e políticas públicas que garantam a continuidade/emancipação/consolidação dos grupos jovens surgidos na última década. Diante disso, os coletivos Cia. do Outro Eu, Grupo doBalaio, Núcleo Teatral Filhos da Dita, Trupe Arruacirco, Trupe Trapos dell'Arrua, enquanto articuladores da Rede Livre Leste, assumem o compromisso na construção de um manifesto que deixe claro os questionamentos vividos: o Manifesto Policêntrico.

Reconhecemos que a implementação de políticas públicas ocorridas na última década possibilitou a ampliação do **acesso** ao patrimônio cultural¹, entretanto, este avanço gerou demandas que **não são contempladas** pelas políticas públicas culturais em vigor. Compreendemos que as mudanças se dão em processo, mas não podemos

1

conforme BRASIL. Constituição (1988) - Artigo 216, Seção II, Capítulo III, Título VIII

RLL - Rede Livre Leste
Sem representatividade e com sede em todos os lugares
redelivreleste@yahoo.com.br

nos isentar de uma posição crítica frente às deficiências presentes na aplicação de tais políticas.

Como grupos jovens, questionamos:

O pouco reconhecimento dos artistas jovens, enquanto produtores de cultura;

A falta de uma política de desenvolvimento e fomento cultural a longo prazo voltada aos jovens, que contemple as quatro esferas fundamentais em um trabalho artístico: formação, produção, difusão e pesquisa;

A mercantilização da cultura por parte das políticas de isenção fiscal, que ao entregar a tarefa de fomentar as artes às lógicas do mercado dificulta ainda mais o acesso aos recursos por parte das iniciativas jovens;

A lógica de acesso aos editais de incentivo público direto, que priorizam os coletivos que possuem personalidade jurídica, registro profissional e que são conhecidos no meio artístico dominante/ mercado;

A necessidade de conquistar espaço dentre núcleos restritivos, formados por coletivos repetidamente premiados/ contemplados nos editais públicos de incentivo direto, para também ser reconhecido como um produtor de cultura;

O preconceito com relação aos méritos artísticos dos projetos socioculturais realizados em comunidade, tidos frequentemente como assistencialistas e rotulados como esteticamente inferiores;

A dificuldade de firmar parcerias para obtenção de espaços físicos/ sedes em longo prazo, para o desenvolvimento de projetos, agravados pelo preconceito em relação ao jovem considerado despreparado, incapacitado, irresponsável, etc.

A quantidade de espaços públicos ociosos, abandonados e lacrados pelas instâncias públicas responsáveis, enquanto diversos grupos artísticos encontram dificuldades para encontrar um local aonde possam se reunir, ensaiar, promover ações culturais, etc.;

A burocratização e o boicote de grande parte dos espaços públicos, em geral despreparados para receber iniciativas culturais;

Portanto, reivindicamos:

Participação dos jovens nas comissões de avaliação de projetos, enquanto representatividade;

Ampliação dos recursos financeiros disponíveis, para que sejam possíveis políticas que melhor atendam às necessidades dos coletivos artísticos jovens;

Que sejam re-pensados os meios de acesso aos editais públicos, para que uma maior diversidade de propostas e projetos culturais sejam contemplados;

Maior transparência na avaliação de projetos culturais;

A criação de outras possibilidades de apoio e suporte, por parte do poder público, que viabilizem a continuidade das iniciativas culturais dos artistas jovens;

Uma real articulação entre as instâncias do poder público (legislativo, executivo e judiciário), cujas brigas, de interesse político, inviabilizam ainda mais o apoio à cultura.

Este manifesto representa a opinião de grupos que primam pela construção do discurso na ação. Portanto, que seja este documento a própria ação manifestada, coerente a realidade diversa de atuação artística, política e social dos jovens da periferia da cidade de São Paulo.

A Trupe Arruacirco se formou a partir da oficina de teatro de rua e circo ministrada pelo grupo Buraco do Oráculo como parte do projeto "Circular Cohab's" 2007, agraciado pela Lei de Fomento ao teatro de São Paulo, com jovens que já trabalhavam a linguagem teatral e circense na região em outros projetos, como o Teatro Vocacional.

A Trupe tem sua estréia com o espetáculo "Reprises", criado a partir de pesquisa sobre o universo clássico circense, resgatando a figura do palhaço nas suas diversas concepções durante a história do circo. Pesquisa também a máscara do clown como o típico palhaço de teatro e do improviso, que torna a platéia ativa durante todo espetáculo.

Hoje o grupo estrutura sua pesquisa entorno da cultura popular em suas diferentes manifestações e visa a aproximação da arte onde ela se torna mais urgente e onde a maior parte do público está: na rua.

De cima para baixo: Reprises, *foto arquivo do grupo*; Brincando com o Popular, *foto arquivo do grupo*; Se os Tubarões Fossem Homens, *foto Jonatha Cruz*

Linha do Tempo

Fundação
da Trupe

Espectáculo
"Reprises"

2007

Estréia do espetáculo "Brincando com o popular", que reúne vários ritmos e danças regionais Folclóricos como o Samba de Coco, Jongo, Ciranda, Congo, Maracatu, Afoxé, Ijexá, Maculelê, Boi –Bumbá e Cacuriá.

Apresentação em diversos lugares como o 2º Encontro Comunitário de Teatro Jovem

Circulação do espetáculo "reprises"

Aprofundamento na pesquisa sobre a cultura popular e afrobrasileiras

2009

2008

Participação no Projeto "Viaduto Cultural" - Oficinas Culturais em baixo do Viaduto da China no Bairro do Itaim Paulista.

A Trupe cursa dança e percussão no Teatro Escola Brincantes, coordenado por Antônio e Rosane Nóbrega.

É co-fundador da Rede Livre Leste

2º Debate Policêntrico

2010

Convite para participar do Projeto "Narrativas de trabalho" do grupo Buraco d'oráculo", contemplado pela Lei de Fomento ao Teatro.

Criação de "Se os Tubarões Fossem Homens" a partir de livre adaptação da crônica do dramaturgo alemão Bertolt Brecht. Apresentação deste trabalho no 3º Encontro Comunitário de Teatro Jovem.

Cia do Outro Eu

O grupo oriundo do projeto Teatro Vocacional, em 2004, a *Cia. do Outro Eu* consolidou-se como grupo no ano de 2006. Atuante em sua comunidade de origem, Jd. Da Conquista (São Mateus/ZL), foi contemplada pelo Programa VAI nas edições de 2008 e 2009.

Atualmente é integrada por Nilson Castor, Queila Rodrigues e Rhafael de Oliveira. Apropriados da linguagem, que é o teatro; da criação, que é coletiva; da forma, que é popular; e da ação, que é comunitária, após seis anos de existência e trabalho artístico contínuo, o grupo passa agora por um momento de encontro com outros coletivos também em formação. Desta integração, surge a possibilidade de um trabalho em rede, que envolve o fazer artístico e a construção dos meios para fazê-lo; como grupo integrante da *Rede Livre Leste*, a *Cia. Do Outro Eu* tem se dedicado em conhecer, estudar, discutir, trocar, fomentar e propor, coletivamente, caminhos para continuidade destes fazeres e para o surgimento de outras possibilidades para si e também para *outros eus*.

Rosinha Asas do Meu Sertão, arquivo do grupo; Fórum Teatro de Grupos, arquivo do grupo; A Mosca, foto Jonatha Cruz

2004 - Teatro Vocacional - Os integrantes se conhecem durante o projeto no CEU São Mateus (Jd. Da Conquista);

2005 - Teatro Vocacional - O projeto é interrompido pela mudança de gestão, o grupo, de ainda vocacionados, busca outras formações.

Cia do Outro Eu

Linha do Tempo

Numa conversa na lage de um dos integrantes, nasce a **Cia. do Outro Eu**

Projeto *Contos do Outro Eu* – Contação de Histórias para estudantes da Rede Pública Municipal e Estadual, na Biblioteca Camilo Pedro dos Reis (CEU São Mateus). Criação e Direção Diluída: Cia. Do Outro Eu.

Novamente premiado pelo Programa VAI, agora com o projeto “Teatro de Grupos”, cuja iniciativa contempla a organização de *Fóruns de Discussão* sob o tema *Teatro de Grupo*

Participa do 2º Encontro Comunitário de Teatro Jovem, no Instituto Pombas Urbanas, com o espetáculo *Rosinha, Asas do Meu Sertão*

2006

Estréia do primeiro espetáculo: “*Rosinha, Asas do meu Sertão*”

2007

O grupo leva o espetáculo “*Rosinha, Asas do meu Sertão*” para rua e passa a investigar essa linguagem popular.

O mesmo espetáculo é selecionado para participar do II Festival de Teatro Vocacional, apresentado-se na Galeria Olido;

2008

Deixa o projeto Teatro Vocacional

O projeto “*Rosinha, Asas do meu Sertão*” é contemplado pelo VAI

Apresenta-se na Virada Cultural com o mesmo espetáculo

2009

2010

Passa a integrar a Rede Livre Leste; compõe a mesa do 2º Debate Policêntrico. Inicia pesquisa do seu novo espetáculo de rua “*A Mosca...*”, cuja pré-estréia acontece no 3º Encontro Comunitário de Teatro Jovem da Cidade de São Paulo

Grupo doBalaio

Balaio é um cesto, um lugar para se guardar e catar coisas: idéias, pensamentos, metáforas, melodias, acrobacias, poesias, pessoas, grupos, saberes, momentos. Circo é o círculo, a troca, a experiência, a descoberta, o treino da descoberta, laços “familiares”, altura, chão, equilíbrio, ocupação, ação, arquibancada, comunhão espetacular, multiplicidade de linguagens, transdisciplinaridade da experiência.

Ser doBalaio ou ser “O BALAIO” é trazer como fundamento a possibilidade da mudança, da constante construção de sentido através da experiência estética e transformação da mesma, como se alterasse de ponta-a-cabeça não só a posição do corpo, mas também o olhar para o mundo.

O grupo tem por missão assegurar, incentivar e proporcionar a livre expressão por meio da arte, criando mecanismos de difusão, fomento e formação artística que interfira e modifique o meio de maneira positiva.

Numa Roda, *foto Rodrigo Munhóz*; Treino Livre do Balaio, *foto Xandi Gonçalves*; Intervenção Jardim Romano, *foto Jonatas Marques*.

Linha do Tempo

Grupo de pesquisa em circo e teatro transforma-se no grupo Mentecorpos do Balaio

2004

Novo projeto é aprovado pelo VAI, denominado A Caminho do Circo do Balaio; o grupo decide voltar à zona-leste e fixa sede no CDC Morro Vermelho, compondo este espaço de autogestão junto ao Grupo Dolores Boca Aberta e outros coletivos

2006

Cria pequenas cenas e intervenções e começa a definir-se a partir de outros conceitos, muda de nome para Grupo do Balaio – Circo Intervenção;

Remonta o espetáculo Numa Roda, a partir de nova formação do grupo; Retoma pesquisas com a cerca da cultura popular e estreia seu novo espetáculo intitulado Processo Divino, apresentado na Virada Cultural deste ano; é finalista do Programa Jovens Empreendedores e ganha prêmio o canadense Flow Funding

2008

O projeto Circo do Balaio é contemplado pelo VAI; o grupo é expulso do Teatro Flávio Império e ocupa a Cadopô em parceria com o Teatro de Narradores e Teatro do Motim, no centro de São Paulo; Estréia do espetáculo Numa Roda em Cidade Tiradentes

2005

Na impossibilidade de continuar com o VAI e ainda sem perspectivas de outros editais resolve continuar com oficinas de circo por conta própria – inicia-se então um processo de afirmação de identidade e desenvolvimento de metodologias próprias que culminam no Treino Livre do Balaio

2007

Pensando em maneiras de tornar-se sustentável, ingressa no Programa Jovens Empreendedores da organização Artemísia

Passa a ocupar o Clube Escola Curuçá com o já tradicional Treino Livre do Balaio e cria novas atividades de troca entre grupos, como a Balaia da

2009

Tem a iniciativa junto aos grupos Meninos do Circo e Trupe Arruacirco de criar o Cortejo Livre Leste; Funda a Rede Livre Leste e recebe em seu espaço grupos de várias localidades para os Manifestos

2º Debate Policêntrico

2010

Sofre boicote da administração do Clube Escola e fica sem sede; fixa-se em Ermelino Matarazzo; participa do 3º Encontro comunitário de Teatro Jovem e do 1º Fórum de Teatro em Comunidade como debatedor; inicia processo de implementação de Complexo Cultural em São Miguel Paulista em parceria com o Instituto NUA – Nova União da Arte.

Em 2004 o Instituto Pombas Urbanas pousa em Cidade Tiradentes num galpão abandonado sem teto, chão quebrado, sem luz e sem água.

Neste local, instala sua sede e em meio a ruínas, iniciam os cursos de teatro para jovens da região. Após várias oficinas, forma-se, em 2005, o primeiro Núcleo Jovem de Teatro do Centro

Cultural Arte em Construção, nomeado “Núcleo Teatral Filhos da Dita”, em homenagem as mulheres deste bairro, guerreiras que todos os dias, confiam seus filhos às mais variadas adversidades. Assim cresceram estes jovens: com responsabilidades, sonhos, desejos que tentam viabilizar das mais variadas formas e com uma força incrível de viver e fazer arte.

Linha do Tempo

Núcleo Teatral FILHOS DA DITA

Trupe Trapos dell'Arrua

A Trupe Trapos dell' Arrua é um movimento artístico que articula as linguagens da fotografia, do teatro e da máscara, como forma de valorização da cultura popular brasileira. Trabalha nos limiares do diálogo entre tradição e criatividade. O movimento acredita que a apropriação de identidades culturais é fundamental para o autoconhecimento e para reconhecer o que nos cerca. E que deste reconhecimento surjam reflexões. E que destas reflexões surjam ações. Desde 2007, o movimento vem em parceria com o Escritório de Inclusão Social, desenvolvendo oficinas de teatro, história do teatro, circo, confecção de máscaras, elaboração de projetos culturais e fotografia, com jovens da comunidade da Bela Vista. Em 2009 iniciou o projeto *Resgatando Identidades Culturais*, com o apoio da Secretaria Municipal de Cultura, que resultou na montagem do espetáculo “Bixiga, uma mulher, uma história, várias máscaras”, com os jovens participantes das oficinas de teatro. Deste então, o coletivo tem circulado com este espetáculo pelas escolas municipais e estaduais do bairro.

Apresentações de “Bixiga, uma mulher, uma história, várias máscaras” e grupo Filhos da Trupe. Fotos: Felipe Torres

Trupe Trapos dell'Arrua

Linha do Tempo

São Paulo, 20 de dezembro de 2010

Senhor Secretário Carlos Augusto Calil,

Vimos, por meio desta, apresentar o Manifesto Livre Leste/ Policêntrico, criado por artistas das periferias de São Paulo.

Tal Manifesto tem em seu conteúdo as reivindicações pautadas em contínuas experiências vividas frente as políticas públicas culturais, das quais estes artistas e seus coletivos não se sentem contemplados.

Sendo assim, pedimos o máximo de atenção ao documento conseguinte e aguardamos um posicionamento oficial por parte da Secretaria Municipal de Cultura quanto ao seu conteúdo.

Atenciosamente,

RLL - Rede Livre Leste

RLL - Rede Livre Leste
Sem representatividade e com sede em todos os lugares
redelivreleste@yahoo.com.br